



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT

WILMA JOAQUIM DA SILVA

**A RELAÇÃO DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS E A BIBLIOTECA:
PERSPECTIVA DE ATENDIMENTO INCLUSIVO**

ANÁPOLIS

2023



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☒ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: | |

Nome Completo do Autor: **Wilma Joaquim da Silva**

Matrícula: **20211060150235**

Título do Trabalho: **A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo**

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Anápolis, 02/05/2023.

Wilma Joaquim Silva

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

WILMA JOAQUIM DA SILVA

**A RELAÇÃO DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIAS VISUAIS E A BIBLIOTECA:
PERSPECTIVA DE ATENDIMENTO INCLUSIVO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica –ProfEPT, do Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientadora: Dra. Gizele G. Parreira.

ANÁPOLIS - GO

2023

Autorizo, para fins de estudo e de pesquisa, a reprodução e a divulgação total ou parcial desta dissertação, em meio convencional ou eletrônico, desde que a fonte seja citada.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Silva, Wilma Joaquim da

A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo [manuscrito] / Wilma Joaquim da Silva. -- 2023.

131 f.; il.

Orientadora: Prof^ª. Dra Gizele Geralda Parreira

Dissertação de Mestrado – IFG – Campus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), 2023.

Bibliografias.

Apêndices.

1. Inclusão. 2. Pessoa com deficiência visual. 3. Acessibilidade. 4. Biblioteca. 5. Tecnologias Assistivas I. Parreira, Gizele Geralda . II. IFG, Campus Anápolis. III. Título.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ANÁPOLIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT/IFG)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL
(Modalidade da Sessão: Webconferência)

No dia 13 (treze) do mês de abril do ano de 2023, às 09 horas, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfePT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Anápolis, por meio de webconferência, deu-se a Defesa da Dissertação de Mestrado "**A relação de usuários com deficiências visuais e a Biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo**", de autoria de Wilma Joaquim da Silva, orientada pela **Profa. Dra. Gizele Geralda Parreira**, como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Sob a presidência da Orientadora, **Profa. Dra. Gizele Geralda Parreira - IFG/ProfePT**, a Banca Examinadora teve como Avaliadora Externa a **Profa. Dra. Maria de Lourdes Alves**, da Universidade Estadual de Goiás - UEG, e como Avaliador Interno o **Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira - IFG/ProfePT**, docente credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfePT).

Em sessão pública transmitida pela Plataforma do Google Meet, após a apresentação da pesquisa e dos seus resultados, assim como a Defesa da Dissertação e do Produto Educacional pela mestranda, os integrantes da Banca Examinadora fizeram as suas arguições, considerações e avaliações. Depois de se reunir em sala virtual separada para avaliação e deliberação, a Banca Examinadora retornou à sala de Defesa pública para a proclamação do resultado. Assim, em conformidade com o Regulamento do ProfePT e o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Goiás (IFG), a Banca Examinadora manifestou-se pela **APROVAÇÃO** da Dissertação e do Produto Educacional de Wilma Joaquim da Silva.

Anápolis-GO, 13 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por:

1. Dra. Gizele Geralda Parreira - IFG/ProfePT (Orientadora e Presidente da Banca)
2. Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira - IFG/ProfePT
3. A presidente da Banca assina a Ata por: Profa. Dra. Maria de Lourdes Alves - UEG*
4. Wilma Joaquim da Silva - Discente do ProfePT

*A presidente da Banca foi autorizada a fazer a transcrição da avaliação e assinar a Ata de Defesa da Dissertação em nome da Professora Dra. Maria de Lourdes Alves.

Documento assinado eletronicamente por:

- Wilma Joaquim da Silva, BIBLIOTECARIO-DOCUMENTALISTA, em 13/04/2023 12:36:17.
- Timoteo Madaleno Vieira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 13/04/2023 10:48:48.
- Gizele Geralda Parreira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLÓGICO, em 13/04/2023 10:45:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 396459
Código de Autenticação: 572683fbba



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Avenida Pedro Ludovico, s/nº, Remy Cury, ANÁPOLIS / GO, CEP 75131-457
(62) 3703-3359 (ramal: 3359)

*Dedico essa dissertação de Mestrado a Deus,
Essa força maior, que me guia e ilumina meus
pensamentos, e a minha família: Lair Evaldo
(esposo), Bruno, Lavínia e Enzo (filhos),
minha fonte de amor.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Gizele Parreira, por me aceitar como orientanda. Foi um privilégio ser apadrinhada por alguém que eu admirei e tive como referência desde a primeira aula. Gratidão por todos os conselhos e intervenções. Pela paciência, pela compreensão das minhas dificuldades e sensibilidade. Espero poder um dia retribuir tanto conhecimento obtido!

A minha turma do ProfEPT 2021, que foi muito parceira em todos os momentos de aflição e alegria. Não há palavras para defini-la. Em especial ao Alisson de Sousa, Daniela Cristina Borges e Silva e Gizelly Braz, que fizeram a diferença quando mais precisei.

Aos professores do Mestrado ProfEPT – Campus Anápolis – que compartilharam seus saberes e experiências valiosas.

Aos professores da banca de qualificação e defesa, professora Dra. Maria de Lurdes Alves, avaliadora Externa da Universidade Estadual de Goiás e ao professor Dr. Timóteo Madaleno Vieira, avaliador interno, do Instituto Federal de Goiás, pelas valiosas contribuições e sugestões na dissertação.

Às secretárias do programa de mestrado profEPT – Câmpus Anápolis – sempre pacientes e disponíveis.

Ao IFG, em especial, aos gestores do Campus Jataí, pela concessão do afastamento, fator imprescindível para a condução deste estudo, além de todo o apoio para a realização da pesquisa.

Às servidoras da Biblioteca do SESC Jataí, em particular, à bibliotecária, Denise, que me ofereceu o apoio e suporte necessário para que eu conseguisse concluir minha pesquisa.

Por fim, a todos os bibliotecários e auxiliares de bibliotecas, do Instituto Federal de Goiás, que compartilharam suas opiniões, sugestões e experiências profissionais, especialmente aos que mesmo estando de férias dedicaram um tempo para contribuir com a pesquisa, sem vocês não seria possível a realização deste estudo.

LISTA DE SIGLAS

AEE –	Atendimento Educacional Especializado
AACD –	Associação de Assistência à Criança Deficiente
APAE –	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEP –	Comitê de Ética em Pesquisa
EJA –	Educação de Jovens e Adultos
EPT –	Educação Profissional e Tecnológica
FEDEC –	Federação Brasileira de Entidades de Cegos
FENEIS –	Federação Nacional de Educação de Surdos
ICB –	Instituto de Cegos da Bahia
IF –	Instituto Federal
IFG –	Instituto Federal de Goiás
IIMC –	Imperial Instituto dos Meninos Cegos
INL –	Instituto Nacional do Livro
INEP –	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISR –	Instituto São Rafael
LBI –	Lei Brasileira de Inclusão
LDB –	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MS –	Ministério da Saúde
OMS –	Organização Mundial da Saúde
ONEDEF –	Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
NAPNE –	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
PcD –	Pessoa com Deficiência
PE	Produto Educacional

PDE –	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI –	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI –	Plano de Ensino Individualizado
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
ProfEPT –	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
TA –	Tecnologias Assistivas
TCLE –	Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento

RESUMO

Este estudo se insere na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” e teve como objetivo geral verificar se as bibliotecas do IFG, no contexto atual, propiciam informação e conhecimento aos usuários com deficiência visual de maneira inclusiva. A pergunta que problematizou a pesquisa foi: no contexto atual, as bibliotecas do IFG proporcionam a socialização do conhecimento e da informação para usuários com deficiência visual de maneira inclusiva? A base teórica utilizada buscou uma articulação entre a educação inclusiva no Brasil e a inclusão da pessoa com deficiência visual ou baixa visão nas bibliotecas do IFG, tendo como principais autores revisitados: Mantoan (2003; 2004), Mazzotta (2011), Sassaki (2003), dentre outros. No arcabouço metodológico optou-se pelo estudo de caso, com a abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a aplicação de questionário, convertido para formato *online*, por meio da ferramenta *Google Forms*, aos participantes da pesquisa (24 sujeitos, com idade variando entre 31 a 53 anos de idade). Por meio da análise hermenêutica, os dados foram analisados, trazendo os seguintes resultados: Nenhum dos participantes tem formação em Educação Especial, Educação Inclusiva ou relacionada à inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD); 83%, dos participantes que afirmaram compreender o tema inclusão de aluno cego em biblioteca, porém suas respostas ao justificarem a afirmativa demonstraram que não têm contato ou afinidade com a temática; 80% dos participantes afirmaram que não há estímulo à leitura e a busca de informações por usuários com deficiência visual nas bibliotecas do IFG. O estudo revela ainda que são tímidos os incentivos, por parte do IFG, para que haja, em suas bibliotecas, formas coerentes de inclusão do aluno cego ou baixa visão. Destes resultados, foi elaborado o Produto Educacional que se trata de um guia digital de orientações aos bibliotecários e auxiliares de biblioteca dos campi do IFG, com o objetivo de colaborar na promoção de um atendimento aos usuários com deficiência visual, de forma inclusiva, contribuindo para garantir seu direito de acesso à informação e ao conhecimento.

Palavras-chave: Acessibilidade; Comunicação; Informação, Inclusão da Pessoa com Deficiência; Tecnologias Assistivas.

ABSTRACT

This review is part of the research line “Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (EPT)”, and had the general objective of verifying if the IFG libraries, in the current context, provide information and knowledge to the visually impaired, in an inclusive way. The question that problematized the research was: In the current context, do the IFG libraries provide the socialization of knowledge and information for visually impaired users in an inclusive way? The theoretical basis searched a joint between inclusive education in Brazil and the inclusion of people with visual impairment or low vision in the IFG libraries, having as main revisited authors: Mantoan (2003; 2004), Mazzotta (2011), Sassaki (2003), etc. In the methodological framework, it was chosen a case study, with a qualitative approach of a bibliographic and documental nature. As a data collection instrument, a questionnaire was applied, converted to an online format, using the *Google Forms* tool, to the research participants (24 subjects, aged between 31 and 53 years old). Through hermeneutic analysis, the data were analyzed, bringing the following results: None of the participants have training in Special Education, Inclusive Education or related to the inclusion of Persons with Disabilities (PwD); 83% of the participants asserted that they understood the topic, but their answers when justifying the statement showed that they had no contact or affinity with the subject; 80% of the participants alleged that there is no encouragement in the IFG libraries for visually impaired users to read and search for information. The study reveals that efforts by the IFG are still weak to implement effective ways of including blind or low vision students in libraries. From these results, the Educational Product was elaborated, which is a digital guide of guidelines for librarians and library assistants on the IFG campus, with the objective of collaborating in the promotion of a service to users with visual impairment, in an inclusive way, contributing to guarantee their right of access to information and knowledge.

Keywords: Accessibility. Communication. Information. Inclusion of People with Disabilities. Assistive Technologies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	21
1.1 TIPOS DE DEFICIÊNCIAS: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO	21
1.2 DEFICIÊNCIAS VISUAIS: CONTEXTO, CARACTERÍSTICAS E TIPOS	27
1.3 DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL	29
 CAPÍTULO 2 – BIBLIOTECA INCLUSIVA	 35
2.1 REVISITANDO A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS.....	35
2.1.1 A história da biblioteca no Brasil.....	37
2.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR	38
2.3 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS	43
2.3.1 Bibliotecário ou gestor de biblioteca?	44
 CAPÍTULO 3 – INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	 48
3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO NO BRASIL	50
3.2 EXPERIÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA	53
3.3 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA	56
 CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA.....	 61
4.1 O CAMINHO METODOLÓGICO	61
4.1.1 Tipo de pesquisa e instrumentos de coleta de dados	61
4.1.2 Local e participantes	64
4.2 RESULTADOS DO ESTUDO	65
4.2.1 Perfil sócio-acadêmico-profissional dos participantes	65
4.2.2 Perfil cognitivo do participante sobre o tema da pesquisa	68
4.2.3 Representação inclusiva das bibliotecas do IFG	73
 CAPÍTULO 5 – PRODUTO EDUCACIONAL	 82
5.1 PRODUTO EDUCACIONAL: METODOLOGIA	82
5.2 VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL	83
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 85
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICE A	101
APÊNDICE B.....	102
APÊNDICE C	107
APÊNDICE D	108

INTRODUÇÃO

A inclusão é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns se tornam adequados para a diversidade humana – etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos – em um movimento cujas adequações são formuladas pelas próprias pessoas que participam do processo e que executam essas adequações (SASSAKI, 2009).

A inclusão é uma inovação que provoca um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria das escolas. Portanto, implica, também, na mudança do atual paradigma educacional (MANTOAN, 2003). Se a intenção é que a escola seja inclusiva é imediato que haja mudança para uma educação plena, livre de preconceitos e diversificada; uma vez que: “As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos” (MANTOAN, 2003. p.11).

Assim exposto, ressalta-se que a conquista da autonomia pela pessoa com deficiência visual envolve a superação não só dos impactos e dos prejuízos decorrentes da limitação visual, seja perda total seja perda parcial da visão, bem como dos estigmas socialmente concebidos. Portanto, considerando que a “autonomia é um processo individual para qualquer ser humano” (ACIEM; MAZZOTTA, 2013, p. 262), a pessoa com deficiência necessita da segurança com autonomia, de tal maneira que a encoraje à independência pessoal e à liberdade prevista na Constituição Federal de 1988, com o direito pleno ao exercício da cidadania.

Por outro lado, ao refletir sobre a autonomia da pessoa com deficiência visual no ambiente escolar, alguns impasses são percebidos. Os conteúdos escolares, os livros, as revistas, os jornais e outros impressos são, eminentemente, visuais. Verifica-se, assim, que a visualização está presente nos métodos, nas técnicas, nas atividades, nas tarefas e em outros aspectos da organização do trabalho pedagógico. Os alunos que enxergam percebem, imediatamente e de forma simultânea, todo o ambiente, o que facilita a acomodação e o deslocamento. O mesmo não ocorre com a pessoa com deficiência visual.

Por conseguinte, estratégias são importantes. Uma delas é o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos

alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos, com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela.

As bibliotecas, sobretudo as públicas, configuram-se como um ambiente social, de uso coletivo, comunitário e de significativa utilidade como instrumento a colaborar para a Educação em todos os níveis escolares. Ela deve ser vista pelos professores e por toda a comunidade acadêmica, sob a ótica do potencial que tem para auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Sozinha ela é inerte, mas vista como um instrumento disponível aos usuários em geral pode colaborar para o desenvolvimento da autonomia e para a propagação da diversidade humana.

Considerando que ensinar não é transferir conhecimento e que é importante criar possibilidades para o discente produzir e construir o próprio conhecimento, pode-se reconhecer a biblioteca como um instrumento com potencial bastante eficaz no ensino e na educação. Nela o aluno aprende, experimenta, assimila e apropria-se do conhecimento, contribuindo, pois, para a formação do sujeito (PINTO, 2012). Ainda de acordo com o autor, a biblioteca pode colaborar para o ensino e aprendizagem, em um processo de produção autônoma do conhecimento, favorecendo o senso crítico e a maior autonomia na democratização de saberes no ambiente escolar.

Em relação à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Francisco (2021) comenta que a aprendizagem para os discentes e docentes da EPT (e para todos) se dá por meio da leitura. O estudante que lê se prepara, de forma mais aprofundada, para sua área de trabalho, e consegue ser mais receptivo a novas ideias; sabe a quem recorrer quando precisa buscar informações que o auxiliem, constrói teorias que podem beneficiar sua comunidade e contribui para a superação de injustiças. A biblioteca, nesse sentido, torna-se um elemento de grande valor para o estudante do ensino técnico. O espaço de estudo aliado à disponibilização do acervo concorre para que ele possa conhecer fatos, acontecimentos, processos e teorias concernentes tanto a sua atividade profissional quanto a sua formação como cidadão. Ler, interpretar, comparar e dialogar são ações importantes para a superação dos problemas sociais.

O Art. 7º da Resolução Consup nº 05, de 26 de março de 2013, que institui o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás (IFG), estabelece como finalidade das bibliotecas do IFG, *locus* desta pesquisa, a “democratização

do conhecimento [...], atuando como suporte bibliográfico do processo ensino-aprendizagem, à pesquisa e extensão como oportunidade de atualização e lazer”. Verifica-se, portanto, que as bibliotecas estão imbuídas da tarefa de colaborar com o ensino-aprendizagem e deve procurar fazê-lo de forma a democratizar ao máximo possível o conhecimento, oportunizando a todos os usuários o acesso à informação e aos saberes que transitam nesses espaços (IFG, 2013).

É indispensável que as bibliotecas possibilitem acessibilidade à informação. Contudo, quando esse acesso é direcionado aos usuários com necessidades especiais surgem diversas barreiras. Existem garantias para que as pessoas com deficiência possam ter acesso à informação, mas nem sempre estas são concretizadas. Em uma biblioteca, a acessibilidade é fundamental e, por isso, ela deve estar preparada para atender a demanda, sendo os usuários com necessidades especiais ou não.

As bibliotecas do IFG precisam ser acessíveis para que possam atender às necessidades informacionais diversas do público que as procuram, tais como as pessoas com deficiência visual. Elas fazem parte do processo de desenvolvimento acadêmico de qualquer estudante, o que inclui aqueles com necessidades específicas; devendo, então, cumprir sua função primordial de apoiar as pesquisas e promover o acesso à informação. Para que isso ocorra, de forma a ampliar ao máximo possível o acesso de todos a este espaço, deve haver uma preocupação, não só por parte das bibliotecas, mas de toda a instituição, com a adaptação e com a estrutura voltada para atender o usuário com necessidades específicas. Este estudo, em razão das delimitações inerentes à pesquisa *stricto sensu*, tem como foco o usuário com deficiência visual, que deve ter acesso aos serviços da biblioteca como qualquer outro usuário.

Acrescenta-se que o bibliotecário é responsável por intermediar o acesso à informação, permitindo que as pessoas com deficiência visual possam usufruir disso. Com base na experiência de outras bibliotecas e da literatura sobre o assunto, podem ser feitas algumas sugestões de equipamentos e *softwares* direcionados para esse público. Esses instrumentos são importantes para que a pessoa com deficiência visual acesse as informações e os serviços oferecidos pelas bibliotecas de modo geral. Com bons recursos disponíveis gratuitamente no mercado, as bibliotecas do IFG podem equipar seus espaços de apoio à pessoa com deficiência visual, inclusive o acesso à Internet.

Este estudo se justifica pela necessidade de inclusão dos alunos com deficiência visual no espaço escolar, principalmente naquele que pode contribuir com seu aprendizado, por meio da leitura, a biblioteca.

Na década de 1990, a Declaração de Salamanca revelou-se um instrumento impulsionador de transformações no cenário da educação mundial e nas políticas públicas educacionais, ao colocar como imprescindível a inclusão educacional, de modo que as necessidades educacionais especiais dos alunos sejam permanentemente atendidas. Desde então, várias ações foram pensadas e executadas com vistas ao AEE e à inclusão (UNESCO, 1990).

Desde então, tornou-se crescente o entendimento de que, apesar de demandar atendimento especializado, alunos com deficiências devem “ser tratados como qualquer educando, no que se referem aos direitos, deveres, normas, regulamentos, combinados, disciplina e demais aspectos da vida escolar” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 14). Para exercer de forma igualitária os seus direitos e deveres, no espaço acadêmico-escolar, a pessoa com deficiência deve ter acesso às condições e aos instrumentos que lhe permitam, observadas as suas especificidades, usufruir daquilo que usufruem os estudantes sem deficiências, como acesso aos espaços físicos e aos saberes que transitam por todos os espaços de uma instituição de ensino. Exatamente por isso, a biblioteca também deve ser um espaço de inclusão.

A acessibilidade em uma biblioteca é fundamental, devendo estar preparada para atender a demanda de todo público que a procura, inclusive os deficientes visuais. Pupo (2006a) enfatiza que pessoas com deficiência precisam ter acesso às mesmas manifestações do conhecimento e às atividades intelectuais a que tem direito qualquer usuário¹ de biblioteca e devem se beneficiar das inovações advindas dos meios de comunicação. Deve haver, portanto, uma preocupação, por parte dos bibliotecários e demais servidores que trabalham nas bibliotecas, não somente com os aspectos arquitetônicos estruturais, mas, principalmente, com os aspectos relacionados à autonomia destes usuários.

Nessa direção, Pupo (2006b) lança três questionamentos desafiadores para uma atuação verdadeiramente inclusiva do bibliotecário: 1) A quem disponibilizar as informações geradas na biblioteca? A alguns, ou a todos? 2) Como os bibliotecários do século XXI atuam e atendem, sob a ótica da inclusão e do respeito às diferenças? 3) Como contribuir na construção de uma sociedade para todos?

¹ A terminação ‘usuário’ é proveniente da área da Biblioteconomia, conforme afirma Buonocore (1976, p. 420): “Com referência a uma biblioteca, entendemos que os usuários são aqueles que habitualmente utilizam um ou mais de seus serviços [...] usuário seria a pessoa que utiliza intensamente e assiduamente não somente os serviços de leitura, como também dos outros que as bibliotecas proporcionam como fotocópia, traduções, resumos analíticos, bibliografias especializadas, etc.”.

Tendo em vista a natureza do trabalho desta pesquisadora como bibliotecária, verificaram-se problemas e hipóteses para a existência deles, como a falta de recursos financeiros e a rara ou nula demanda em alguns *campi* do IFG. Este estudo é relevante visto que propende elucidar para a comunidade, por meio da pesquisa científica, a existência de um problema que precisa ser refletido. Por se tratar de um estudo em um programa de mestrado profissional, os dados da pesquisa e a verificação das necessidades visam oferecer algum instrumento para a melhoria do que já existe, principalmente em relação ao AEE nas bibliotecas do IFG. Ademais, teses e dissertações sobre biblioteca não são recorrentes na educação. A maioria não se debruça sobre espaços para além da sala de aula. Logo, esta pesquisa, por seu caráter teórico-prático e por voltar-se para a Rede Federal, tem potencial para contribuir para uma demanda que salta os muros do IFG.

Considerando as normas e diretrizes para inclusão no Brasil, o papel social do IFG e de suas bibliotecas, bem como a responsabilidade dos bibliotecários para a democratização de saberes e informações e para a construção de uma biblioteca para todos, esta pesquisa se justifica por focar-se em identificar recursos e métodos capazes de fornecer subsídios aos bibliotecários e demais servidores que atuam nas bibliotecas do IFG, de maneira a colaborar na promoção de um atendimento aos usuários com deficiência visual, de forma inclusiva, contribuindo para garantir seu direito de acesso à informação e ao conhecimento.

Por conseguinte, esta série de reflexões sobre o papel da biblioteca do IFG no atendimento, igualmente, a todos os seus usuários, suscita algumas perguntas problematizadoras, a saber: o que os bibliotecários do IFG estão fazendo para que as pessoas com deficiência visual tenham acesso aos serviços e aos produtos de informação nas bibliotecas dos *campi* da Instituição? Quais são os produtos e serviços de informação ofertados pelas bibliotecas do IFG para as pessoas com deficiência visual? Como as bibliotecas do IFG, por meio de seus produtos e serviços, facilitam o acesso à informação às pessoas com deficiência visual, tendo em vista a sua inclusão na Instituição?

Essas perguntas conduzem ao seguinte problema de pesquisa: No contexto atual, as bibliotecas do IFG proporcionam a socialização do conhecimento e da informação para usuários com deficiência visual de maneira inclusiva?

A partir dessas reflexões, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar se as Bibliotecas do IFG, no contexto atual, propiciam informação e conhecimento aos usuários com deficiência visual de maneira inclusiva. Ainda, como objetivos específicos buscaram-se: 1) Analisar a legislação brasileira e os documentos regulamentados do IFG que se relacionam à

inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando identificar as diretrizes relativas ao deficiente visual; 2) conhecer, por meio da concepção e da experiência dos bibliotecários, a realidade atual das bibliotecas do IFG, no que diz respeito a sua capacidade de espaço físico e de serviços prestados no atendimento específico aos deficientes visuais; 3) confrontar a legislação brasileira e os documentos regulamentadores do IFG quanto ao atendimento inclusivo na biblioteca, em especial às especificidades dos deficientes visuais, e a realidade prática vivenciada nas bibliotecas do IFG, a fim de identificar as demandas e formas de colaborar para uma inclusão mais exitosa; 4) elaborar um guia digital, com orientações que possam contribuir com os bibliotecários quanto às ações de atendimento inclusivo aos estudantes (usuários) com deficiência visual que frequentam as bibliotecas do IFG.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, buscando a compreensão dos fatos, com objetivo exploratório, trazendo dados para fomentar a reflexão da questão. Portanto, de caráter descritivo e os dados são analisados indutivamente (SILVA, 2005, p. 20).

O presente estudo foi composto por cinco capítulos, a saber:

O primeiro capítulo traz uma reflexão sobre como, ao longo do tempo, foram tratadas as pessoas com deficiência, apresentando primeiramente os tipos de deficiências em geral, nomenclatura, para determinar a pessoa com deficiência; após, apresenta-se a deficiência visual, o conceito, a caracterização e os tipos de deficiência visual; o histórico da deficiência visual no Brasil e, por último, a experiência do deficiente visual na escola.

O segundo capítulo traz a história das bibliotecas desde os tempos mais remotos aos dias atuais; a chegada desta no Brasil; a importância da biblioteca escolar e seus desafios na contemporaneidade, particularmente a do Instituto Federal de Goiás (IFG). Ainda neste capítulo trata-se do perfil do bibliotecário e de sua gestão.

O terceiro capítulo apresenta o conceito de inclusão, discorrendo sobre a biblioteca inclusiva no Brasil. Trata dos documentos referentes às políticas públicas para a inclusão no Brasil. Apresenta a experiência da pessoa com deficiência visual na escola e sua inclusão na biblioteca.

O quarto capítulo indica o percurso metodológico da pesquisa em questão, trazendo o tipo de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados; o local e os participantes da pesquisa; a análise dos dados levantados, bem como os resultados encontrados após a investigação junto aos sujeitos participantes.

O quinto capítulo traz o Produto Educacional, seus objetivos e metodologia, assim como a validação do mesmo, realizada pelos participantes deste estudo. Por último apresentam-se a conclusão e os possíveis desdobramentos da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A relevância do referencial teórico para a pesquisa é significativa, pois ele permite verificar o estado do problema a ser pesquisado, sob o aspecto teórico de outros estudos e pesquisas já realizadas. Nessa perspectiva, buscou-se apresentar o que há de mais relevante para a presente pesquisa, no contexto da inclusão do aluno com deficiência visual, nas dependências da biblioteca do Instituto Federal de Goiás (IFG).

1.1 TIPOS DE DEFICIÊNCIAS: CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO

Como chamar as pessoas que têm ‘deficiência’? De acordo com Sassaki (2003)², em todas as épocas e localidades, esta pergunta estará presente. Possivelmente, com algumas variações. Assim, qual palavra ou termo utilizar? É notório que responder a esta pergunta nunca será simples, “a razão disso reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade, enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência” (SASSAKI, 2003, p. 12).

Até o início da Idade Moderna, para designar a pessoa cega eram usados termos como: anormais, defeituosos, aleijados, dentre outros. O caráter pejorativo impunha a essas pessoas a repressão e a exclusão da sociedade da época. Para a igreja, essas pessoas eram consideradas malignas, pois quando do nascimento recebiam forças do mal, ou mesmo do demônio (MAZZOTTA, 2011).

Até meados do século XX ainda se usavam termos depreciativos, como: incapacitados, incapazes, inválidos, dentre outros. Essas pessoas eram consideradas socialmente inúteis; um peso morto social; um fardo familiar; sem valor profissional (SASSAKI, 2003).

No final dos anos de 1920 surgiram as primeiras agregações da Sociedade Pestalozzi³, que atendia um grande número de alunos com retardo mental, os quais não eram atendidos nas instituições públicas de ensino. Evoluindo, na década de 1950, foi fundada a Associação

2 Romeu Kasumi Sassaki, considerado o pai da inclusão no Brasil, é formado em Ciências Sociais e desde a década de 1960 se dedica às questões de inclusão. Brasileiro, nascido em Campo Grande-MS, foi estagiário da ONU e participou dos principais movimentos a favor da inclusão de pessoas com necessidades especiais (SASSAKI, 2010).

3 - O primeiro Instituto Pestalozzi foi criado em Canoas, no Rio Grande do Sul, em 1926, inspirado no pedagogo suíço Johann Henrich Pestalozzi (1746-1827) (SASSAKI, 2010).

de Assistência à Criança Defeituosa, atualmente denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD). Nessa década também surgiram as primeiras unidades da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), criada em 1954.

A partir de então, principalmente nos anos de 1980, a sociedade passou a utilizar termos que focalizam as deficiências em si, sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria. Difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “excepcional” não se referia exclusivamente aos que tinham deficiência mental, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais, por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.

Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU elegeu o ano de 1981, como o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes”. O mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “pessoas deficientes”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas. Verifica-se que o substantivo “deficiente” passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoa”.

A partir de 1981, não mais utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência. Porém, alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles. Assim, foi proposto substituir o termo “pessoas deficientes” por “portadores de deficiência”. O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa.

Assim, depois de vários encontros e desencontros, o termo “pessoas com deficiência” passa a ter maior número de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.

Para sintetizar as inúmeras nomenclaturas usadas ao longo dos tempos para designar a Pessoa com Deficiência (PcD), assim como as principais políticas voltadas a essas pessoas, apresenta-se no quadro 1 informações retiradas de Sassaki (2003).

Quadro 1 – História e designações das pessoas com deficiência no Brasil.

ÉPOCA	DESIGNAÇÕES	TIPO DE RECONHECIMENTO
Final da Idade Média (chegada dos portugueses em 1500) até o final do século XIX	Anormais Aleijados Defeituosos (indivíduos com deformidade, principalmente física).	Excluídas do convívio social; Reclusão ou abandono.
Século XX até a década de 1960:	Incapacitados: Incapazes; Inválidos.	Socialmente inútil; Peso morto social; Fardo familiar; Sem valor profissional.
De ± 1960 até ± 1980.	Deficientes Excepcionais (indivíduos com deficiência mental).	Primeiros atendimentos voltados às PcDs.
De 1981 até ± 1987.	Pessoas deficientes	Igualdade em direitos e dignidade à PcD.
1988 até ± 1993.	Pessoas portadoras de deficiências.	Termo adotado na Constituição Federal (1988); leis estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais. Destacam-se: a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC); a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF); a Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS) e o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAM).
De ± 1990 até 2015	Pessoas com necessidades especiais; Portadores de necessidades especiais; Pessoas especiais. Pessoas com deficiência ⁴	- Integração social - Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien, na Tailândia (1990) - Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003), “[...] tomar as medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”. (BRASIL, 1993, p. 75). -Conferência Mundial sobre Educação para Todos foi realizada, em 1994, em Salamanca – na

⁴ Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

	Espanha – a Conferência Mundial de Educação Especial, que resultou na elaboração de um documento denominado “Declaração de Salamanca”. - 2003 o MEC implantou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que tinha como objetivo “[...] a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos”. (CARVALHO, 2013, p. 33). - Marco Político legais da Educação Especial, no ano de 2004, “[...] os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular”. (BRASIL, 2010, p. 14). - 2007 - Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado pelo Decreto nº 6. 094/07. Esse plano estabelece, nas diretrizes do compromisso de todos pela educação “[...] a garantia do acesso e permanência, no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas”. (BRASIL, 2010, p. 17). 2015 - Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, elaborando, assim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Essa Lei assegura e promove, em condições de igualdade, “[...] o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 1).
--	--

Fonte: elaboração da própria autora, com referência de Sassaki (2003).

Ao longo deste trabalho foi utilizada a expressão ‘Pessoa com Deficiência’ (PcD), de acordo com a lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), cujo artigo segundo traz:

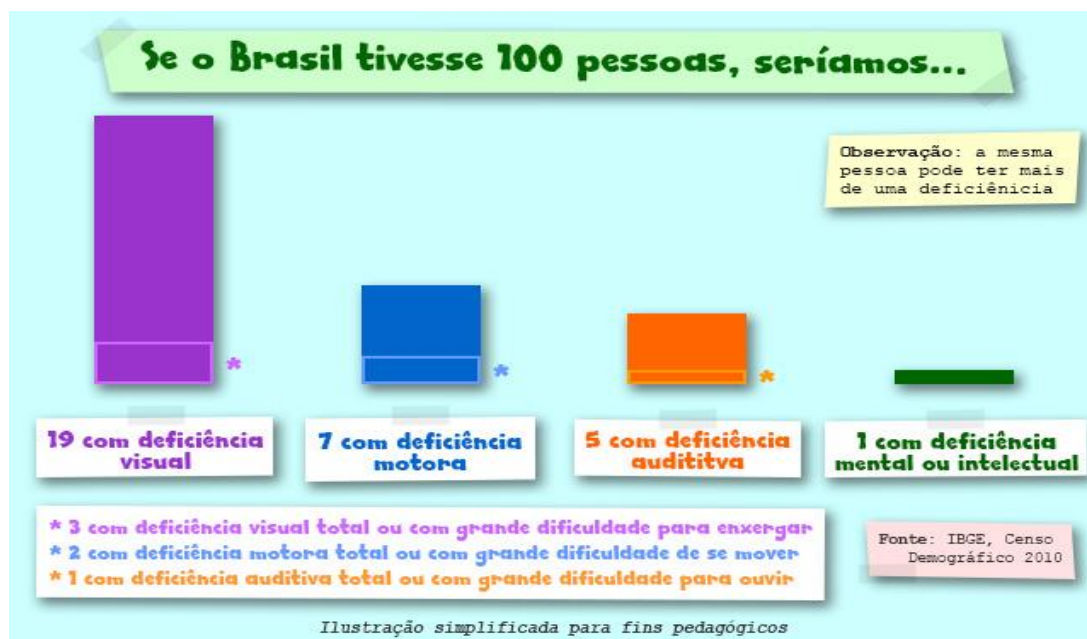
Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 2º).

Após os debates ocorridos entre movimentos mundiais das PcD's sobre como deveriam ser chamadas, foi decidido o uso do termo 'pessoas com deficiência' em todos os idiomas (SASSAKI, 2003). E os princípios básicos para estes movimentos terem chegado ao nome supracitado, foram: a) Não esconder ou camuflar a deficiência; b) Não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência; c) Mostrar com dignidade a realidade da deficiência; d) Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; e) Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como "pessoas com capacidades especiais", "pessoas com eficiências diferentes", "pessoas com habilidades diferenciadas", "pessoas deficientes", "pessoas especiais", "é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos", "não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia" (i.e., aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências); f) Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas; g) Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as "restrições de participação" (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humanos e físicos contra as pessoas com deficiência).

Ainda para Sasaki (2003, p. 6): "[...] usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano". Isto porque a terminologia é importante quando temas importantes são indicados com preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das PcD's no Brasil.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) considera a PcD aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Destaca-se nesta lei a sua destinação que é a de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Figura 1- Se no Brasil tivesse 100 pessoas, seríamos...



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

1.2 DEFICIÊNCIAS VISUAIS: CONTEXTO, CARACTERÍSTICAS E TIPOS

A cegueira e seus diferentes conceitos têm sua memória introduzida na história da humanidade, pois sempre foram marcados por sentimentos de desprezo, preconceito, incomplacência, religiosidade e ignorância (ROMA, 2018). Na Antiguidade, as pessoas cegas eram desprezadas pelas famílias e muitos escravos que ficaram cegos em combates passavam a ser usados como pedintes, mendigando nas ruas; outros eram usados em espetáculos circenses e ainda tinham aqueles usados como bobos da corte, humilhados pelos nobres.

De acordo com Aranha (2005, p. 13), “[...] o século XVII foi palco de novos avanços no conhecimento produzido na área da medicina, o que fortaleceu a tese da organicidade, e ampliou a compreensão da deficiência como processo natural”. A autora destaca que a deficiência, até então encarada como processos espirituais, passou a ser estudada como uma questão biológica e os tratamentos médicos começaram a se desenvolver, a partir do século XVIII, quando avançam os estudos sobre deficiência.

Na Idade Moderna, principalmente na Europa e, depois, nos Estados Unidos, surgiram os primeiros ensaios clínicos a respeito das pessoas com deficiência (MAZZOTA, 2011). Essas pesquisas analisavam os casos de deficiência para criarem métodos e procedimentos que pudessem ajudar no desenvolvimento físico, psicológico, visual e intelectual dos deficientes.

A maioria dos métodos foi criada na tentativa de ajudar as pessoas com deficiência a serem inseridas no convívio social. Dentre os pesquisadores destacam-se: Charles M. Eppée, que inventou o método de sinais, com o intuito de completar o alfabeto manual, inclusive para designar objetos que não eram percebidos pelos sentidos; Heinecke, que criou um método para ensinar os surdos-mudos “[...] a ler e falar mediante movimentos normais dos lábios, hoje denominado leitura labial ou leitura orofacial. Tal método veio em oposição ao método de sinais [...]” (MAZZOTTA, 2011, p. 18-19);

Várias tentativas buscaram identificar um meio eficaz para que as pessoas cegas pudessem ler e escrever, sobressaindo a empreendida por Hauy, que abrangeu o método de representação dos caracteres com linhas em alto relevo (MARTINS, 2015). O seu método auxiliou vários jovens a fazerem leituras e também a escrever, em especial ao jovem chamado Louis Braille, nascido em 1809, na França, que empreendeu todos os seus esforços para aperfeiçoar o Código pelo qual aprendera a ler.

O avanço e o aperfeiçoamento do código por Louis Braille, em 1837, trouxeram consigo a proposta da estrutura básica. Pouco tempo depois de criar o referido sistema, que posteriormente levou o seu nome, Louis Braille começou a ensinar no instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris (MARTINS, 2015). Por sua eficácia e aplicabilidade a todos os cegos, seu método foi reconhecido mundialmente após a sua morte.

O método *Braille* de leitura, atual até os dias de hoje, possui letras em relevo para facilitar o ensino de pessoas com deficiência visual (MAZZOTTA, 2011). A acolhida dos alunos com deficiência na escola (sala de aula) é muito importante para sua interação e integração com os demais colegas e profissionais que atuam na escola. Para isso, é importante conhecer o contexto histórico-social e o conhecimento real desses alunos para progredirem no processo de aprendizagem. O Sistema *Braille* é um instrumento fundamental na educação, habilitação, reabilitação e profissionalização das pessoas cegas (BRASIL, 2018). Braille faleceu em Paris, em 1852, aos 43 anos de idade.

A cegueira é considerada como uma alteração grave ou total de uma ou de várias funções relevantes da visão. Essa condição afeta de maneira recorrente a habilidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente (LOURENÇO et al., 2020). De acordo com os autores, em vários casos, a perda da visão ocasiona a extração do globo ocular e, conseqüentemente, ocorre a necessidade de uso de próteses em um ou em ambos os olhos. Pode ser considerada congênita, quando a pessoa

nasce com ela, ou pode ser adquirida, quando a pessoa desenvolve em decorrência de causas orgânicas ou acidentais.

O Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 3.128/ 2008, considera a pessoa com deficiência visual aquela que apresenta cegueira ou baixa visão. A referida portaria assim estabelece:

- 1) Baixa visão: Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica - categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10.
- 2) Cegueira: Considera-se cegueira quando esses valores se encontram abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10° - categorias 3, 4 e 5 do CID 10 (BRASIL, 2008).

A baixa visão diz respeito a um comprometimento das funções visuais, em ambos os olhos, que não pode ser recuperado, por exemplo, com o uso de óculos convencionais, lentes de contato ou cirurgias oftalmológicas (LOURENÇO et al., 2020). Representa uma modificação da capacidade funcional da visão, decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados que resultam em: 1) diminuição da acuidade visual; 2) redução importante do campo visual; 3) alterações corticais e ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual; 4) dificuldades de adaptação à luminosidade e percepção de cores e alterações de sensibilidade aos contrastes; 5) dificuldade para enxergar de perto ou de longe; 6) campo visual reduzido; 7) alteração na percepção de cores.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) ressalta que a cegueira afeta 39 milhões de pessoas em todo o mundo e que 246 milhões sofrem de perda moderada ou severa da visão. No Brasil, a população com cegueira seria um total de 1.577.016 de pessoas, equivalente a 0,75% da população (OTTAIANO, 2019).

1.3 DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL

Para entender a situação da pessoa com deficiência no Brasil se faz necessária uma digressão ao início de seu processo histórico. Desde o período Colonial o país passou por processos de exclusão social, começando pela política de exclusão aos primitivos indígenas, à violência da escravidão, à colonização portuguesa e ao pensamento médico no Brasil (GARCIA, 2011).

A exclusão social foi instaurada no Brasil desde a chegada dos portugueses, em que os povos indígenas, além de perderem a terra, também foram afetados em relação à cultura, aos costumes e às tradições, além de terem sido acometidos de inúmeros tipos de doenças trazidas pelos colonizadores (GARCIA, 2011).

Outro grupo discriminado no Brasil foi o dos escravos. Conforme Garcia (2011), os negros sofreram diferentes tipos de agressão, principalmente física e psicológica. Em relação às deficiências, a maioria estava relacionada ao tratamento recebido, principalmente nas embarcações superlotadas e com péssimas condições de higiene. Isso culminava com a transmissão de muitas doenças que os deixavam incapacitados para o trabalho ou com sequelas irreversíveis que os levava a morte. Segundo o autor, a maioria das deficiências adquiridas pelos escravos era física, pois eram obrigados a sobreviver aos diferentes castigos. Dentre eles destacam-se o acorrentamento em troncos e corte de seus membros, como forma de punir os que tentavam fugir de suas obrigações.

De acordo com Garcia (2011) desde que os portugueses desembarcaram nas terras brasileiras se depararam com um clima muito quente e com grande concentração de insetos. Isso implicou na saúde dos imigrantes que, por não estarem acostumados com as condições do novo território, adquiriram enfermidades graves, desencadeando restrições físicas, cerebrais e neurológicas.

É importante registrar que durante o Império, Dom Pedro II criou a Lei nº 1, de 02 de janeiro de 1837 que proibia de frequentar as escolas públicas: “[...] 1º: todas as pessoas que padecerem de moléstias contagiosas; 2º: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos” (FIGUEIRA, 2013, p. 60). Em função disso, a educação foi se constituindo não como um direito de todos, mas apenas de uma pequena parcela da população brasileira, a elite. Com isso, os negros, os indígenas e os deficientes representavam os milhares de pobres e miseráveis que compunham o povo brasileiro.

De acordo com Leão e Sofiato (2019, p. 2): “A primeira experiência de organização da educação dos cegos no Brasil deu-se através de um projeto apresentado na sessão da Assembleia Geral Legislativa, pelo deputado Cornélio Ferreira França, dia 29 de agosto de 1835”, porém esta somente foi concretizada em 1854. Assim, por meio do Decreto Imperial nº. 1428 foi criado o “Imperial Instituto dos Meninos Cegos” e, na sequência, em 1856, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (MAZZOTTA, 2011). No ensino estavam presentes, o

imperador Dom Pedro II⁵, a imperatriz Tereza Cristina e todo o ministério, sem a presença de José Álvares de Azevedo, que falecera seis meses antes, em 17 de março. A primeira administração do Instituto ficou por conta de José Francisco Xavier Sigaud⁶, no período de 1854 a 1856 (ZENI, 2005, apud LEÃO; SOFIATO, 2019).

No ano de 1891, já num novo momento político do país, o IIMC passou a se chamar Instituto Benjamin Constant, uma homenagem a Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o seu terceiro diretor. No referido Instituto funcionou, primeiramente, um célebre colégio, que mais tarde passou ao regime de internato, com intenção de educar os cegos para se tornarem cidadãos. Neste sistema, os alunos formados passavam a serem repetidores e mais tarde professores (LÁZARO, 2009). Segundo a autora, “repetidores era uma espécie de explicador das lições, que assumia a docência de certos grupos de alunos, e de acordo com o seu desempenho poderia vir ocupar o cargo de professor” (LÁZARO, 2009, p. 45).

Em 12 de março de 1909, registra-se a criação do Instituto de Cegos do Recife Antônio Pessoa de Queiroz, o 2º Instituto para cegos do Brasil e o 1º da Região Nordeste (MONTEIRO, 2021).

O Instituto São Rafael (ISR) foi a primeira instituição fundada em Minas Gerais voltada para a educação especial, fundada em Belo Horizonte, em 1925, por meio da solicitação de dois jovens ex-alunos do IBC: Aires da Mata Machado e João Gabriel de Almeida. O ISR tinha por finalidade a educação e a reabilitação de deficientes visuais com cegueira total ou parcial (LEÃO JUNIOR; GATTI, 2016).

O Instituto de Cegos Padre Chico nasceu em 07 de outubro de 1928, a partir de um apelo do Dr. José Pereira Gomes, médico oftalmologista, em uma reunião de comemoração à Semana Oftalmo-Neurológica da Sociedade de Medicina e Cirurgia em São Paulo para que se construísse uma escola para cegos. O Instituto solicitou à Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo a vinda de Irmãs para a direção da casa. De acordo com o desejo de seus benfeitores, o Instituto de Cegos Padre Chico foi batizado com o nome do Monsenhor

5 Dom Pedro II foi o primeiro governante do Brasil que se interessou por questões especificamente educacionais, inclusive das PcD's. Tendo sido responsável pela criação/incentivo do IIMC.

6 Francês, médico particular do imperador D. Pedro II, participou da criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Sua filha, Adèle Marie Louise Sigaud, cega 15 anos de idade, foi aluna de Azevedo, o que motivou a José Francisco Xavier Sigaud a empenhar-se pela criação de uma instituição nos moldes da francesa. Sigaud foi seu primeiro diretor e permaneceu no cargo até a data de sua morte. Adèle Marie Louise Sigaud, sua filha, foi a primeira aluna e, depois, professora de primeiras letras e de música do mesmo instituto.

Dr. Francisco de Paula Rodrigues (1840 – 1915), “Instituto Padre Chico” (IPC) (SILVA, 2022).

As primeiras providências referentes à assistência às pessoas com deficiência visual, no Estado da Bahia, como as educacionais, foram da Liga dos Institutos de Ensino Particular da Bahia (SANTOS, 2014). As ações desenvolvidas tiveram início, por meio da ‘Campanha Pró-Cego’, autorizada pelo diretor do Instituto Baiano de Ensino, o professor Alberto de Assis. E ainda, a partir de uma série de conferências feitas por ele em julho de 1933, abordando sobre a capacidade dos cegos.

Ainda no ano de 1933, segundo Leão Júnior e Gatti (2016), outra instituição para cegos foi fundada e intitulada, “Associação de Cegos Louis Braille”, continuando o mesmo seguimento de trabalho do ISR, com o objetivo de prestar assistência material e moral aos cegos, bem como prover a reabilitação e prevenção da cegueira. Deste modo, a política educacional mineira percorria para a equalização de problemas existentes na educação estadual em relação ao deficiente, oportunizando a inserção dele no processo de escolarização e no mundo do trabalho.

O sucesso da campanha motivou grande parte da sociedade baiana e até de outras localidades do país, impactando empresários, entidades de classe e autoridades políticas, propiciando o início das atividades do Instituto de Cegos da Bahia (ICB), que ocorreu em 30 de maio de 1937. Neste mesmo dia o Prof. Alberto de Assis foi empossado presidente do ICB (SANTOS, 2014).

Em março de 1941, no Rio Grande do Sul, foi criado o Instituto Santa Luzia, por incentivo de Dona Lydia Moschetti, e com a finalidade de acolher os cegos, dando oportunidades que antes não existiam nesse Estado. No dia 07 de junho de 1941, a instituição foi denominada Instituto Santa Luzia de Assistência aos Cegos. Em 07 de fevereiro de 1946, foi registrada alteração de denominação para Instituto Santa Luzia – Escola Profissional para Cegos e Surdos-mudos. Em 24 de novembro de 1955, teve alteração novamente na sua denominação para Instituto Santa Luzia - Ginásio e Escola Profissional para Cegos. Por fim, em 10 de março de 1975, teve sua última denominação alterada para o Instituto Santa Luzia - Escola de Primeiro Grau para Cegos (OLIVEIRA, 2008).

Em 1945, foi implantado no Instituto de Educação Caetano de Campos, em São Paulo, o primeiro curso de especialização de professores para o ensino de pessoas com deficiência

visual e, em 1946 foi criada por Dorina Nowill⁷ a Fundação para o Livro do Cego no Brasil. Essa organização recebeu, em 1991, seu nome em reconhecimento do trabalho realizado ao longo dos anos (SILVA, 2022).

As primeiras atividades da Fundação para o Livro do Cego no Brasil foram destinadas exclusivamente a suprir as necessidades de livros em *braille* para estudantes e outras pessoas cegas. A Cruz Vermelha Brasileira apoiava e cedia salas para realização dessas atividades e os alunos do Curso de Especialização de Professores para Cegos, da Escola Caetano de Campos, eram quem treinavam os voluntários para que eles transcrevessem os livros em *braille* e todo o processo era feito manualmente (NOWILL, 1996).

Na década de 1950, o Conselho Nacional de Educação permitiu o ingresso de estudantes cegos nas Faculdades de Filosofia, concedendo a eles possibilidade profissional no Ensino Superior. Ainda neste ano foi instalada, no Estado de São Paulo, a primeira classe *Braille* no ensino regular, funcionado em caráter experimental e tornando-se oficial em 1953 (FRANCO; DIAS, 2007). Em 1956 foi instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais, a qual passou a se chamar Campanha Nacional de Educação dos Cegos, em 1960, sendo subordinada diretamente ao Ministro de Estado da Educação e Cultura. É oportuno registrar que nas décadas de 1960 e 1970, houve um maior crescimento e desenvolvimento dos serviços destinados à reabilitação, em função de um maior incentivo e apoio governamental (MAZZOTTA, 2011).

No Estado de São Paulo, na década de 1970, iniciou-se a formação de professores de Educação Especial no Ensino Superior. E em 1973, surge o primeiro órgão destinado à organização deste campo, em âmbito nacional, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com a finalidade de promover, em todo o território nacional, a expansão e a melhoria do atendimento aos excepcionais (RAFANTE, 2015).

A Organização das Nações Unidas definiu o ano de 1981 como o ano internacional das pessoas com deficiência. Assim, como resultado destas mobilizações, em abril de 1984, na cidade de Florianópolis/SC, cria-se a Federação Brasileira de Entidades de Cegos – FEBEC

⁷ Dorina de Gouvêa Nowill nasceu em 28 de maio de 1919, na cidade de São Paulo. Em 1927, ingressou no Externato Elvira Brandão, onde cursou do primário ao ginásio, formando-se em 1935, em São Paulo. Ficou cega aos 17 anos de idade. Dorina foi a primeira mulher com deficiência visual a formar-se professora pela Escola Normal Caetano de Campos, em 1945. Em 1946, criou a Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB), produção de livros em *Braille*, a fim de democratizar o acesso a materiais didáticos. Dorina Nowill cursou especialização em ensino para cegos no *Teacher's College da Universidade de Columbia*, em Nova York, Estados Unidos. Em 1951, assumiu a Presidência da FLCB, onde atuou por mais de 60 anos (NOWILL, 1996).

propondo-se, assim, a ser a instância política máxima, no território nacional, de representação do movimento de cegos. Resultado do movimento unificado de cegos, a Organização Nacional de Cegos do Brasil (ONCB), não governamental e sem fins lucrativos, foi fundada em 27 de julho de 2008, na cidade de João Pessoa – Paraíba.

CAPÍTULO 2 – BIBLIOTECA INCLUSIVA

As bibliotecas ao longo dos tempos sofreram muitas transformações. Nos primórdios elas eram frequentadas pelas pessoas mais cultas e nobres da sociedade, numa demonstração de que era um lugar visitado por pessoas poderosas. Com o tempo, esses lugares sofreram mudanças e foram abertos ao público, tendo como principal meta a democratização do conhecimento⁸. Assim, “a função social da biblioteca está integrada com a da comunidade e a escola. Biblioteca e escola se complementam, se sucedem em diferentes etapas da vida do indivíduo e o marcam para sempre” (SUAIDEN, 1980, p. 2).

2.1 REVISITANDO A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS

A palavra Biblioteca deriva do grego (*biblio*= livro) (*théke*= coleção), etimologicamente, significando depósito de livros. O dicionário Aurélio da Língua portuguesa traz o seguinte significado para a palavra biblioteca: coleção pública ou privada de livros e documentos congêneres, organizada para o estudo, leitura e consulta (FERREIRA, 2010).

A data mais provável da criação das primeiras bibliotecas foi o ano de 2300 a.C., quando começou a aumentar o número de tabletas⁹. As bibliotecas nesses períodos eram lugares de se guardar, a sete chaves, os conhecimentos que não podiam cair em mãos erradas. Quem tinha acesso às informações e conhecimentos eram apenas os detentores do poder, como o alto Clero, a nobreza e os homens de letras (CHAGAS, 2010).

As bibliotecas de Nipur, na Babilônia, de Ebla¹⁰, no Norte da Síria, e a de Assurbanipal¹¹ são consideradas as mais antigas do mundo. De acordo com Santos (2014, p. 286), “as bibliotecas nasceram nos templos das cidades mesopotâmicas, onde teve uma função conservadora de registros de acontecimentos ligados à atividade religiosa, política, econômica e administrativa”. A preocupação em manter o acervo vem desde a Pré-história, e os povos mesopotâmicos foram os responsáveis pela concepção de biblioteca, como as que se

8 No Brasil, a primeira biblioteca pública foi fundada em 1807, em Salvador – Bahia, porém só aberta ao público em 1814 (CESARINO, 2007).

9 As tabletas, feitas de argila, eram o acervo da Antiguidade (SANTOS, 2012). Em outros tempos apareceram outros tipos de acervos, os de origem vegetal, o papiro; os de origem animal, o pergaminho (SANTOS, 2012).

10 A Biblioteca de Elba “é certamente, até hoje, o melhor exemplo descoberto e preservado” (CAMPBELL; 2016, p. 38).

11 A biblioteca tem o nome do Rei da Síria, Assurbanipal, situada no palácio deste rei, na cidade de Nínive e “contava com milhares de tábuas de argila com transcrições e textos sobre os mais variados assuntos” (SANTOS, 2014, p. 12).

tem na modernidade, ajuntamento do acervo, para a preservação da memória, do conhecimento.

Afirma-se que a biblioteca mais famosa da Antiguidade foi a de Alexandria, no Egito, fundada por Ptolomeu II. Reconhecida por um acervo de mais de 500.000 volumes, manuscritos do mundo antigo (MARTINS, 2002). Conforme o autor, a Escola de Tradutores de Toledo¹² foi responsável pela manutenção desse acervo. O desaparecimento da biblioteca de Alexandria ocorreu no ano 640 d.C, decorrente de “saques de conquistadores, fanáticos religiosos e desastres naturais” (SANTOS, 2014, p. 12).

É importante ressaltar que as escritas em papiros foram se perdendo ao longo dos tempos, ficando intactas as tabuletas feitas de cera e argila, as quais, mesmo soterradas, foram recuperadas, mantendo parte da história da Antiguidade até a Idade Média. Para Baéz (2006) existe um número incontável de obras desaparecidas na Antiguidade, causados por acidentes, desastres, queimadas, como ocorreu com a biblioteca de Alexandria, incendiada por quatro ocasiões.

Mey (2004, p. 12) diz que a Biblioteca de Alexandria,

[...] provavelmente sofreu mais de algumas e menos de outras – de todas as causas, até mesmo por sua longa permanência na história: ao todo, cerca de seis séculos. Deixou-nos uma herança indelével, um exemplo a ser seguido, de busca do conhecimento e da intolerância. Certamente o homem moderno tem muito a aprender das lições de Alexandria [...].

Na Idade Média, a biblioteca era local de produção de manuscrito¹³, com acesso apenas permitido aos frequentadores dos conventos e dos palácios. A leitura era considerada sagrada, e estava ligada às ordens religiosas, aos mosteiros e às catedrais (MARTINS, 2002). O livro “O nome da Rosa”, de Umberto Eco, apresenta com precisão esse ambiente. No livro, o autor traz a figura do bibliotecário, aquele que cuidava e zelava do acervo ali guardado.

No período conhecido como Iluminismo (Renascimento ou Renascimento) havia um grande interesse em se restaurar os documentos perdidos na Antiguidade e na Idade Média (BARATIN; JACOB, 2006). Trata-se de um período de grandes interesses intelectuais, configurando-se na época de ouro das bibliotecas, destacam-se: Estes, em Ferrara; Federico da Montefeltro, em Urbino; Laurenziana dos Medici, em Florença, e a biblioteca do Vaticano, (1450), fundada pelo Papa Nicolau V. Assim, houve análises da situação física dos livros, do

12 Criada por Afonso X, o Sábio.

13 *Scriptorium*, oficina onde os monges realizavam cópias manuscritas de obras clássicas e religiosas (MARTINS, 2002).

melhor lugar para guardá-los, da estrutura arquitetônica dos prédios que os abrigariam, e sobre quem devia cuidar deles. Nesse tempo, a leitura já era mais aberta e circulava entre a elite.

Destinaram-se como melhores locais às bibliotecas: as universidades e academias, e os mosteiros (BARATIN; JACOB, 2006). Locais onde os livros pudessem ser manuseados, lidos, servindo como um bem social. Começa-se, nesta época, a democratização dos livros, que deixam de ter um caráter sagrado e sigiloso e começam a fazer parte da vida das pessoas comuns.

Conforme Santos (2012, p. 186):

As bibliotecas dessa época contavam com o apoio de duques, mercadores e reis, tanto em recursos financeiros quanto humanos. Muitos tinham à sua disposição, nada menos, que quarenta e cinco copistas, o que logicamente demonstrava a ligação real que se desenvolveu entre essa nova erudição e o exercício do poder.

A invenção da imprensa, em 1439, pelo alemão Johannes Gutenberg (1398-1468) contribuiu para com a popularização dos livros, originando as bibliotecas modernas, públicas, como por Exemplo, as bibliotecas de Ambrosiana, em Milão e a Biblioteca Nacional de Berlim. Battles (2003, p. 72) afirma que “[...] o título de primeira biblioteca pública moderna talvez seja frequentemente dado à Biblioteca de San Marco, fundada por Cosimo de Médici, em 1444”. Mais tarde surgem as grandes bibliotecas, conhecidas como bibliotecas nacionais, tais como: Biblioteca Nacional Espanhola, em Madrid, em 1712; a biblioteca do Museu Britânico, em Londres; a *Bibliothèque Nationale*, em Paris; a Biblioteca do Congresso, Estados Unidos, 1800; a Biblioteca Lenine, em Moscovo, dentre outras (MARTINS, 2002).

2.1.1 A história da biblioteca no Brasil

No Ano de 1500, os portugueses chegaram a terras brasileiras e com eles parte da cultura europeia, incluindo alguns livros. No Brasil, entre os séculos XVI e XVII, os raros livros que circulavam eram de cunho religioso, correspondendo à fase de catequização dos padres Jesuítas. E as bibliotecas foram construídas nos mosteiros religiosos: jesuíticos, franciscanos, carmelitas e beneditinos.

Os Colégios da Companhia de Jesus abriram as portas das primeiras bibliotecas brasileiras. Conforme Serafim Leite (1987, p. 27), “os Jesuítas foram, incontestavelmente, os

fundadores, (não só precursores) da literatura brasileira. E nos seus colégios e casas se formaram as primeiras bibliotecas do Brasil”.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1807, correspondente ao período imperial, juntamente com seus pertences de valor, como ouro, joias, vestuários, tapetes, vieram os livros que compunham a Biblioteca Real¹⁴. O acervo era composto por manuscritos, livros, gravuras, mapas e outros materiais que a tornaram uma das maiores e melhores bibliotecas da Europa e do mundo (MARTINS, 2002).

Durante os primeiros anos no Brasil, a Biblioteca Real atendeu às pessoas da corte, à família real, aos homens brancos, livres e de posses. Mais tarde, esta biblioteca recebeu o nome de Biblioteca Nacional, espaço dedicado à burguesia masculina da cidade do Rio de Janeiro, tendo suas portas abertas ao público em 1814. D. João VI foi o responsável, então, pela democratização da biblioteca no Brasil (MARTINS, 2002).

Outro marco na história das bibliotecas no Brasil foi a fundação, em 1818, em Salvador – BA, da primeira Biblioteca Pública. Esta por iniciativa dos senhores de engenho para promover a instrução do povo. Nessa época o país possuía duas bibliotecas públicas: a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, e a Biblioteca Pública de Salvador. Outra de grande importância no Brasil é a Biblioteca Municipal de São Paulo.

Em 1937 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL/MEC), órgão responsável pela circulação de livros. Sua fundação coincide com o início da Ditadura Militar, primeira fase dela. Tempo em que a Censura proibia a leitura de informativos de jornais, almanaques e livros. No auge da Ditadura Militar, as bibliotecas sofreram reprimendas e livros de escritores brasileiros foram escondidos, e seus autores¹⁵ exilados. A censura à biblioteca foi uma forma de evitar que as pessoas tivessem acesso ao conhecimento e a tudo que pudesse levá-los contra o governo (MARTINS, 2002).

Atualmente, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é reconhecida como uma das mais importantes do mundo, contando com um acervo de nove milhões de peças (entre livros, manuscritos, periódicos, estampas, mapas, partituras etc.).

2.2 A BIBLIOTECA ESCOLAR

14 A Biblioteca Real, ainda em Portugal, teve todo seu acervo destruído pelo terremoto de Lisboa, em 1755. Nova reunião de documentos e livros foi iniciada por outro João I, com recursos destinados às compras e por meio de doações.

15 Na década de 1970, a censura se intensificou; escritores como Jorge Amado e Érico Veríssimo lideraram um movimento contra a censura aos livros.

As primeiras bibliotecas escolares tiveram início na França, no século XIX (HEBRARD, 2004). No Brasil, tardiamente, Fernando de Azevedo foi um dos precursores em relacionar escola e biblioteca, promovendo em 1927, a criação de bibliotecas nas escolas primárias. Outro precursor foi Anísio Teixeira que, em 1931, criou na escola sob sua direção uma biblioteca escolar pública, incentivando a interação entre escolas e bibliotecas.

A biblioteca é o local ideal para práticas escolares, pois é um espaço que contribui para com a abertura de horizontes, para professores, alunos e público em geral. Conforme Eco (1994, p. 24), “[...] a biblioteca é um problema da escola, do município, do Estado, é um problema de civilização e continua a ser uma coisa desconhecida para a maioria das pessoas, há uma distonia, uma falta de entendimento entre o cidadão e a biblioteca”.

Segundo Souza (2016, p. 57), a biblioteca é:

[...] um significativo centro dinâmico de informação da escola, tem papel fundamental na atividade de pesquisa, como, por exemplo, para realização da feira de ciências, para contribuir na difusão de informações e na produção do conhecimento, na aprendizagem e no desenvolvimento intelectual. Ela contribui para aumentar os conhecimentos técnicos e científicos por meios dos registros coletados, riqueza informacional produzida pela sociedade e, ainda, para a formação de habilidades cognitivas. Pela sua função educativa – leitura, pesquisa e cultura – possibilitam aos alunos ampliar seus conhecimentos.

A biblioteca é a representação do conhecimento científico, literário, artístico, histórico da humanidade e tem como uma das suas principais metas o estímulo à leitura, contudo a maioria delas não tem se preocupado em atingir essa meta (CHAGAS, 2016). Para a autora, a biblioteca é um espaço essencial do processo de aprendizagem, porém, no Brasil a cultura do uso de biblioteca é pouco difundida, tanto que a maioria delas “vive em estado invisível, esquecida, vista como depósito de livros” (CHAGAS, 2016, p. 1). Muitas escolas não dispõem de lugares próprios, e nessas as chamadas bibliotecas ocupam lugares pouco digno, quiçá, uma sala de leitura, na maioria das vezes, num espaço inadequado, pequeno, pouco ventilado e precário de atrativos.

Acrescenta-se ainda, que as bibliotecas escolares, principalmente das escolas públicas, possuem acervo pequeno e desatualizado. De acordo com Silva (1995), o descaso de políticas públicas para as bibliotecas tem a ver com o próprio ato de ler, em que a leitura foi sempre um privilégio das classes mais abastadas, nunca foi democrática nem atingiu as classes populares.

Conforme a autora:

A ‘crise da leitura’ não é uma doença destas últimas décadas e nem deste século: ela vem sendo reproduzida desde o período colonial, juntamente com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas concretas para a popularização do livro (SILVA, 1995, p. 49).

Faz-se necessário, e urgente, ações pedagógicas voltadas para a criação e implementação das bibliotecas das escolas públicas, adequando o acervo aos interesses da clientela das escolas e desenvolvendo, em parceria com o grupo gestor e o corpo docente da escola, atividades que atraiam os alunos para usar e participar desse espaço, como um lugar de reflexão e de aprendizagem.

As atuais bibliotecas escolares deveriam assumir o desafio de auxiliar professores em sala de aula, articulando os diferentes espaços da biblioteca com a aula, livrando-os das aulas expositivas durante horas. Partindo desse pensamento, a escola precisa rever seu projeto Educativo o que exige outras formas de atuar, principalmente quanto às funções da biblioteca escolar, suas finalidades perante a instituição escolar (SOUZA, 2016, p. 93).

Campello et al (2003) afirmam que numa sociedade letrada é evidente que jovens e crianças sejam preparados para serem usuários das informações além da sala de aula. Além disso, a Biblioteca escolar deve: 1) tornar-se um campo para exploração e enriquecimento cultural; 2) difundir a boa leitura; 3) orientar o uso do livro, visando à pesquisa e à educação individual; 4) criar um ambiente favorável à formação do hábito de leitura.

Destarte, a biblioteca “deve ser o reflexo e causa das transformações da sociedade; deve receber influências, interferir, ser início, meio e fim das alterações sociais, numa sequência interminável” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 22). Isso, porque a biblioteca é o canal de comunicação entre a cultura e o povo. Nela está arquivada a maioria dos registros da história mundial e local, a saber: os conhecimentos acumulados produzidos pela sociedade.

Para Costa (2015, p. 15), “a biblioteca escolar precisa ser reconhecida como recurso essencial no processo educacional, participando e facilitando o processo de ensino-aprendizagem, aproximando ensino e biblioteca”. Ou seja, o modelo das antigas bibliotecas pouco atrai o público estudantil (crianças/adolescentes e jovens), por isso esses recintos devem acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, a fim de atender melhor e atrair mais usuários.

De acordo com o Manifesto publicado pela Unesco¹⁶ (2000), a Biblioteca Escolar faz parte do processo educativo e deve, entre outras finalidades, estimular a aprendizagem, numa perspectiva de utilização da biblioteca ao longo da vida; deve criar condições de pesquisa de informação para a aquisição de conhecimentos e de lazer; deve apoiar os alunos no desenvolvimento da pesquisa, proporcionar recursos nas mais variadas dimensões sociais, dinamizar atividades que estimulem uma consciência social e cultural nos alunos; cooperar com todos os elementos da comunidade escolar: professores, alunos, gestores educativos, pais e outros agentes educativos, na persecução das finalidades da Educação; defender princípios pelos quais o acesso à informação e ao pensamento livre são elementos fundamentais na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Em vista disso, a Lei n. 12.244/2010, lei da universalização das bibliotecas escolares, traz novas medidas para serem tomadas, principalmente em relação à gestão destas. A referida lei compreende apenas quatro artigos, nos quais apresentam as ideias sobre sua efetivação. O Art. 2º traz: “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura”.

Em seu Parágrafo Único afirma a obrigatoriedade de “um acervo de livros, no mínimo um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares” (BRASIL, 2010). O que se pode afirmar é que a quantidade de livros exigida está bem superior à realidade da maioria das escolas brasileiras.

O Art. 3º traz que “os sistemas de ensino do país deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário”. Em relação ao número de bibliotecas em escolas brasileiras, o Censo, disponíveis no portal todos pela educação, apresenta que, em 2011 no Brasil, o número de escolas públicas e privadas era de 193.053, sendo que 65.033 possuíam bibliotecas e 128.020 não possuíam, ou seja, até em 2020 deveriam ter sido construídas, aproximadamente, 63.000 bibliotecas escolares (BRASIL, 2011).

16 O Manifesto foi preparado pela IFLA e aprovado pela UNESCO em sua Conferência Geral de novembro de 1999

Em um prazo máximo de dez anos para sua efetivação, conforme a Lei 12.244/2010, é uma realidade utópica, além de ir de encontro às prioridades do governo. Isso porque, não há na referida lei marcos que regulamentam o cumprimento da mesma, conforme Silva (2011, p. 509), “a maior deficiência da Lei é a indefinição das responsabilidades compulsórias e de punições quanto ao seu cumprimento”, isso poderia impedir que o objetivo da universalização no prazo proposto pela Lei não fosse cumprido. E impediu, pois não se cumpriu a meta. O que se verifica é que, por se tratar de uma norma regulamentada pelo poder público, em que ele mesmo deveria cumpri-la, a aceitação da não efetivação da mesma é normal. Em relação aos beneficiários, há uma postura de conformidade.

Em 2014 houve o I Colóquio de Biblioteca Escolar. Nesse evento, o Ministério Público, no âmbito Federal e Estadual (JUSBRASIL, 2014), discutiu-se sobre a importância das bibliotecas escolares no Brasil. A campanha “Eu quero minha biblioteca”, lançada pelo Instituto Ecofuturo, conseguiu reunir nove instituições parceiras, buscando mobilizar a sociedade para ações que levassem à materialização da Lei, dentre outras ações.

Esses movimentos foram importantes, os debates também o foram, além dos diversos trabalhos científicos sobre o tema, porém de acordo com o Censo Escolar de 2016, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP-MEC)¹⁷, do total de 217.480 escolas públicas do país, apenas 21% possuem biblioteca em suas dependências. E das 61.878 escolas da rede privada de ensino, 38% possuem biblioteca escolar. Ou seja, não houve aumento expressivo de bibliotecas escolares, não se cumpriu a lei.

De acordo com Oriá (2017, p. 17):

A distribuição de bibliotecas escolares por região apresenta o seguinte quadro: - Região Norte: do universo de 33.955 escolas, apenas 16% possuem biblioteca; - Região Nordeste: de 109.240 escolas, apenas 18% declararam possuir biblioteca; - Região Centro-oeste: de 13.124 escolas, 39% possuem biblioteca; - Região Sudeste: do total de 88.216 escolas, 28% contam com biblioteca; - Região Sul: de 34.823 escolas, 44% dispõem de biblioteca. Diante desses números, podemos concluir que, hoje, no Brasil, segundo o Censo Escolar de 2016, do universo de 279.358 estabelecimentos de ensino públicos e privados, somente 25% possuem biblioteca escolar em sua infraestrutura. Ou seja, cerca de 75% das escolas brasileiras estão desprovidas desse importante recurso didático-pedagógico- a biblioteca.

A meta da universalização de biblioteca nas escolas foi adiada para 2022, de acordo com o Projeto de Lei 4401/20. A autora, deputada Professora Dayane Pimentel (PSL-BA), afirma que “o prazo de cumprimento da Lei das Bibliotecas esgota-se em 2020, mas a crise

17 <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar>.

econômica vivida pelo País de maneira mais intensa até 2018 e a ocorrência da pandemia do novo coronavírus no presente ano criaram dificuldades de efetivo cumprimento da Lei no prazo inicialmente idealizado”.

Em Goiás, de acordo com o Censo 2019, as escolas públicas Estaduais atingiram 89% de bibliotecas nas escolas; as municipais atingiram 58,5% do número de bibliotecas e as escolas particulares atingiram 93,2%. Um número expressivo, em relação aos diversos Estados brasileiros (BRASIL, 2019).

2.3 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A educação ofertada pelos Institutos Federais (IF's) no Brasil compreende uma formação voltada para a profissionalização, incluindo: Educação Básica, Médio Técnico e Ensino Superior, de acordo com a sua Lei de criação (BRASIL, 2008, p. 2), segundo a qual, “para regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais”. Assim, as bibliotecas dos IF's são equiparadas as de uma universidade, atendendo tanto os usuários de biblioteca escolar, quanto os de biblioteca universitária.

Trata-se de bibliotecas preparadas e compostas por acervos que podem estimular novas descobertas informacionais (PACHECO, 2011), para todos os tipos de usuários que as frequentam, particularmente os discentes dos IF's. Neste ambiente, o bibliotecário não só realiza atividades de processamento técnico do acervo, como também concede autonomia ao usuário na busca e no uso da informação.

A infraestrutura das bibliotecas dos IF's proporciona ambientes de aprendizagem, oferecendo um produto de qualidade aos estudantes, na forma de as bibliotecas estarem integradas ao processo de ensino-aprendizagem (PACHECO, 2011). Trata-se de uma educação de qualidade, visto que atuação da biblioteca também é de qualidade, “que cumpre com seu papel social e que não seja apenas um mero depósito de livros com serviço de empréstimo e devolução do acervo” (BECKER, 2015, p. 27).

Como afirma Dóris de Queiroz de Carvalho (1970), a biblioteca deve ser um ambiente facilitador do ensino, fornecendo acervo apropriado, tanto para aluno quanto para professor, com ambiente acolhedor para despertar o gosto pela leitura, assim como o costume de utilizar

os livros, a competência para a pesquisa, dentre outras qualidades que podem contribuir para suas profissões.

Becker (2015, p. 41-42), complementando, afirma que:

Há 46 anos já se pensava o que deveriam ser as bibliotecas das Instituições que atualmente compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: ambientes aconchegantes e organizados, compostos por acervo qualificado e em diferentes suportes; com profissionais comprometidos com a formação do leitor, dos alunos; com o incentivo e a orientação à leitura e à pesquisa; com o livre acesso à informação; e com a liberdade de uso. As bibliotecas que possuem ambientes com essas características e bibliotecários com essas funções possuem condições de atender, com boa qualidade, usuários da educação básica, profissional e universitária.

Destarte, desde 2008, com a criação dos IF's, as bibliotecas de todas as unidades brasileiras são integradas, ou seja, fazem parte de um mesmo instituto. Essa integração facilita o diálogo entre as unidades, entre os bibliotecários e suas ações, entre os diversos encaminhamentos tomados, principalmente entre os IF's de mesmo Estado, no caso deste estudo, os IF's do Estado de Goiás. Isso facilita mais pesquisas nos/entre os institutos, maior proximidade de trocas de informações e articulações em prol das bibliotecas (PACHECO; 2011; BECKER; 2015).

Essas inovações refletem nos resultados dos serviços dos próprios bibliotecários, “pois uma instituição educacional contemporânea e comprometida com a sociedade, no mínimo, deve oferecer, por meio das bibliotecas, um ambiente informacional atualizado, organizado e planejado, que oportunize acesso à informação para todos” (BECKER; 2015, 42). Nesse sentido, os bibliotecários têm competência para levar o usuário ao entendimento, ao alcance da informação que busca, à compreensão dos dados pesquisados, por meio da interação entre eles. Porém, neste ponto questiona-se sobre a inclusão de alunos com deficiência nesses ambientes.

2.3.1 Bibliotecário ou gestor de biblioteca?

O bibliotecário desempenha ao mesmo tempo o papel de educador e de gestor, tendo como principal atividade “ofertar serviços, por meio da avaliação no uso de ferramentas de gestão, e qualidade, propiciando o acesso e o uso da informação para todos” (BERL; MORO; ESTABEL, 2008, p. 32), com eficiência e eficácia, para atender as necessidades de informação dos usuários.

Na atualidade, a área de biblioteca encontra-se atingida pelo desafio de: inovar, mudar a forma de trabalhar rapidamente, pois compete com as novas tecnologias. Assim, as bibliotecas também repensam seus serviços e produtos, “buscando melhor atender a comunidade [...] e criar assim mais vantagens competitivas para suas instituições, utilizando para isso o conhecimento, sugestões e opiniões de colaboradores e usuários” (MARTINS, 2012, p. 13).

A partir da década de 1970, mais precisamente em 1975, houve a necessidade de se ampliar o espaço da biblioteca, para os fins pedagógicos, e foi indicada a participação do bibliotecário no planejamento curricular. Os grandes desafios de mudança enfrentados pelas bibliotecas, públicas ou privadas, se devem, nos últimos tempos, com maior intensidade, principalmente a fatores como: a globalização, a competitividade, o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento de novas potências mundiais e outros que, conseqüentemente, induzem esses locais de aprendizagem a se moldarem ao contexto vigente e aos novos padrões. Todas as organizações, incluindo-se as bibliotecas, devem se orientar para inovações na forma de gestão e nas necessidades e expectativas dos usuários (CAMPELLO et al., 2003).

Frente a essa discussão, é função do gestor em serviço de bibliotecas escolares priorizarem a aprendizagem em todo o processo de desenvolvimento humano, além do acesso e uso da informação. Isso quer dizer que o gestor deve garantir que a biblioteca seja capaz de atender às necessidades de leitura e de pesquisa dos alunos.

O gestor de bibliotecas escolares, cujo papel dentro da instituição é educativo/pedagógico, pode desenvolver projetos que ativem o interesse dos alunos para que usem o material disponível como aporte pedagógico para o seu crescimento intelectual (SILVA, 2016). Na verdade, o bibliotecário tem como função atrair o usuário para a leitura e, conseqüentemente, para os produtos oferecidos na biblioteca. Na atualidade, isso é realizado por meio da criação de ciberespaços e do mundo virtual, enfatizando o contexto histórico-social em que o aluno está inserido.

Nas palavras de Santa Anna (2016, p. 17), “o papel do bibliotecário, ao considerar a biblioteca como um sistema dinâmico e organizacional, deve extravasar a atuação técnica e operacional, devendo adquirir competências mais específicas direcionadas a fatores humanos, administrativos e sistêmicos”. O gestor em serviços de bibliotecas precisa oferecer ferramentas que possibilitem ao aluno desenvolver seu pensamento crítico, por meio do efetivo acesso à informação em todos os formatos e meios.

O gestor de bibliotecas escolares tem ainda como função organizar e garantir serviços que atenderão às necessidades dos usuários. Ou seja, esse gestor precisa “controlar o empréstimo de acervo de uma determinada área do conhecimento, para poder definir a necessidade de novas aquisições, de política de seleção e de crescimento do acervo naquela área específica” (SANTA ANNA, 2016, p. 33). Esse controle se dá pela mensuração do uso do acervo, levando em consideração a procura, a consulta e o empréstimo.

A gestão de bibliotecas pode ser incluída na Gestão do Conhecimento, ou seja, ela não deve voltar-se apenas para os recursos materializados em certos suportes como livros, documentos, fichas, formulários, dentre tantos outros. Essa gestão deve administrar os recursos gerados pela instituição durante sua trajetória existencial. Juntamente com a gestão do conhecimento está a gestão da informação.

De acordo com Behr, Moro e Estabel (2008, p. 42):

O bibliotecário que busca a atualização e a especialização para sua competência informacional propiciará aos seus usuários espaços de convivência de aptidões intelectuais e cognitivas, de cidadania e de acesso à informação para todos, através da qualidade dos serviços prestados, avaliados em programas e ferramentas de qualidade em serviços de informação para todos.

É preciso deixar claro que a transformação nas bibliotecas escolares é iminente e para que isso aconteça é preciso inovação e criatividade por parte de seus gestores. O bibliotecário deve oferecer um serviço de qualidade, fazendo uso de alguns programas e ferramentas de gestão.

Para Roca (2012, p. 10), “a biblioteca escolar deverá responder às atuais necessidades das escolas. Deverá ancorar-se no sistema educacional ao articular-se como recurso educativo facilitador que gera possibilidades reais de apoio ao trabalho docente [...]”. Por isso, ela deve ter atrativos que venham ao encontro do seu público, os alunos da escola.

A biblioteca deve propiciar narrações de histórias, em busca de chamar a atenção dos alunos, “descobriu-se uma nova forma de despertar o interesse pelo mundo encantado da leitura” (PACHECO, 2006, p. 345). Após as histórias são realizadas atividades de fixação, tais como: produção de textos, pesquisas, desenhos, entre outras. As histórias despertam a criatividade e exercitam a sociabilidade trabalhando em equipe.

Burin e Lima (2013) relatam que na Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina - Campus Lages - foi instituído o projeto "Arte e Cultura na Biblioteca", por meio de exposições (sobre folclore, Revolução Farroupilha, dentre outras), palestras, cinema e oficinas

literárias, tudo em parceria com a comunidade escolar e a sociedade em geral. Ferreira e Santana (2013) expõem que na Biblioteca do Centro de Educação Básica, em Feira de Santana (BA) foi desenvolvido o projeto “Cuida de Mim”, em que as crianças das séries iniciais se responsabilizavam por um animalzinho de brinquedo, durante uma semana. Nesta experiência, junto ao animal vai uma carta explicativa aos pais sobre a atividade e um caderno, no qual a criança precisa contar sua experiência com o brinquedo. O objetivo é estimular a escrita de maneira lúdica e divertida.

Relatos de experiências no âmbito das bibliotecas trazem propostas inovadoras e/ou criativas para estes ambientes. Porém, antes de realizar qualquer atividade na biblioteca, o bibliotecário ou responsável deve prioritariamente conhecer o seu público; elaborar pesquisas de satisfação; conhecer as necessidades e prioridades informacionais; esclarecer as dificuldades. Isso possibilita a criação de produtos ou serviços que contribuam para a plena satisfação do interagente (ROCA, 2012).

.

CAPÍTULO 3 – INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O termo inclusão significa: “[...] afiliação, combinação, compreensão, envolvimento, continência, circunvizinhança. Ainda quer dizer ‘estar com’ o outro e cuidar uns dos outros [...]” (FOREST; PEARPOINT, 1997, p. 137). A partir dessa compreensão, a inclusão, enquanto processo educacional, envolve alunos, professores, pais e a comunidade para que se possa construir uma educação mais justa e igualitária para todos.

Verificam-se nas políticas públicas o ideal da inclusão, no sentido de trazer a pessoa com deficiência e/ou com outras diferenças para o seio da sociedade, “[...] o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos” (BRASIL, 2010, p. 9).

Nessa perspectiva:

A inclusão baseia-se em princípios tais como: a aceitação das diferenças individuais como um atributo e não como um obstáculo, a valorização da diversidade humana [...] para que nenhum aluno seja novamente excluído com base em alguma necessidade educacional muito especial (ZAMAI, 2004, p.119-120).

Se na fase da integração os alunos com deficiências e/ou que tivessem dificuldades em acompanhar o sistema regular de ensino eram excluídos, na inclusão é necessário que se valorize as diferenças, a fim de que todos os alunos sejam incluídos e atendidos da melhor forma possível, sem distinção de qualquer natureza.

Nesse sentido, a inclusão “[...] não trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou escola. [...] trata, sim, de como nós lidamos (ou como evitamos lidar) com nova moralidade”. (FOREST; PEARPOINT, 1997 p. 138). Dessa maneira, para que a inclusão se efetive é necessário bem mais do que abrir as portas da escola.

É preciso que a escola disponibilize recursos inclusivos, tais como: 1 – o Atendimento Educacional Especializado (AEE); 2 – o Plano de Ensino Individualizado (PEI), 3 – a sala de recursos multifuncional, entre outros. Além disso, é preciso que os professores tenham formação inicial e continuada para atender as necessidades dos alunos especiais, assim como oferecer uma educação de qualidade a todos, sem distinção (BRAUN; VIANNA, 2011).

Em relação à educação inclusiva:

Somos nós que estamos nos preparando, criando caminhos e permitindo que elas venham conviver conosco. Por este motivo, cada vez mais vemos crianças, nos

espaços de lazeres e em todos os lugares da vida diária. Devemos estar preparados para essa convivência, aceitando as diferenças e a individualidade de cada pessoa, uma vez que o conceito de inclusão mantém este lema: Todas as pessoas têm o mesmo valor (FIGUEIRA, 2013, p. 5).

De acordo com o autor, a educação inclusiva permite uma aproximação maior com as diferenças, no sentido de criar laços em busca dos mesmos objetivos. Outro ponto importante sobre a educação inclusiva diz respeito à formação dos profissionais da educação, para atuar com essa modalidade de ensino “[...] a formação do professor deve ocorrer na ótica da educação inclusiva [...] a quem cabe atuar, a fim de reestruturar suas práticas pedagógicas para o processo de inclusão educacional” (FREITAS, 2006, p. 173).

Nesse sentido, a formação dos professores para atuar com inclusão escolar precisa contemplar práticas pedagógicas diferenciadas, a fim de desempenhar um ensino capaz de suprir as necessidades do aluno com deficiência. De acordo com Mazzotta (2011), a inclusão não pode ser vista apenas voltada às pessoas com deficiências. É preciso considerar que ela atende também aos segmentos sociais minoritários, que lutam contra o preconceito. A inclusão escolar pretende inserir todos no sistema regular de ensino, sem qualquer tipo de preconceito e exclusão. Desta forma, é necessário contribuir para constituição de uma sociedade mais justa e igualitária, não só no contexto escolar, mas também em ambientes sociais, familiares e profissionais.

Embora o processo da inclusão escolar garanta o direito de acesso das pessoas com deficiência (PcD) ao sistema regular de ensino, ainda existe, segundo a Cartilha da Inclusão Escolar (2014), um total de 6 milhões de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais fora das instituições de ensino, uma vez que apenas 712 mil encontram-se matriculadas em escolas especiais regulares.

Em relação às instituições e aos profissionais que atuam no atendimento de pessoas com deficiência os dados indicam que existem no Brasil:

[...] um total de 2.724 escolas especiais, 4.325 classes especiais e 17.469 escolas públicas regulares com apoio pedagógico especializado (apenas 31,5% do total). Dos 2,3 milhões de professores Brasileiros apenas 55 mil se dedicam à Educação Especial (2,4%), 77,8% com formação específica na área e 47% lotados em escolas regulares e 53% em escolas especiais. (BRASIL, 2014, p. 8).

Apesar dos recentes avanços em relação à Educação Especial, muita coisa ainda precisa ser feita, tanto no que se refere à infraestrutura quanto nos investimentos em relação à formação dos profissionais da educação para atuar na educação inclusiva e, também, da

conscientização da sociedade quanto à inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais no meio escolar.

Vale ressaltar que as pessoas com deficiência têm o direito à educação inclusiva e, apesar de ser uma tarefa complexa, é preciso esforços políticos e pedagógicos para atender uma demanda que ficou, durante séculos, excluída/reprimida pela sociedade (MANTOAN, 2004, p. 94). Acredita-se que ocorreram significativos avanços, nas últimas décadas, em relação à inclusão das pessoas com deficiência, tanto no que se refere à legislação em nível mundial, quanto nacional.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INCLUSÃO NO BRASIL

A inclusão teve seu marco histórico inicial na década de 1990, com grandes convenções internacionais, como a *Convenção Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtien na Tailândia (1990). Um grande divisor de águas para a Educação Especial aconteceu em Barcelona – Espanha, em 1994, a conferência intitulada, “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso à qualidade”.

O encontro reuniu mais de 300 participantes, representando 92 governos e 25 organizações internacionais (BRASIL, 1994). A Conferência teve como objetivo discutir as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento da educação inclusiva, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo, as com necessidades educativas especiais (BRASIL, 1994).

A Declaração de Salamanca revelou-se um instrumento impulsionador de transformações no cenário da educação mundial e nas políticas públicas educacionais, ao colocar como imprescindível a inclusão educacional, de modo que as necessidades educacionais especiais dos alunos sejam permanentemente atendidas. Desde então, tornou-se crescente o entendimento de que, apesar de demandar atendimento especializado, alunos com deficiências devem “ser tratados como qualquer educando no que se refere aos direitos, deveres, normas, regulamentos, combinados, disciplina e demais aspectos da vida escolar” (SÁ; CAMPOS; SILVA, 2007, p. 14).

Conforme a Declaração de Salamanca:

Todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como

ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade [...] Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva [...] (BRASIL, 1994).

Nessa Conferência ficou afirmado que todas as crianças tinham o direito à educação escolar e precisavam atingir um nível satisfatório de aprendizagem, mesmo que todas elas apresentem características de aprendizagem única. Diante disso, a escola deveria apresentar uma estrutura que assegurasse a Educação Especial, ou seja, que fosse adequada às condições do aluno, de modo que fossem capazes de combater qualquer atitude discriminatória (BRASIL, 1994). Para isso, os governos deveriam priorizar, nos sistemas político e financeiro, o atendimento, nos sistemas educacionais, do ensino especial a todos os alunos, independente de suas diferenças e dificuldades individuais. Além disso, que fosse adotada a educação inclusiva em forma de lei – matriculando todas as crianças em escolas regulares – a menos que houvesse razões convincentes para prosseguir de outra forma; que estabelecesse contato com países que possuíam experiências em relação a essa nova modalidade de ensino. A partir dessa Conferência surgiram novas ideias e ações em relação à inclusão dos deficientes nos sistemas regulares de ensino. Com isso, buscou-se instituir um ensino de qualidade que atendesse a todos, sem distinção de qualquer forma de discriminação.

Já no novo milênio, o Brasil regulamentou, por meio do Decreto nº. 3.956/2001, o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com deficiência. Em seguida, criou a “Resolução CNE/CEB nº 2, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e apresenta a Educação Especial como modalidade da educação escolar” (CARVALHO, 2013, p. 32).

Estes eventos reforçaram os princípios da educação para todos e constituem-se em marco especial para a proposta de Educação Inclusiva. As medidas apresentadas nestas Conferências serviram de base para o acolhimento de todas as crianças, jovens e adultos nos espaços educacionais. A partir de então, a Educação Especial passou a ser uma modalidade de educação com uma proposta pedagógica inovadora para promover o aprendizado de qualidade e potencializar os alunos que necessitem de um sistema educacional especializado. Porém, mesmo garantindo o direito de uma educação especializada, os alunos eram atendidos em salas especiais.

A Lei nº 9.394, de 20/12/96 e as alterações posteriores estabelecem as diretrizes e bases da educação nacional que é contemplada, no capítulo V, art. 58, 59 e 60 e seus

desdobramentos, normas para orientar a educação dos educandos portadores de necessidades especiais. Embora comporte termos obscuros e imprecisos, na perspectiva desta Lei, a primeira atitude é impedir a segregação e o isolamento das pessoas com deficiência.

Em relação à inclusão, o Art. 58, da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB nº. 9.394/96 diz: “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, p. 49). E o Art. 59, da mesma Lei, determina que “[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as suas necessidades” (BRASIL, 2013, p. 49).

Pode-se afirmar que a aprovação da LDB nº. 9394/96 foi um avanço significativo em relação à inclusão. Aos poucos o direito das pessoas com deficiência foi conquistado no país. Mediante a isso, outra lei importante é a Lei nº. 10.098/2000 que, em seu Art.1º, diz:

Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação (BRASIL, 2000, p. 1).

A partir de então, o deficiente passa a ter acesso em todas as repartições públicas e privadas, sem qualquer impedimento que o impossibilite de estar inserido no convívio social, esse é um direito que não foi dado por nós cidadãos, mas que conquistaram perante a lei, e desta forma vai se construindo o processo de inclusão social e educacional no Brasil.

Na esteira das políticas públicas, em 2003 o MEC implantou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, que tinha como objetivo “[...] a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos” (CARVALHO, 2013, p. 33). A partir da implantação desse Programa, os alunos com deficiência seriam inseridos nas classes comuns e receberiam atendimento igualitário e de qualidade.

Nesse sentido, conforme mostra o Marco Político legais da Educação Especial, no ano de 2004, “[...] os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2010, p. 14). A Educação Especial passa por inúmeras reformas, mas com o mesmo objetivo que consiste em dar oportunidade aos alunos com deficiência de frequentar um sistema capaz de promover um ensino de qualidade para todos.

Em 2007, o Ministério de Educação lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado pelo Decreto nº 6.094/07. Esse plano estabeleceu, nas diretrizes do compromisso de todos pela educação “[...] a garantia do acesso e permanência, no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo seu ingresso nas escolas públicas” (BRASIL, 2010, p. 17). A partir deste documento, a inclusão passou a ser uma realidade no sistema regular de ensino e as instituições passaram a oferecer acessibilidade em sua infraestrutura, e atendimento especializado, com profissionais capacitados em salas multifuncionais.

O Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, adverte sobre o atendimento às necessidades educacionais especiais, seu acesso e permanência, por meio do Atendimento educacional especializado (BRASIL, 2011). Assim, o processo de inclusão deve oferecer condições apropriadas de serviços para atender as demandas da Educação Especial. Esse processo, implementado pela Política Nacional de educação especial (BRASIL, 2007), evidencia a atuação dos professores na escola e sua formação profissional.

A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, elabora o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015). Essa Lei assegura e promove, em condições de igualdade, “o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

O Estatuto regula os aspectos de inclusão do deficiente como um todo, descrevendo seus direitos fundamentais, bem como prevê crimes e infrações administrativas cometidas contra os deficientes ou contra os seus direitos. Ações afirmativas foram preconizadas pelo Estatuto, com destaque para o seu artigo 4º que prevê expressamente o direito à igualdade de oportunidades e à proibição de qualquer tipo de discriminação para com o deficiente. Farta legislação protetiva existe, restando dúvidas quanto as suas implementações.

3.2 EXPERIÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ESCOLA

A maioria das crianças cegas chega à Educação Infantil ainda desprovida de condições de compreender-se enquanto criança diferente das demais. Ela ainda não adquiriu mecanismos cognitivos que propiciem o desenvolvimento dos aspectos afetivo-relacionais fundamentais na construção de sua aprendizagem (COLL; PALACIOS; MARCHESI, 1996). Conforme as autoras, inúmeros aspectos afetivos-relacionais intervêm na aprendizagem da

pessoa com deficiência visual. Esta deve compreender-se enquanto ser humano, capaz de estabelecer relações com o mundo e toda sua complexidade, estando sempre em constante processo de atribuição de significados.

Quando falamos de significado, falamos de um processo que nos mobiliza em nível cognitivo, e que nos leva a revisar e a recrutar nossos esquemas de conhecimento para dar conta de uma nova situação, tarefa ou conteúdo de aprendizagem. Essa mobilização não acaba nisso, mas, em função do contraste entre o dado e o novo, os esquemas recrutados podem sofrer modificações, de leves a drásticas, com o estabelecimento de novos esquemas, conexões e relações em nossa estrutura cognoscitiva (COLL; PALACIO; MARCHESI, 1996, p. 31).

Compreende-se, assim, que o processo de aprendizagem tem a ver com o autoconhecimento, animado por um interesse, uma motivação, em que se quebra um equilíbrio inicial, provocando um desequilíbrio que obriga o indivíduo a levar a fim determinadas ações para conseguir um novo estado de equilíbrio. Se todo o processo ocorrer bem, o indivíduo terá aprendido. Se houver falhas nesse processo, o sujeito não terá aprendido aquilo que se pretendia que aprendesse, embora possa ter aprendido outras coisas.

Desta forma, pensar a inclusão do deficiente visual exige mais do que informações históricas do contexto que caracteriza a vida destes indivíduos. Exige a coleta de informações aliadas à ação coletiva consciente, na busca da superação da exclusão dos alunos com deficiência e da construção de propostas políticas que tenham ideais claros ao compreender as particularidades da sua condição física e ao mesmo tempo contemplar as inúmeras habilidades, possibilidade e capacidades que podem ser desenvolvidas, desde que sejam ofertadas condições dignas educacionais.

Verifica-se que a escola deve se atentar às diferenças e a valorizar o papel social do aluno com deficiência. As escolas devem ter claro em seus Projetos Político-Pedagógicos a oferta de serviços na Educação Especial. Para exercer de forma igualitária os seus direitos e deveres no espaço acadêmico-escolar, a PcD deve ter acesso às condições e aos instrumentos que lhe permitam, observadas as suas especificidades, usufruir daquilo que desfrutam os estudantes sem deficiências, como acesso aos espaços físicos e aos saberes que transitam por todos os espaços de uma instituição de ensino.

Conforme Souza e Manoel (2008) há alguns requisitos mínimos que devem ser aplicados quando um PcD é identificado na instituição: verificação do tipo da deficiência, curso, quais recursos que utiliza para a leitura, identificação do nível de conhecimento do

usuário no uso das tecnologias assistivas. O acesso à informação é um dos meios da inclusão social, como aponta Malheiros e Cunha (2018).

Sabe-se da importância da informação para o desenvolvimento do ser humano em toda a sua dimensão. Evidenciando essa autonomia, os autores Aciem e Mazzotta (2013, p. 262), afirmam que: “A autonomia da pessoa com deficiência visual pode ser avaliada em atividades da vida diária, no lazer, na vida emocional, na independência no trajeto de ir e vir, na vida profissional, entre outros”. Usufruir dessa autonomia é de suma importância para a pessoa com deficiência visual, em se tratando dos serviços de acesso à informação, como é o exemplo, da utilização do serviço de áudio-descrição. O sinal visual é adaptado para o sinal verbal, completando, para a pessoa com deficiência visual, a lacuna existente entre o som e a imagem, concomitante com as outras informações sonoras, a fim de propiciar um melhor entendimento da cena, podendo ser pré-gravada ou ao vivo, onde deficiente visual utilizaria somente um fone para obter a informação descrita.

Segundo Melo, Costa e Soares (2006, p. 62), “as tecnologias assistivas [TA] são recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência”. Na verdade, elas buscam aumentar capacidades funcionais e, assim, promover a autonomia e a liberdade de quem às utilizam. As TA's são diferentes e têm diversas funções para auxiliar na locomoção; no acesso à informação; na comunicação; no controle do ambiente e em diversas atribuições do cotidiano (estudo, o trabalho e o lazer), são elas: equipamentos de auxílio à mobilidade (cadeiras de roda), bengalas, lupas eletrônicas, assinadores (peças plásticas ou de metal, vazadas em posições que auxiliam no preenchimento ou assinatura de documentos).

Em paralelo, existem as TA's para apoiar o uso do computador, a saber: dispositivos apontadores alternativos; teclados alternativos; sistemas para entrada de voz; ampliadores de tela e leitores de tela com síntese de voz (MELO; COSTA; SOARES, 2006).

Outro exemplo de TA para auxiliar o uso do computador são os sistemas operacionais: *DOSVOX*, *Virtual Vision* e *JAWS*, ressaltando que *Dosvox* e o *Virtual Vision* são projetos brasileiros. Segundo Pupo (2006a), o programa *DOSVOX* é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com usuário com deficiência visual através de síntese de voz, em português, facilitando o uso dos computadores e os mesmos adquirem assim um alto grau de independência no estudo e no trabalho.

A diferença do *DOSVOX* de outros sistemas é o diálogo homem-máquina, por ser mais simples. Ao em vez de apenas ler o que está escrito na tela, o *DOSVOX* estabelece um diálogo

amigável, por meio de programas específicos e interfaces adaptativas o tornando insuperável em qualidade e facilidade de uso para os usuários que veem no computador um meio de comunicação e acesso. Esse sistema oferece um ambiente de trabalho com tarefas semelhantes às oferecidas pelo ambiente *Windows* e seus aplicativos (jogos adultos e infantis, editor de textos, calculadora, navegador para Internet, lente de aumento para pessoa com baixa visão); além de permitir a impressão em *Braille*, se houver uma dessas impressoras acoplada ao computador (PUPO, 2006a).

O *Virtual Vision* foi desenvolvido pela *Micropower* de Ribeirão Preto, em São Paulo, com a primeira versão lançada em janeiro de 1998 e, em setembro de 1999, veio a versão 2.0. Sua última versão é a 7.0, de 2011. É uma aplicação da tecnologia de síntese de voz, um “leitor de telas” capaz de informar aos usuários com deficiência visual quais controles, botão, lista, menus, estão ativos no momento, podendo então o usuário trabalhar com o sistema operacional *Windows* e seus aplicativos sendo a navegação por menus, telas e textos. É ajustado em qualquer programa do *Windows* para navegar na internet. A instalação é fácil, basta inserir seu CD e seguir as instruções faladas pelo sintetizador (MALHEIROS, 2019). Pode ser utilizado sem registro por 30 dias, exigindo que o computador seja reiniciado a cada 30 minutos para que continue a funcionar.

O NVDA - plataforma para a leitura de tela. Trata-se de um *software* de código aberto podendo ser acessado por qualquer pessoa. Isso permite que tradutores e desenvolvedores em todo o mundo contribuam continuamente para sua expansão e melhoria. O NVDA é um acrônimo para “*NonVisual Desktop Access*”, traduzido para o português, significa desktop de acesso não visual.

Este leitor de telas é gratuito e foi desenvolvido a partir do ano de 2006, pela NV Access, organização australiana e sem fins lucrativos. O download é realizado no site do projeto, disponível em: <http://www.nvaccess.org/>.

NVDA faz a leitura de tudo que o cursor do mouse aponta. O software funciona com outros aplicativos, como o navegador *Mozilla Firefox*, *Microsoft Outlook*, *Microsoft Word*, *Microsoft Excel*, dentro outros. Após a instalação, o programa já está pronto para usar.

3.3 A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA BIBLIOTECA

A Pessoa com Deficiência (PcD) que precisa usar a biblioteca é definida como sendo o aluno que "... apresenta limitação visual, auditiva, física ou mental leve, tendo, portanto,

necessidades de serviços e de produtos diferenciados, adaptados às suas limitações e potencialidades" (FERREIRA; SANTANA, 2013, p. 2).

Embora, desde 1981 – o ano internacional da pessoa com deficiência (ONU, 1977) –, muito se tenha falado e propagado sobre a inclusão de PcD em todos os âmbitos da sociedade, ainda há muito por ser feito. Os diversos níveis educacionais – do infantil ao superior –, têm se movimentado para atender os alunos com diferentes necessidades especiais. Há espaços nas escolas, porém pouco preparados para atender a essas pessoas, e um desses locais é a biblioteca escolar.

Instituições de ensino superior vêm adequando suas bibliotecas para atender aos alunos com necessidades especiais como, por exemplo, a UFMG/MG, a USP, a UFRJ (SILVEIRA, 2006) e a Unicamp (PUPO, 2006a), dentre outras. Acerca das adequações e das iniciativas de inclusão feitas por essas instituições de ensino superior, destacam-se: utilização do programa DOSVOX, que possibilita aos deficientes visuais a utilização de computadores, por meio de sons, com uso de diversos programas sonorizados e o programa INTERVOX, que permite navegação na internet também aos deficientes visuais (biblioteca da UFRJ); oferecem livros, jogos, maquetes e mapas que têm formas e texturas diferentes, para uso de deficientes visuais. Além disso, essa instituição disponibiliza o "Disque *Braille*", serviço de apoio que dá informações acerca de livros em *Braille* e falados – aproximadamente 1600 títulos – que fazem parte dos acervos das bibliotecas da Grande São Paulo (biblioteca da USP).

Na UFMG, algumas de suas bibliotecas estão preparadas para receber alunos com deficiências. Em uma delas há um Centro de Apoio aos Deficientes Visuais, que possui acervo e equipamento para atender a essa parcela de estudantes com necessidades especiais (SILVEIRA, 2006).

Esses são apenas alguns exemplos reais de inclusão, porque os bibliotecários e seus auxiliares veem nestes locais um espaço onde ainda persiste a exclusão, mas que pode ser modificado, adaptado e transformado para receber pessoas deficientes e oferecer serviços especiais a elas. Essas instituições de ensino superior formam educadores e profissionais que trabalharão em diversas áreas das cidades brasileiras. Eles poderão, por intermédio desses exemplos que conviveram na faculdade, levar a iniciativa de inclusão para outras instituições de ensino, bem como para suas cidades, suas empresas, escolas, hospitais, órgãos públicos e qualquer outro local que ainda haja exclusão às pessoas com qualquer tipo de necessidade especial.

Para Malheiros e Cunha, (2018), os serviços e produtos das bibliotecas e suas divulgações que são disponibilizadas pelos serviços de referências devem ser construídos dentro do conceito universal para alcançar todos os usuários. E se a equipe que coordena a biblioteca tiver uma visão inclusiva, as atividades e os produtos também serão inclusivos atendendo a todos os usuários.

As bibliotecas brasileiras com atendimentos inclusivos para deficientes visuais têm como produtos e serviços: gravações em CD, Livros em *Braille*, digitação de textos para *Braille* e salas de leitura e as tecnologias assistivas, conforme apresentado em algumas bibliotecas de universidades brasileiras.

Nesse contexto, Malheiros e Cunha (2018), destacam alguns produtos e serviços de informação que devem ser disponibilizados nas bibliotecas para usuários com deficiência visual:

- a Dispositivos eletro-ópticos: recurso que atua no reconhecimento de caracteres óticos e utilitários para a ampliação de tela; *software* de ampliação; circuito fechado de televisão; processadores de imagens visuais; *scanners*; sistemas de leitura para alunos com baixa visão; dispositivos adaptados de comunicação escrita, tais como teclados ampliados e máquinas de escrever;
- b Dispositivos de substituição sensorial: livros falados, calculadoras, gravações em áudio, sintetizadores de voz, compressores de fala, marcadores auditivos e máquinas de leitura;
- c Leitores e máquinas de escrever em *Braille*, teclados e monitores; dispositivos de tamanho relativo que ampliam material impresso, símbolos e outros itens;
- d Dispositivos ópticos para pessoas com baixa visão: recurso que inclui óculos, ampliadores de telas, ampliadores de lentes UV (ultravioleta) telescópicas e absorptivas; dispositivos de iluminação, brilho, contraste e cor e livros ampliados e revistas.
- e Gravações de textos para CD: recurso ainda utilizado nas bibliotecas, por ser um recurso de baixo custo;
- f Livros em *Braille*: representam um recurso aos usuários com deficiência visual, mas não são considerados recursos viáveis devido ao seu alto custo, carência de títulos e o grande volume que ocupam as estantes.
- g A digitação de textos para *Braille* também é um recurso utilizado nas bibliotecas, mas bem menos usado, devido à necessidade de uma impressora *Braille* e de um

funcionário treinado para este serviço, tornando este recurso inviável financeiramente para as bibliotecas.

- h Salas de leituras: recurso no qual o servidor faz a leitura de livros ou textos para os usuários com deficiência visual.

De acordo com Pupo (2006a) ainda existem outros *softwares* que também são utilizados como recursos aos deficientes visuais nas bibliotecas, quais sejam:

- a *Delta Talk*: programa nacional que permite a interação com o computador de maneira natural. O programa fala adequadamente e existe a opção de escolha de três vozes diferentes. Números, datas, horas e abreviações são lidos com entonação determinada automaticamente, por meio de análise linguística do texto;
- b *Jaws*: *software* capitalizado e considerado um dos leitores de tela mais populares e mais completos do mundo, produzido pela empresa norte-americana *Freedom Scientific*, roda em português e possui um *software* de sintetizador de voz que utiliza a própria placa de som do computador;
- c *Openbook*: converte o texto escaneado em texto eletrônico para ser lido pelo sintetizador de voz ou convertido em MP3 (tipo de reproduzidor de música digital). As pessoas com visão subnormal podem escolher entre a exibição visual por ampliação, espaçamento especial entre caracteres e ajuste de cores de alto-contraste, é um *Optical Character* (OCR), uma tecnologia para reconhecimento óptico dos caracteres. A versão mais atual é a *OpenBook 9.0*; e
- d *Magic*: é um programa que traz as funções de síntese de voz e ampliação simultaneamente. Próprio para usuários com visão subnormal. Pode ser ajustado de acordo com as necessidades do usuário e aumenta de 2 a 16 vezes a informação selecionada ou *Braille*.

A participação das bibliotecas no processo de inclusão social possibilita a autonomia, permitindo que a PcD visual tenha liberdade de escolha das informações de que necessita. Contudo, é preciso relevar a importância das bibliotecas digitais ou mesmo das tradicionais (e seus profissionais) se adaptarem às novas e desafiadoras demandas (MALHEIROS; CUNHA, 2018).

De acordo com Malheiros (2019, p. 182): “[...] todos esses recursos de tecnologia assistiva estão ligados diretamente à usabilidade, à acessibilidade, à comunicabilidade e ao design emocional da informação, que são essenciais no acesso à informação, em meio digital,

pelos usuários com deficiência visual”. Porém, essa realidade fica muito distante quando se pensa nas bibliotecas escolares, principalmente das escolas públicas do interior do Brasil.

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA

Neste capítulo apresentam-se, detalhadamente, os caminhos percorridos para a viabilização desta pesquisa, desde os primeiros contatos com os sujeitos à aplicação do questionário. O capítulo apresenta o contexto em que foi desenvolvida a pesquisa; o tipo de pesquisa e os instrumentos de coleta de dados utilizados, assim como a análise dos mesmos, chegando aos resultados obtidos, a partir da fundamentação teórica aprendida ao longo deste estudo.

4.1 O CAMINHO METODOLÓGICO

4.1.1 Tipo de pesquisa e instrumentos de coleta de dados

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza aplicada, buscando a compreensão dos fatos, com objetivo exploratório, trazendo dados para fomentar a reflexão da questão. As pesquisas qualitativas consideram a existência de um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e o sujeito, em um movimento de interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados, de maneira que dados quantitativos não são necessários ou priorizados. Assim, seu caráter é descritivo e os dados são analisados indutivamente (SILVA, 2005, p. 20).

Moreira (2005) afirma que a pesquisa qualitativa tem como característica básica o interesse da pesquisa nos significados conferidos aos objetos, num contexto social, e o esclarecimento desses significados pelo pesquisador. Ainda afirma que a pesquisa qualitativa se preocupa com a compreensão e com a interpretação do fenômeno em estudo, considerando o significado que os outros dão as suas práticas.

Para Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa possui cinco características básicas: 1- o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento; 2- os dados coletados são predominantemente descritivos; 3- maior cuidado com processo do que com o produto; 4- o pesquisador dá atenção especial ao significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida; 5- a análise dos dados segue um processo indutivo.

Gil (2008, p. 36) afirma que na pesquisa qualitativa:

[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a

atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer os usos de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Já a pesquisa bibliográfica é o estudo e análise de documentos de domínio científico, como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, tendo como objetivo levar ao pesquisador o contato com obras, artigos ou documentos que tratam do tema em estudo (OLIVEIRA, 2007). Para Marconi e Lakatos (2017), também são fontes bibliográficas, os meios de comunicação, as mídias em geral e principalmente a internet.

Severino (2007, p. 122) afirma que a Pesquisa bibliográfica é realizada, a partir de:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Com o advento da internet, ou mundo virtual (*web sites*), as pesquisas ganham grande impulso, principalmente pelos canais de divulgação científica, tais como revistas digitais, *blogs*, banco de teses das universidades, dentre outros bancos importantes. Para Fonseca (2002, p. 32) algumas pesquisas científicas “se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta”.

Salienta-se que em muitos trabalhos pode-se ver uma unidade entre pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, porém, apesar de elas terem em comum o documento como objeto de investigação, o que as diferenciam é a natureza das fontes. A primeira recorre a diversos autores e fontes sobre uma dada temática, já a segunda recorre a materiais que ainda não receberam tratamento científico, ou seja, as fontes primárias (FIGUEIREDO, 2007).

Para atingir o objetivo pretendido nesta pesquisa foi realizado um estudo de caso, com o objetivo de adentrar aos espaços e à realidade das bibliotecas do IFG, a fim de analisar e refletir sobre sua atuação relativamente ao atendimento especializado dos deficientes visuais. O estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32). Para Gil (2008) consiste no estudo profundo e

exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, na fase inicial, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental relativa à legislação nacional sobre inclusão e AEE e aos documentos regulamentados do IFG, com foco na inclusão e no AEE e na função da biblioteca.

Para a coleta dos dados foi desenvolvido um questionário (APÊNDICE A), com base nos estudos da fase anterior, que forneceu subsídios para a elaboração de perguntas fundamentais que auxiliaram a se chegar à resposta do problema de pesquisa. Segundo Gil (2008, p. 121), o questionário é uma técnica investigativa formada pelo conjunto de questões, as quais: “[...] são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado”.

O questionário, previamente submetido à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), foi convertido para formato *online*, por meio da ferramenta *Google Forms*, a partir da qual os participantes responderam às perguntas propostas, enviando-as diretamente à pesquisadora para posterior tabulação e análise.

O caminho metodológico adotado para análise dos dados foi o da hermenêutica, que se caracteriza por se relacionar “diretamente com interpretação e com a compreensão dos fenômenos, das atitudes e dos comportamentos humanos, dos textos e das palavras” (SIDI; CONTE, 2017, p. 1.946). Trata-se de uma leitura que estabelece a interlocução entre a base teórica e os dados levantados, interpretando o que foi sendo revelado com a devida fidelidade e coerência com os dados apresentados tanto nas respostas fechadas como nas descrições e narrativas.

Sobre esse método, Palmer (2006, p. 50) esclarece que:

[...] Concepção de hermenêutica implica uma crítica radical do ponto de vista da filologia, pois procura ultrapassar o conceito de hermenêutica como conjunto de regras, fazendo uma hermenêutica sistematicamente coerente, uma ciência que descreve as condições da compreensão, em qualquer diálogo. O resultado não é uma hermenêutica filológica, mas uma hermenêutica geral cujos princípios possam servir de base a todos os tipos de interpretação de texto.

Os dados recolhidos foram compilados e verificados com o auxílio da Escala *Likert*; além de serem analisados segundo os objetivos da pesquisa, por meio de uma leitura hermenêutica, à luz do referencial teórico estudado. A análise, de natureza qualitativa,

garantirá o anonimato dos participantes e, no que se referem às questões objetivas propostas poderá apoiar-se em dados quantitativos (na apuração do percentual de frequência de cada resposta objetiva).

Entretanto, a análise priorizou os aspectos qualitativos, de modo a responder aos questionamentos levantados na pesquisa bem como o alcance dos objetivos propostos.

4.1.2 Local e participantes

Após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFG, e após todos os esclarecimentos serem realizados pela pesquisadora, observando os princípios legais, morais e éticos, conforme Resolução IFG nº 510/2016; Resolução CNS nº 466/2012; Norma Operacional CNS 001/2013, foram incluídos na pesquisa os bibliotecários e auxiliares de bibliotecas do IFG que, após as devidas informações e esclarecimentos, se dispuserem a participar do estudo na condição de voluntários, com vistas às contribuições de ordem científica, pedagógica e social relativas à inclusão da pessoa com deficiência visual na educação profissional e tecnológica.

Os critérios de inclusão dos servidores na pesquisa foram:

- 1) pertencer ao grupo estudado (bibliotecários e auxiliares de biblioteca) de cada um dos *campi* do IFG até o limite de um servidor de cada categoria;
- 2) aceitar participar da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE) (APÊNDICE B);
- 3) obtenção do Termo de anuência do campus coparticipante.

A exclusão de participantes ocorreu mediante os seguintes aspectos: 1) a recusa do servidor em concordar e assinar eletronicamente o TCLE; 2) a retirada do consentimento manifestada pelo servidor que tenha se voluntariado, seja qual for o tempo ou a etapa da pesquisa; 3) o não pertencimento à população estudada; 4) a não obtenção do Termo de anuência do campus coparticipante.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida em 14 *campi* do Instituto Federal de Goiás (IFG), a saber: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. Os sujeitos da pesquisa foram constituídos por uma amostra aleatória de 28 participantes, sendo: bibliotecários, doravante (B-1 a B-12) e auxiliares de biblioteca, doravante (AB-1 a AB-12). Assim, todos foram identificados com siglas, a fim de manter o sigilo e o anonimato.

4.2 RESULTADOS DO ESTUDO

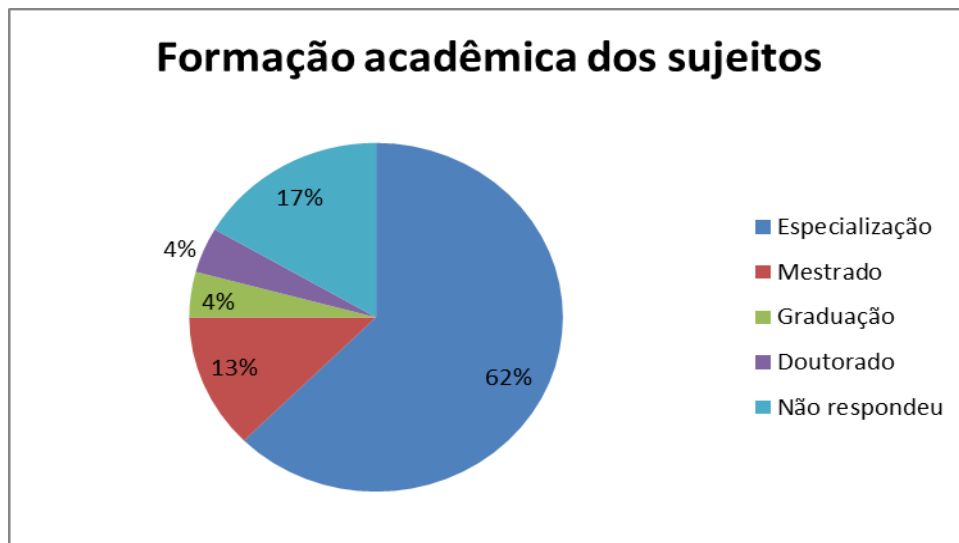
Os dados analisados contribuíram para a composição do Produto Educacional, que foi a elaboração de um Guia Digital de orientações para os servidores das bibliotecas do Instituto Federal de Goiás, cujo objetivo principal foi contribuir com a inclusão do aluno cego ou com baixa visão (Deficientes Visuais), para que eles possam usufruir desses ambientes, favorecendo sua aprendizagem.

4.2.1 Perfil sócio-acadêmico-profissional dos participantes

Participaram desta pesquisa 24 sujeitos, sendo 15 (63%) do sexo feminino e 9 (37%) do sexo masculino, com idades variando entre 31 a 53 anos. Destes, 20 (83%) afirmaram que trabalham em biblioteca em um dos campi do Instituto Federal de Goiás (IFG) e 4 (17%) não informaram. Ainda esclarece-se que duas instituições não devolveram os questionários respondidos.

Em relação à função desempenhada por esses participantes: 12 (50%) são auxiliares de biblioteca; 12 (50%) são bibliotecários/documentalistas. O tempo de serviço na função varia de um ano e seis meses a 14 anos, sendo que a prevalência é de profissionais com 8 a 9 anos, que entraram ou estão na biblioteca desde 2015 e 2016. Nos resultados observou-se também que entre os profissionais entrevistados, 15 (62%) possuem especialização; 3 (13%) são Mestres; 1 (4%) Doutor em educação; 1 (4%) graduado; 4 (17%) não responderam, conforme representado no gráfico 1.

Gráfico 1: Formação acadêmica dos sujeitos.



Fonte: Elaboração própria.

Das especializações, as seguintes foram reveladas: gestão de biblioteca; orientação educacional; Geoprocessamento e cartografia digital; gestão pública; formação de leitores; biblioteconomia; práticas assertivas em gestão da educação profissional integrada à educação de jovens e adultos (EJA); gestão pública; biblioteca escolar; docência e políticas públicas; docência universitária. Os cursos de Mestrados foram em: Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT; Assessoria de Administração e comunicação. O doutorado é em educação.

Constatou-se que dentre as formações apresentadas não há nenhuma relacionada à Educação Especial, ou a Educação Inclusiva ou relacionada à inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD). O que vem de encontro aos documentos norteadores do Instituto Federal de Goiás (IFG), a saber: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o Estatuto do Instituto Federal de Goiás e a resolução interna (NAPNE). Esses documentos assinalam a concepção inclusiva das pessoas com necessidades especiais nos campi do IFG.

A questão da inclusão está ligada claramente às PcD's, sendo uma das preocupações do IFG alcançar uma educação inclusiva, demonstrando interesse em atender esse grupo social. Apresenta, assim, a necessidade de inserção e integração social de alunos de origens diversas.

A construção do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) está assentada nos seguintes princípios: integração entre conhecimento geral e conhecimento específico e entre teoria e prática; formação técnica e tecnológica, com desenvolvimento da

capacidade investigativa, reflexiva e crítica, devidamente articuladas às questões artístico-culturais que a esses princípios permeiam; formação básica sólida e formação profissional abrangente, capacitando a/o cidadão jovem e adulta/o de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos, não só de sua área profissional, mas também de sua relação social; **respeito à diversidade da produção do conhecimento, da cultura, de gênero, de formas de apreensão do conhecimento e de necessidades físicas, cognitivas e emocionais** (IFG, 2018b, p. 3, grifos nossos).

Nesse sentido, o IFG oferece uma formação escolar/acadêmica que permite ao aluno ampliar sua visão de mundo, indo além do conhecimento técnico, oportunizando a aprendizagem do respeito às diferenças e a valorizar a identidade de cada um. Para tanto, existe nos documentos reserva de vaga para a contratação de professor para o exercício da docência no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual deverá compor o NAPNE, para acompanhar o público alvo do AEE (alunos com necessidades educacionais específicas, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/super dotação).

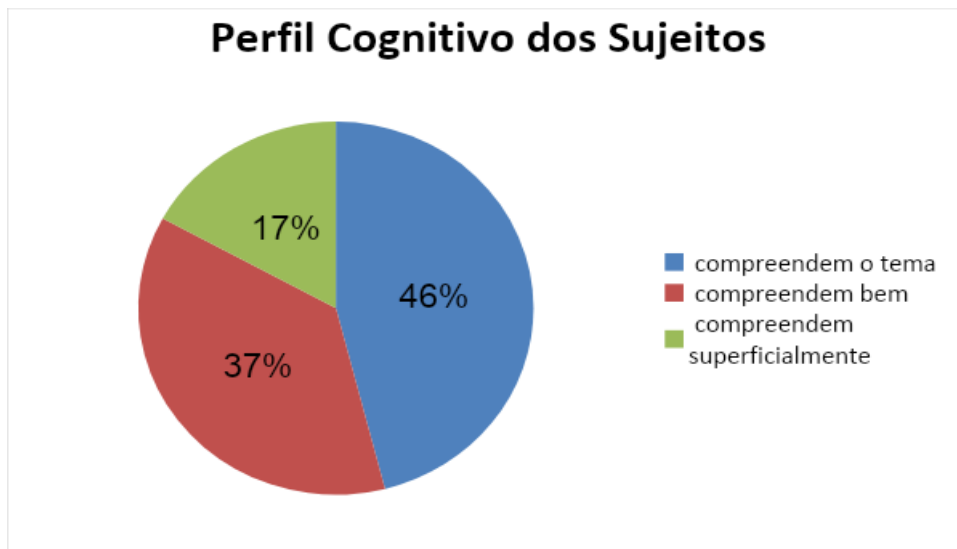
Esses profissionais devem ter formação em Pedagogia ou licenciatura com especialização em Educação Inclusiva. Porém, conforme verificado, nenhum servidor das bibliotecas do IFG tem formação em educação especial ou inclusiva, apesar de o PDI 2019/2023, considerando as deliberações da Plenária do Congresso Institucional 2018, ter como uma de suas metas: **promover cursos anuais de capacitação aos servidores das bibliotecas** (IFG, 2018b, p. 75 grifos nossos).

Outro ponto importante desta pesquisa é o perfil cognitivo dos participantes sobre o tema da pesquisa, que será analisado no próximo tópico.

4.2.2 Perfil cognitivo do participante sobre o tema da pesquisa

Em relação ao tema da pesquisa - “A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo” - buscou-se verificar se os sujeitos tinham algum conhecimento sobre o mesmo. Dos 24 participantes, oriundos de 14 *campi* do Instituto Federal de Goiás (IFG), 11 (46%) afirmaram que compreendem o tema da pesquisa; 9 (37%) compreendem bem e 4 (17%) compreendem superficialmente (Gráfico 2).

Gráfico 2: Perfil cognitivo dos sujeitos



Fonte: Elaboração própria.

As respostas apresentadas no gráfico revelam que 83% dos participantes afirmaram **compreender o tema e compreender bem o tema**, porém ao justificarem suas respostas não aprofundaram na questão teórico/científica sobre a temática, apresentando respostas inócuas, como as seguintes: “Compreendo que a pergunta acima trata do conhecimento que o respondente tem sobre o tema da pesquisa” (B-2); “Como servidor lotado na biblioteca tenho propriedade para opinar” (AB-7); “É de suma importância o papel da biblioteca no processo de acessibilidade, seja ela informacional ou em aspectos físicos/arquitetônicos, pois contribuirá para a erradicação às desigualdades uma vez que é espaço aberto para todos” (B-5); “Conheço o tema acessibilidade” (B-7); “Perspectiva da inclusão no espaço da biblioteca” (B-10); “Leio bastante sobre o tema por participar no Napne e ter filha PcD” (B-11), dentre outras.

Verificou-se na pesquisa que 11 (46%) dos participantes, na sua formação acadêmica e/ou escolar, estudaram sobre o tema: “biblioteca, deficiência visual e inclusão”, e 13 (54%) não tiveram essa oportunidade. Os primeiros, afirmaram ter participado de palestras sobre o tema e/ou fizeram alguma disciplina relacionada à inclusão; os segundos, não tiveram acesso a essa temática. Desses, alguns não responderam à justificativa que exigia a questão.

Vale a pena, para o aprofundamento das discussões, apresentar as justificativas dos participantes, principalmente daqueles que afirmaram que têm conhecimento sobre o tema: biblioteca, deficiência visual e inclusão (Quadro 2).

Quadro 2: Acesso ao tema “biblioteca, deficiência visual e inclusão”.

Tiveram acesso	Não tiveram acesso	Não responderam e/ou não compreenderam a questão
Estudei alguns tópicos sobre o assunto em uma disciplina optativa (AB-1).	Não tenho lembrança de ter estudado sobre inclusão (AB-4).	Foram feitos levantamentos de adequações no espaço físico para atender portadores de necessidades especiais . ¹ (B-7).
Na formação acadêmica (Licenciatura) se teve uma carga horária de 60h em um semestre para debater o tema. A Temática esteve presente na disciplina de Libras. Porém na pós-graduação, o tema não foi apresentado (AB-2).	Não houve disciplinas ou debates sobre o tema, exceto sobre material em <i>braille</i> , mas muito superficialmente (B-2).	Deficiência visual (B-8).
Na faculdade muito pouco, mas sempre que posso busco informações sobre o assunto acessibilidade por conta própria (AB-3)..	À época, não houve qualquer abordagem inclusiva (Libras, áudio descrição etc.) (AB-6).	Não, tenho formação em biblioteconomia (AB-9).
Embora tenha estudado temas relacionados à inclusão, por não ter me graduado na área de Ciências da Informação eu não tive um estudo específico sobre a inclusão e deficiência visual, especificamente no âmbito das bibliotecas (B-1).	Não tive nenhuma disciplina que tratasse dessa temática (B-4).	-
Mais sobre inclusão (AB-7).	-	-
A disciplina de libras na graduação, contemplou o debate sobre o tema (AB-8).	-	-
No período da faculdade, como subsídio para auxílio principalmente à uma colega de curso com deficiência visual; profissionalmente, como forma	-	-

1 Mesmo sendo uma expressão em desuso, manteve-se a originalidade da resposta do participante.

de aprimoramento e desempenho no processo informacional aos usuários da biblioteca (B-6).		
Vi alguns tópicos de inclusão das bibliotecas para deficientes físicos, como adaptação dos espaços físicos para atender esse público (B-9).	-	-
A academia abordou a inclusão e necessidades de atendimento dos portadores de necessidade especial, inclusive visual (B-10).	-	-
A biblioteca era apresentada como recurso, subsidiando o trabalho pedagógico desenvolvido junto à pessoa com deficiência (AB-11).	-	-
Tive acesso a alguns textos sobre o tema na faculdade (B-12)	-	-

Fonte: Elaboração própria.

Embora os sujeitos que responderam “tiveram acesso ao tema da inclusão do deficiente visual nas bibliotecas”, verificou-se pelas respostas que foi um contato superficial, visto que nem todos apresentaram argumentos que indicassem conhecimento sobre o tema. Os participantes podem ter tido acesso às pautas da inclusão do aluno com deficiência na escola, porém não do aluno cego ou com baixa visão na biblioteca, conforme pode ser observado nas seguintes respostas: 1) *Estudei alguns tópicos* (AB-1); 2) *A Temática esteve presente na disciplina de Libras* (AB-2); 3) *Embora tenha estudado temas relacionados à inclusão (...) eu não tive um estudo específico sobre a inclusão e deficiência visual, especificamente no âmbito das bibliotecas* (AB-3); 4) *disciplina de libras na graduação* (AB-8), dentre outros.

Por outro lado, três participantes bibliotecários argumentaram de forma convincente, levando a crer que tiveram contato com o tema abordado: 1) *Vi alguns tópicos de inclusão das bibliotecas para deficientes físicos* (B-9); 2) *estudei sobre a inclusão e necessidades de atendimento dos portadores de necessidade especial, inclusive visual* (B-10); 3) *A biblioteca era apresentada como recurso (...) junto à pessoa com deficiência* (B-12).

Na verdade, apesar de as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) permitirem a inclusão de aluno cego no ensino regular, “**não existe**

nas graduações a formação necessária para qualificar os professores que estão atuando em sala de aula, orientação pedagógica e material pedagógico apropriado para o atendimento a esses alunos” (CAETANO, 2012, p. 11, grifos nossos).

Essa incongruência foi verificada neste estudo, já que os participantes, mesmo afirmando que tiveram acesso ao tema “inclusão do deficiente visual nas bibliotecas”, apresentam apenas reflexões sobre inclusão da Pessoa com Deficiência (PcD) na escola, ou seja, a questão do aluno cego não é mencionada e nem o acesso destes à biblioteca. Isso é contrário ao que prevê o PDI 2019/2023, em que se encontra em uma de suas metas: **“Promover cursos anuais de capacitação aos servidores das bibliotecas”**.

O Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFG estabelece parâmetros sobre ensino, pesquisa, extensão e diversas práticas existentes no conjunto institucional. Apresenta aspectos referentes à atuação da instituição e de seus profissionais, primando pela compostura no atendimento à comunidade (IFG, 2018a), destacando a sua função social:

[...] Constituir-se e enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, **inclusiva**, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais (IFG, 2018a, p. 13, grifo nosso).

A questão da inclusão está ligada claramente às PcD's, sendo uma das preocupações do IFG, alcançar uma educação inclusiva, demonstrando interesse em atender esse grupo social. Apresenta, assim, a necessidade de inserção e integração social de alunos de origens diversas. Nesse sentido, o IFG oferece uma formação escolar/acadêmica que permite ao aluno ampliar sua visão de mundo, indo além do conhecimento técnico, oportunizando a aprendizagem do respeito às diferenças e a valorizar a identidade de cada um.

Por isso, acredita-se que esses servidores das bibliotecas dos *campi* do IFG estão carentes no que diz respeito a sua formação para a inclusão, principalmente do aluno cego. Isso é confirmado quando se verifica que 21 participantes da pesquisa (87%), nunca participaram de alguma atividade para usuários com deficiência visual no âmbito do IFG. Dentre as justificativas, destacam-se:

- 1) *Que eu me lembre nunca foi promovida desde que estou no IFG nenhuma atividade do tipo* (AB-1);
- 2) *Ainda não participei de atividades para usuários com deficiência visual* (AB-2);
- 3) *Não houve participação* (AB-6);

- 4) *Não participei* (AB-7);
- 5) *A (sic) falta de incentivo por parte da instituição* (AB-8);
- 6) *Desde o meu ingresso na atividade de auxiliar, não foi oportunizado esse tipo de atividade* (7 anos, 2 meses, 27 dias, conforme resposta sobre o tempo na função) (AB-9);
- 7) *Não participei de nenhum evento voltado aos portadores de necessidades especiais, embora já tenham sido feitos eventos para a sensibilização a respeito dessas necessidades* (B-7);
- 8) *Nestes 06 anos, a única formação que teve neste contexto foi um curso de libras oferecido pela Instituição para a comunidade* (AB-10);
- 9) *Infelizmente não no IFG* (B-12).

Dos participantes que afirmaram que tiveram oportunidade de participar de atividade para usuários com deficiência visual no âmbito do IFG (13%), as justificativas levam a crer que eles participam de grupos de estudos voltados à temática:

- 1) *Cursos de formação inicial em Libras e PcD* (B-11);
- 2) *Discussão sobre como tornar a biblioteca um local de acessibilidade para PNE* (B-10);
- 3) *Participação no processo contratação de serviços especializados de atendimento a estudantes com necessidades educacionais específicas (...) palestras ofertadas pelo NAI (...) levantamento de aspectos físicos, estruturais e informacionais das bibliotecas, no que concerne ao atendimento de usuários com necessidades específicas para participação do edital da FINEP como forma de montagem do Laboratório de Acessibilidade Informacional das Bibliotecas (LAIB) do IFG.* (B-6).

Pelas respostas apresentadas, observou-se que os bibliotecários tiveram maiores oportunidades em participar de atividade para usuários com deficiência visual no âmbito do IFG, enquanto os auxiliares de biblioteca não.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Resolução CONSUP/IFG nº 01, de 04 de janeiro de 2018, tem como meta incluir e promover o acesso dos alunos com necessidades educacionais específicas no âmbito escolar/acadêmico. O artigo 1º regulamenta a criação dos NAPNE's como "órgão consultivo e executivo, de composição multidisciplinar, que responde pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas". A atuação desses núcleos deve ser em alinhamento às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2019-2023 (IFG, 2018b).

O NAPNE é composto por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, intérpretes de libras e revisores de texto em *Braille*, formando uma equipe multidisciplinar, abrindo as

condições de organização, planejamento e realização das atividades e atendimentos, convalidando a qualidade do trabalho prestado aos alunos com necessidades específicas (IFG, 2018c). O órgão também permite a participação de outras pessoas, como: estudantes, pais e representantes da sociedade civil organizada no planejamento, nos estudos desenvolvidos e na realização de ações de inclusão, contribuindo para o processo inclusivo do IFG (IFG, 2018c).

Apesar de o NAPNE trazer ao longo de seus artigos a importância da inclusão, da mobilização e das implementações de ações positivas para as PcD's, nele não há recomendação específica ao aluno cego ou com baixa visão, e nenhuma menção relativa aos procedimentos dos servidores de biblioteca junto a esses alunos. Ou seja, nem o NAPNE promoveu atividade para usuários com deficiência visual no âmbito das bibliotecas do IFG.

4.2.3 Representação inclusiva das bibliotecas do IFG

O Art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, afirma que o ensino no Instituto Federal de Goiás (IFG) será ministrado com base em diversos princípios, destacando o que se refere às garantias aos educandos com necessidades educacionais específicas tanto de atendimento individualizado, quanto de acessibilidade atitudinal, arquitetônica, pedagógica e comunicacional.

Sobre as ações inclusivas específicas para usuários deficientes visuais nas bibliotecas do IFG, 50% dos participantes dizem que há ações nesse sentido e 50% afirmaram que não há esse tipo de ação. Para entender esse imbróglio é preciso conhecer as justificativas desses sujeitos, conforme quadro 3:

Quadro 3: Ações inclusivas, específicas para usuários deficientes visuais.

Há ações inclusivas	Não há ações inclusivas
Temos um espaço na biblioteca com livros em Braille, da Fundação Dorina Nowill, para Cegos disponível para leitura (AB-1).	Até hoje não foram realizadas ações inclusivas para este público específico, talvez até mesmo pela ausência de alunos deficientes visuais - o que não nos impediria, claro, de desenvolver atividades tendo como público-alvo a comunidade externa (B-1).
Recentemente foi implantado o piso tátil na biblioteca. E temos alguns livros em Braille. Porém são ações que não contemplam a inclusão, no meu ponto de vista (AB-2).	Apesar de ter uma aluna com deficiência visual, não desenvolvemos nenhuma atividade específica para ela (AB-4).

A sinalização dos ambientes da biblioteca possui placas em braille e no acervo temos alguns periódicos, livros e audiolivros enviados pelo Instituto Benjamin Constant (AB-3).	Faltam recursos financeiros e incentivo maior por parte da gestão (AB-8).
Disponibilização de material em braille (B-2).	Não. Apenas agora em setembro de 2022 foi disponibilizado pela Gerência do Câmpus, um computador adaptado para pessoas com baixa visão. (AB-9)
Apenas uma revista para deficientes visuais (AB-5).	Específicas para def. visuais – Não. (B-10)
Revistas em braille e áudio descrição nos computadores da sala de informática (AB-6).	Embora solicitado ainda não foram providenciados (B-12)
Temos livros em braille (AB-7).	-
Livros e revistas em braille (B-4).	-
As bibliotecas possuem acervos inclusivos (B-6)	-
A biblioteca possui sinalização tátil, nas portas e no chão, recebemos por doação materiais em braille do instituto Benjamin Constant (B-7).	-
Embora a biblioteca possua sinalização tátil no piso e placas de identificação de ambientes em braille, não há nenhuma outra iniciativa de inclusão na biblioteca. Nem mesmo o acervo conta com sinalização de suas prateleiras em braille (AB-11).	-
Disponibilização de acervo acessível (B-11).	-

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as justificativas, destacam-se aquelas que afirmam que nas bibliotecas há livros e revistas em *Braille*, recebidas de doações, comprovando que são ações esporádicas e/ou incentivos de outras instituições (Fundação Dorina Nowill e Instituto Benjamin Constant). Também chama a atenção que são ações mais voltadas para a acessibilidade arquitetônica e não para as de comunicação e informação, imprescindíveis nos casos de Pessoa com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

Destaca-se que a realidade apresentada pelos participantes do estudo está desalinhada com o que traz o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seguindo o que determina o Inciso IX, do Art. 21 do Decreto 9.235/2.017, prevê:

1. Acervo bibliográfico **físico e virtual, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia**; 2. Formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos (IFG, 2018b, p. 72, grifos nossos).

Pelas respostas apresentadas pelos participantes não foram observadas as bases de dados e os recursos multimídia. E em relação às ações relacionadas à infraestrutura física e instalações acadêmicas específicas que devem ser implementadas durante a vigência do PDI 2019/2023, considerando as deliberações da Plenária do Congresso Institucional 2018:

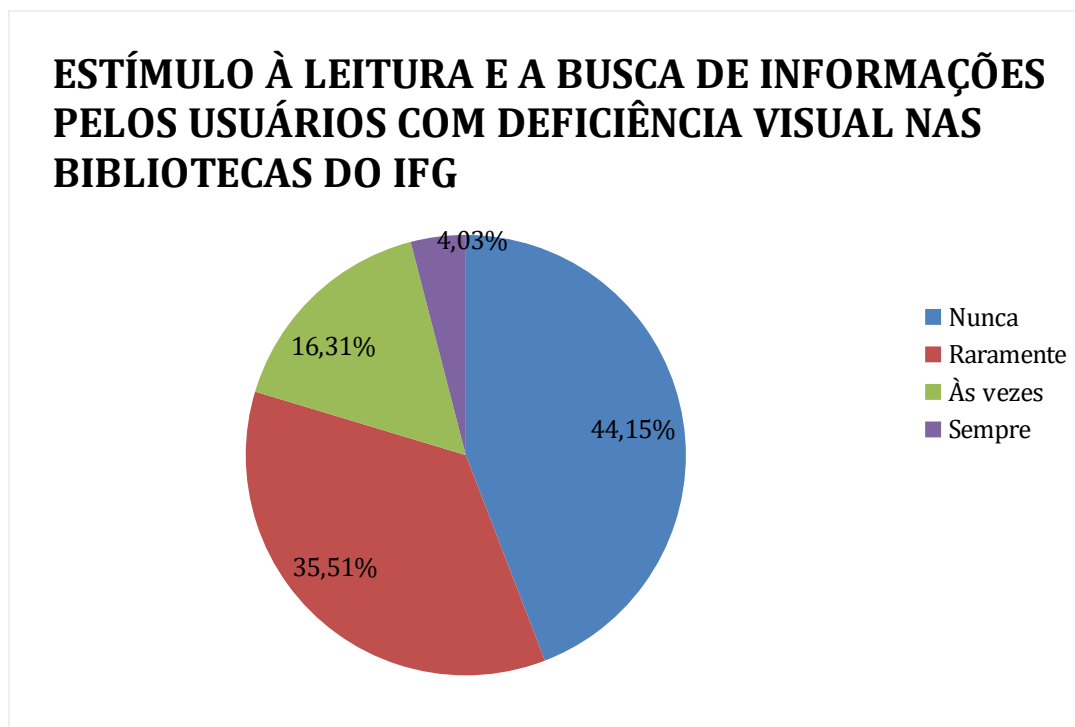
1. Adquirir e implantar sistemas de segurança (PPCI) e outros equipamentos de segurança para biblioteca de todos os Câmpus durante a vigência do PDI 2019/2023; 2. Garantir a existência de espaço de leitura e lazer destinado à leitura dos periódicos recentes nas bibliotecas; 3. Garantir um membro da CPPIR na comissão de Política de Desenvolvimento de Aquisições e Acervo dos Câmpus; 4. Implementar políticas permanentes de atualização e diversificação do acervo das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que contemplem: a. aquisição via compra: definida de forma transparente e pública, de maneira a contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, consultando anualmente os Departamentos, Coordenações e áreas, para definição dos critérios e procedimentos de compra; b. aquisição via doação: constituir procedimentos para aquisição via doação individual e institucional; **c. criação, manutenção e atualização de acervo digital e audiovisual**; d. constituição de comissões locais permanentes, eleitas e representativas, de atualização e diversificação do acervo das bibliotecas; 5. Garantir a aquisição da bibliografia básica e complementar das disciplinas do núcleo específico dos cursos técnicos de nível médio para disponibilização nas bibliotecas de todos os Câmpus, durante a vigência do PDI 2019/2023; 6. Renovar permanentemente/regularmente o acervo da biblioteca em formato impresso, eletrônico e multimeios, atualizando o acervo bibliográfico dos Câmpus, em conformidade com os Projetos Pedagógicos de Cursos ofertados: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos, assinaturas de revistas e jornais, vídeos, CD-ROMS, e-books e assinaturas eletrônicas, visando atender às necessidades de pesquisa da comunidade acadêmica da instituição e disponibilizar o acervo para a comunidade externa; 7. Garantir o funcionamento da biblioteca durante todo o período de funcionamento dos cursos, por meio de quantitativo de pessoal técnico administrativo suficiente; 8. Climatizar as bibliotecas de todos os Câmpus; 9. Criar, quando for o caso, e aprimorar e ampliar a infraestrutura (equipamentos e espaço físico) das salas de informática das bibliotecas; 10. Promover treinamentos, por área do conhecimento, para acesso ao portal de revistas científicas da CAPES e outras fontes disponíveis na Internet; 11. Promover anualmente treinamento para alunos novatos quanto ao uso de serviços e informações das bibliotecas; **12. Promover cursos anuais de capacitação aos servidores das bibliotecas**; 13. Implantar, assegurar e criar condições de bom funcionamento de espaços de socialização e politização estudantil em todos os Câmpus, bem como o reconhecimento e apoio à representação estudantil; 14. Sensibilizar a comunidade acadêmica, estimulando e auxiliando a participação dos estudantes na tentativa de identificação de

oportunidades/problemas, com o propósito de solucioná-las por meio de projetos de pesquisa, ensino, extensão, subsidiando práticas sustentáveis (IFG, 2018b, p. 72-75).

Merecem destaque, por se relacionar aos intentos deste estudo, a letra c, do item 4, que se refere ao acervo das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás que visa a **criação, a manutenção e atualização de acervo digital e audiovisual**, quiçá, se destine a recursos para surdos e cegos. Também o item 12, que busca **capacitar os servidores das bibliotecas**, que poderia ser um investimento nas formações continuadas, destinadas à capacitação em inclusão de PcD's. O PDI prevê, para os membros do NAPNE, implementar e consolidar a agenda de capacitação para seus membros.

Questionou-se aos participantes se a biblioteca do campus em que trabalham estimula a leitura e a busca de informações por usuários com deficiência visual, as respostas foram: **Nunca**, 13 participantes responderam (54%); **raramente**, 7, (29%); **às vezes**, 3, (13%) e, **sempre**, 1, (4%), conforme gráfico 3.

Gráfico 3: Representação do estímulo à leitura e a busca de informações por usuários com deficiência visual nas bibliotecas do IFG.



Fonte: Elaboração própria.

Esses dados não são surpreendentes, pois pelas informações anteriores verifica-se que as bibliotecas do IFG não estão assistidas com recursos de tecnologias assistivas (TA), já

referidas neste estudo, para facilitar a prática da leitura e a busca por informações. Apesar de a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146) ter como objetivo: assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015), no Brasil, nem mesmo as melhores escolas, como é o caso dos Institutos Federais, cumprem essas exigências. Ou seja, a inclusão fica em segundo plano, pois não há acessibilidade informacional e comunicacional.

É preciso minimizar as diferenças e necessidades escolares dos alunos, e isso se faz via acessibilidade. Conforme Sassaki (2005, p. 23) existem seis dimensões, as quais compõem a acepção de acessibilidade, a saber:

- **Acessibilidade arquitetônica**, sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.
- **Acessibilidade comunicacional**, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, **notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar**) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).
- **Acessibilidade metodológica**, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.).
- **Acessibilidade instrumental**, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (**tecnologia assistiva para comunicar**, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.).
- **Acessibilidade programática**, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral.
- **Acessibilidade atitudinal**, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (SASSAKI, 2005, p. 23. Grifos nossos).

Em vista disso, há muitas ações positivas que devem ser consideradas para se promover a inclusão do aluno cego e/ou com baixa visão nas bibliotecas dos campi do IFG. Porém, ainda essas ações não foram tomadas pelas instituições de ensino, particularmente pelos Institutos Federais de Goiás. E isso foi verificado nas falas dos participantes deste estudo (quadro 4).

Quadro 4: Estímulo à leitura e a busca de informações por usuários com deficiência visual nas bibliotecas do IFG.

Estímulo à leitura
<i>Não temos nenhuma ação neste sentido ou voltada para esse público (AB-3).</i>
<i>(...) Ainda não contamos com acervo específico para que possamos estimular a leitura e a busca de informações por usuários com deficiência visual (B-1).</i>
<i>Realizamos projetos de incentivo à leitura com voltados para toda a comunidade acadêmica, mas nenhum específico para usuários com deficiência visual (AB-4).</i>
<i>Não temos material para fazer esse trabalho e, em todo tempo que trabalhei aqui, também não houve usuários com deficiência visual (B-2).</i>
<i>Apenas quando os usuários com deficiência visual procuram a Biblioteca é que fazemos todo o possível para atendê-lo (B-4).</i>
<i>Não. Inclusive, não temos nenhum material para disponibilizar para esse público. Apenas um computador, adaptado para pessoas com baixa visão, adquirido recentemente (AB-9).</i>
<i>A falta de recursos financeiros (AB-8).</i>
<i>Parceria com a Fundação Dorina Nowill para acervo inclusivo (B-6).</i>
<i>Não tivemos demanda e não possuímos acervo em braile (B-10).</i>

Fonte: Elaboração própria.

As outras justificativas apresentadas foram sobre não terem esse tipo de usuário nos campi - *Ainda não recebemos usuários com deficiência visual* - ou seja, em muitos dos campi pesquisados não há alunos com deficiência visual, porém isso não é suficiente como justificativa para não haver recursos, tais como tecnologias assistivas e acervo físico (livros, revistas em *Braille*) para essa clientela, pois outros alunos, de outras escolas, podem procurar a biblioteca, sabendo que os Institutos Federais (IF's) são “renomados pela qualidade da educação ofertada”, conforme já discorrido neste estudo.

Em relação aos documentos norteadores de ações e procedimentos inclusivos na biblioteca, **específicos para usuários com deficiência visual**, 87% dos participantes afirmaram que não há e 13% afirmaram que há. Realmente, os documentos referentes à inclusão de Pessoa com Deficiência (PcD) são gerais, não há um detalhamento ou especificidade de cada deficiência. E isso ocorre tanto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), no Estatuto do Instituto Federal de Goiás e na resolução interna (NAPNE), porém, todos assinalam a concepção inclusiva das PcD's.

Ressalta-se que o tópico, “Políticas de Ensino”, do PDI, traz: implementação das diretrizes “para a atuação das/os **profissionais Tradutoras/es/Intérpretes de Libras – TILS, das/os Ledoras/es/Transcritoras/es Braille**, Professoras/es de AEE e Profissionais de apoio nas práticas pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás”

(BRASIL, 2018b, p. 113). Neste ponto foram específicos, ou seja, estão tratando do deficiente surdo e cego, porém, em nenhum dos campi pesquisados houve menção a essas diretrizes e/ou a contratação desses profissionais.

Apesar de o NAPNE trazer ao longo de seus artigos a importância da inclusão, da mobilização e das implementações de ações positivas para os PcD's, nele não há nenhuma recomendação específica ao aluno cego ou com baixa visão, e não há nenhuma menção relativa aos procedimentos dos servidores de biblioteca junto a esses alunos. Acredita-se que é preciso detalhar os tipos de deficiência, pois cada um exige determinados tipos de acessibilidade. O deficiente físico, por exemplo, necessita de acessibilidades arquitetônicas, como rampas de acesso, banheiros adaptados, altura de móveis, etc. para os deficientes visuais e auditivos, por sua vez, as necessidades são outras, e a acessibilidade deve ser voltada à comunicação e à informação.

Os sujeitos deste estudo foram questionados sobre a participação das equipes das bibliotecas em ações propostas pela Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria e pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE), para melhorar o atendimento de usuários com deficiência visual. De acordo com as respostas: 87% dos sujeitos afirmaram que não participaram dessas ações e 13% afirmaram o contrário. De acordo com os participantes:

- 1) *Tem servidor da biblioteca que é membro do Napne (AB-1)*
- 2) (...) *não posso afirmar se há participação por parte de algum membro da equipe neste núcleo (AB-3);*
- 3) *Já tivemos algumas reuniões e palestras desenvolvidas pelo NAPNE, em que uma das pautas era justamente o atendimento aos usuários com deficiência visual (B-1);*
- 4) *A coordenadora da biblioteca fez parte do NAPNE (AB-8);*
- 5) *Nunca houve ações nesse sentido direcionadas à equipe da biblioteca do IFG - Y² (AB-9);*
- 6) *Em 2021 houve participação do NAPNE em uma atividade na Semana Nacional Online do Livro e da Biblioteca SIB/IFG (B-6);*
- 7) *Em relação à equipe de auxiliares de biblioteca, não possuímos conhecimento e nem participamos dessas ações. Ademais, cumpre ressaltar que a configuração estabelecida nos normativos para a composição de membros do NAPNE não inclui nenhum servidor lotado nas bibliotecas como representante desse ambiente (AB-11);*

2 Para preservar a identidade do servidor, usou-se Y para o nome do campus.

8) *A equipe da biblioteca não participa como integrante do NAPNE*; 9) *O NAPNE ainda não realizou nenhuma ação para a biblioteca com essa temática (AB-12).*

Cumprе esclarecer que os participantes deste estudo são de *campi* diversos do IFG, por isso há referências de membros das bibliotecas no NAPNE e em outros não. O NAPNE é constituído por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, intérpretes de libras e revisores de texto em *braille*, formando uma equipe multidisciplinar, abrindo as condições de organização, planejamento e realização das atividades e atendimentos, convalidando a qualidade do trabalho prestado aos alunos com necessidades específicas (IFG, 2018c). Ainda permite a participação de outras pessoas, como: estudantes, pais e representantes da sociedade civil organizada no planejamento, nos estudos desenvolvidos e na realização de ações de inclusão, contribuindo para o processo inclusivo do IFG (IFG, 2018c).

Acredita-se na importância de os membros das bibliotecas serem convidados a participar de todos os NAPNE's do IFG, visto que esses profissionais devem estar inseridos nas discussões sobre inclusão, particularmente na inclusão do aluno cego, porém, conforme os participantes, essa participação não ocorre na maioria dos campi.

CAPÍTULO 5 – PRODUTO EDUCACIONAL

Por exigência do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiás – Campus Anápolis e por meio dos resultados da pesquisa elaborou-se um Produto Educacional (PE), na forma de um guia digital de orientações que irá contribuir para que os bibliotecários se norteiem em suas ações de atendimento inclusivo, especialmente para estudantes (usuários) com deficiência visual que frequentam as bibliotecas do IFG.

Neste capítulo descreve-se a metodologia empregada na construção do material, seus objetivos e o público-alvo. Ao final, são apresentados os procedimentos de validação, bem como os instrumentos utilizados e os resultados alcançados.

5.1 PRODUTO EDUCACIONAL: METODOLOGIA

A inclusão das pessoas com deficiência (PcD) no âmbito escolar, particularmente dos alunos cegos que estudam no IFG – Campus Jataí, requer ações positivas, no sentido de atendê-los melhor, proporcionando-lhes maior acesso às informações, por meio de materiais disponíveis na biblioteca, tais como livros, revistas, trabalhos de conclusão de cursos, além dos disponíveis na forma digital, tais como plataformas acadêmicas, *e-books*, dentre outros.

A ideia inicial partiu da constatação da falta de recursos para contribuir para com a aprendizagem do aluno com deficiência visual, pois a biblioteca do campus de Jataí-GO atende timidamente essa clientela, visto que ainda não conta com programas, *softwares* ou aplicativos desenvolvidos especificamente voltados a esse público, com demandas tão específicas.

Esse fato levou à seguinte questão: E os demais campi do Instituto Federal de Goiás (IFG), também se deparam com esses mesmos problemas? Como esses campi incluem os alunos cegos nas bibliotecas? E quais as concepções de inclusão esses servidores defendem?

Foi do resultado da pesquisa com os outros bibliotecários e auxiliares, dos demais campi do IFG, que se chegou ao Produto Educacional (PE), na forma de um guia digital de orientações.

O guia é dividido em duas partes, a primeira aborda as questões sobre inclusão de pessoas com deficiência visual e a importância da biblioteca para a aprendizagem desses alunos. A segunda parte traz algumas orientações que poderão ser seguidas pelos demais

campi do IFG, por meio de produtos e serviços de informação que podem ser disponibilizados nas bibliotecas para usuários com deficiência visual.

Destaca-se que as orientações incluídas no Guia podem ser utilizadas e adaptadas, em conformidade com a necessidade do estudante com deficiência visual e a realidade dos campi do IFG.

5.2 VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional (PE) foi submetido a instrumento de avaliação, representado por ficha avaliativa (APÊNDICE C), a fim de verificar se as informações nele contidas são claras e se contribuem de algum modo para o melhor atendimento aos usuários com deficiências visuais. A ficha de avaliação foi fornecida pela pesquisadora, sendo disponibilizada por meio eletrônico aos participantes da pesquisa. A mesma foi elaborada mediante utilização da Escala de *Likert*, tendo em vista a necessidade de uma escala adequada para verificar a percepção dos sujeitos acerca do material (confiabilidade e fidedignidade da avaliação e do material avaliado).

A Escala de *Likert*, por ser considerada uma metodologia assertiva e com a devida objetividade e validade, consequentemente, é indicada para realizar pesquisas de avaliação, apresentando-se como uma espécie de tabela de classificação na qual se propõem afirmativas e o respondente é convidado a emitir o seu grau de concordância com o constructo apresentado, marcando na escala a resposta que mais traduz sua apreciação. A escala pode apresentar níveis variados de concordância, sendo a mais usada a escala original de 5 pontos, em que se tem: 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente (LUCIAN; DORNELAS, 2015; FRANKENTHAL, 2017).

Dessa forma, optou-se pelo emprego do questionário utilizando a escala *Likert* de 5 pontos, tendo em vista a objetividade de sua utilização tanto pelo pesquisador quanto pelo sujeito da pesquisa. Desta forma, pretendeu-se avaliar a linguagem das informações do

produto, o *design*, a e relevância do fortalecimento da concepção de atendimento inclusivo. Acrescenta-se que dos 24 participantes da pesquisa, 15 deles (62%) responderam aos questionamentos para a validação do PE (Quadro 5).

Quadro 5: Validação do Produto Educacional pelos participantes.

Questões	Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
O Guia apresenta as informações em linguagem clara.	-	-	-	04	11
O Guia tem o <i>design</i> favorável às informações que apresenta.	-	01	02	06	06
O Guia apresenta os conteúdos estruturados de maneira objetiva.	-	01	-	04	10
O Guia é relevante para o atendimento inclusivo aos usuários com deficiência visual nas bibliotecas do IFG.	-	-	-	03	12
O Guia orienta os bibliotecários e auxiliares de biblioteca fortalecendo a concepção de um atendimento inclusivo direcionado aos usuários com deficiência visual.	-	-	-	06	09

Fonte: Elaboração própria.

O Produto Educacional (APÊNDICE D) foi avaliado de forma positiva pelos participantes, principalmente, em relação a sua relevância para o atendimento inclusivo aos

usuários com deficiência visual nas bibliotecas do IFG; a clareza da linguagem e sobre a objetividade do conteúdo apresentado.

Um dos pontos que receberam maiores sugestões de alterações foi a parte relacionada à diagramação da primeira versão do produto, o que não invalida as informações que foram apresentadas. Foram realizadas alterações na segunda versão do produto, acatando sugestões advindas da pesquisa de validação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bibliotecário é responsável por intermediar o acesso à informação dos usuários de bibliotecas, permitindo que esses possam usufruir de todos os meios para sua autonomia neste ambiente. Porém, nem todos os usuários conseguem uma interação entre biblioteca e conhecimento, como é o caso de alunos deficientes visuais ou baixa visão. Estes precisam ser assistidos com materiais especiais, equipamentos e *softwares* direcionados para as suas necessidades. Esses instrumentos são importantes para que a pessoa com deficiência visual acesse as informações e os serviços oferecidos pelas bibliotecas de modo geral.

Ao longo deste estudo buscou-se apresentar uma abordagem teórica voltada ao atendimento da Pessoa com Deficiência (PcD), no âmbito da biblioteca, particularmente às pessoas cegas e/ou baixa visão, nas bibliotecas do Instituto Federal de Goiás (IFG). Esse enfoque se justifica pela necessidade de inclusão dos alunos com deficiência visual no espaço escolar, buscando contribuir com seu aprendizado, por meio da informação e da comunicação, que se concretiza via leitura.

Nesse sentido, apresentaram-se os tipos de deficiência e seus tratamentos ao longo dos tempos, principalmente a deficiência visual, os chamados cegos, os quais sofreram diversos tipos de preconceitos nos diversos contextos históricos. Por outro lado, destacam-se as contribuições de médicos, cientistas e pesquisadores, a partir do período iluminista, que

contribuíram para uma nova visão sobre a possibilidade de aprendizagem e para as formas de aprendizagem da PcD visual.

Na década de 1990, diversas conferências mundiais foram dedicadas aos PcD's, com o intuito de incluir todos nas redes de educação. Destacam-se: a *Convenção Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtien na Tailândia (1990) e a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso à qualidade*, que aconteceu em Barcelona – Espanha, em 1994. Ainda, o texto da *Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com deficiência*, que a partir deste criou a Resolução CNE/CEB nº 2, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e apresenta a Educação Especial como modalidade da educação escolar. Desta forma, fica clara a evolução das teorias em prol da inclusão de alunos com deficiência nas escolas, visto que elas são provenientes de discussões e debates em prol das PcD's.

Em vista disso, nesta pesquisa, buscou-se apresentar a importância da biblioteca para todos os alunos e para as PcD's, visto que a biblioteca é o local ideal para práticas escolares, pois é um espaço que contribui com a abertura de horizontes para professores, alunos e público em geral. Assim, foram tecidas considerações sobre as primeiras bibliotecas mundiais, na Antiguidade, suas importâncias e públicos alvos (elite, clero, nobreza); a evolução das bibliotecas que passaram de seguimentos que segregavam as pessoas para um lugar democrático de aprendizagem, aberto a todos os públicos. Ainda trataram das primeiras bibliotecas brasileiras; das bibliotecas escolares, chegando às bibliotecas do IFG, que são bibliotecas integradas ao processo de ensino-aprendizagem.

No decorrer das reflexões, analisou-se que as bibliotecas têm como maior objetivo possibilitar a acessibilidade à informação e à comunicação a todos os usuários. Contudo, como se dá o acesso dos usuários com necessidades especiais, principalmente visuais? De outra forma, as bibliotecas são uma das fontes de ensino-aprendizagem, em que o conhecimento é democratizado, oportunizando a todos os usuários o acesso à informação e aos saberes que transitam nesses espaços, como o Instituto Federal de Goiás (IFG) facilita o

acesso à informação às pessoas com deficiência visual, tendo em vista a sua inclusão na Instituição?

O objetivo geral desta pesquisa foi verificar se as bibliotecas do IFG, no contexto atual, propiciam informação e conhecimento aos usuários com deficiência visual de maneira inclusiva. Verificou-se que são tímidos os incentivos, por parte do IFG, para que haja, em suas bibliotecas, formas coerentes de inclusão do aluno cego ou baixa visão. Dos poucos produtos disponíveis, a maioria adquirida por doação, não há uma preocupação em possibilitar a acessibilidade informacional e comunicacional. Não se pode negar que há inclusão de PcD visual no que se refere à arquitetura, com faixas em alto relevos, *Braille*, para facilitar a entrada desses usuários nos recintos, mas não em todas as bibliotecas pesquisadas.

A pesquisa constatou que há uma carência em produtos e serviços, até mesmo dos recursos gratuitos, voltados à inclusão das pessoas cegas e/ou baixa visão, nas bibliotecas do IFG. Programas simples, como o *Dosvox*, que possibilita o uso de computadores, por meio de sons, com uso de diversos programas sonorizados e o programa *Intervox*, que permite navegação na internet, não estão presentes em nenhuma das bibliotecas pesquisadas.

Outro objetivo perseguido neste estudo foi o de analisar a legislação brasileira e os documentos regulamentados do IFG que se relacionam à inclusão e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando identificar as diretrizes relativas às pessoas com deficiência visual. Verificou-se que os *campi* seguem os documentos do IFG que, por sua vez, seguem as legislações inclusivas brasileiras, porém verificou-se que não há ações voltadas para a inclusão do aluno cego e/ou baixa visão. Mesmo que estes documentos apregoam uma educação inclusiva, a realidade está bem longe de ser alcançada, pois existem diversos tipos de PcD's, por isso não bastam rampas e portas alargadas nos banheiros, atendendo a um tipo de deficiência, são necessárias ações que contemplem não só as necessidades arquitetônicas, mas, principalmente, as de informação e comunicação, que é a maior barreira para o aluno cego.

Ainda buscou-se conhecer, por meio da concepção e da experiência dos bibliotecários e auxiliares, a realidade atual das bibliotecas do IFG, no que diz respeito a sua capacidade de

espaço físico e de serviços prestados no atendimento específico aos deficientes visuais. Primeiramente, é importante afirmar que nenhum dos participantes da pesquisa tem formação inicial ou continuada em educação inclusiva e/ou especial. A maioria apresenta respostas inocentes sobre o tema inclusão, principalmente sobre a inclusão de alunos cegos. Verificou-se que há uma reserva em se fazer críticas à instituição, porém, mesmo veladas, percebeu-se que os bibliotecários e auxiliares sabem que há grande deficiência ao que diz respeito à inclusão do aluno cego.

É importante esclarecer que os documentos do IFG, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o Estatuto do Instituto Federal de Goiás e a resolução interna (NAPNE), trazem clara a concepção inclusiva das pessoas com necessidades especiais nos campi do IFG, porém a maioria das ações em prol destes estão ainda na intensão de se promover. Como é o caso de o PDI 2019/2023, ter como uma de suas metas: promover cursos anuais de capacitação aos servidores das bibliotecas. Conforme referido, nenhum desses servidores tem capacitação em educação inclusiva. Outra meta a ser implantada pelo PDI é a contratação de profissionais Tradutoras/es/Intérpretes de Libras – TILS, das/os Ledoras/es/Transcritoras/es Braille, Professoras/es de AEE e Profissionais de apoio nas práticas pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que ainda não foi realizado nos campi pesquisados.

A partir dessas revelações, foi elaborado um guia digital, com orientações que possam contribuir com os bibliotecários quanto às ações de atendimento inclusivo aos estudantes (usuários) com deficiência visual que frequentam as bibliotecas do IFG. Além de alertar para as necessidades de se adquirir serviços e produtos, tais como gravações em CD, Livros em *Braille*, digitação de textos para *Braille* e salas de leitura e as tecnologias assistivas, voltados a esta clientela.

Por fim, importa destacar que esta pesquisa alcançou os objetivos propostos, assim como a proposta de identificar as diretrizes relativas às pessoas com deficiência visual. Os resultados da pesquisa favoreceram o alcance de um panorama real sobre a situação da inclusão das pessoas cegas e/ou baixa visão, nas bibliotecas do IFG. Não ademais, registra-se

também a necessidade de pesquisas vindouras na mesma perspectiva de temática sobre inclusão, poderem ampliar a discussão, pesquisa e análise em outros institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil, ampliando as possibilidades reais da inclusão dos cegos e/ou baixa visão nas bibliotecas do país.

REFERÊNCIAS

- ACIEM, T. M.; MAZZOTA, M. J. S. Autonomia pessoal e social de pessoas com deficiência visual após reabilitação. **Rev. Bras. Oftalmol.**, v. 72, n. 4, p. 261-267, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-72802013000400011>. Acesso em: 30 set. 2021.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora da UEL, 1997.
- ARANHA, M. S. F. Educação Inclusiva: a escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial, 2005.
- BAÉZ, F. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Trad. Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.
- BARATIN, M.; JACOB, C. (Dir). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. Trad. de Marcela Mortara, 2.ed.Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- BATTLES, M. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.
- BECKER, C. R. F. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau : IFC, 2015. 108 p.; 21 cm. Disponível em: <https://editora.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2017/06/Panorama-das-bibliotecas-da-Rede-Federal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional-Cient%C3%ADfica-e-Tecnol%C3%B3gica-um-olhar-sobre-a-gest%C3%A3o..pdf>> acesso em: 22. mai. 2022.
- BEHR, A; MORO, E. L. S; ESTABEL, L. B. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ci. Inf., Brasília**, v. 37, n. 2, p. 32-42, maio/ago. 2008.
- BRASIL. **Constituição (1988)** Emenda Constitucional nº 1, de 5 de outubro de 1988, com as alterações anotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 57/2008, pelo decreto nº 186/2008- Brasília: Senado Federal.
- BRASIL. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília: MEC, 1993 - versão acrescida. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>> Acesso em: 20 ago. 2022.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais 1994**. Disponível em: <[Http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. **Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 05. Set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.128, de 24 de dezembro de 2008.** Define as redes estaduais de atenção à pessoa com deficiência. Portaria DOU nº 251, de 26 de dezembro de 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt3128_24_12_2008.html. Acesso em: 10 mai. 22.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm> Acesso: 05 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.611,** de 17 de novembro de 2011. Brasília, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDBN. 9394/96. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2013. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAenZQAG/ldb-9394-96>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Cartilha da Inclusão Escolar:** Ribeirão Preto e São Pedro, 28 de junho de 2014, p.8. Disponível em: <<http://www.aprendercrianca.com.br/cartilha-da-inclusao/199-educacao-inclusiva/385-cartilha-da-inclusao-3>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Plano Nacional de Educação 2014-2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. p. 55.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso: 15 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille /** elaboração: DOS SANTOS, Fernanda Christina; OLIVEIRA, Regina Fátima Caldeira de – Brasília-DF, 2018, 3. ed. 120p.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico: **Censo da Educação Básica Estadual 2019** [recurso eletrônico]. - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

BRAUN; VIANNA. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramento de um fazer pedagógico. In: PLETSCH, M. D.; DAMASCENO, A. (org.) **Educação Especial e Inclusão Escolar**: Reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2011.

BUONOCORE, D. **Diccionario de bibliotecología**: términos relativos a la bibliología, bibliografía, bibliofilia, biblioteconomía, archivología, documentología, tipografía y materias afines. 2.ed. aum. Buenos Aires: Marymar, 1976.

BURIN, C. K.; LIMA, M. M. de. Arte e cultura na Biblioteca do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), Câmpus Lages: uma experiência. In: Congresso brasileiro de biblioteconomia, documentação e ciência da informação, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 37-47.

CAETANO, R. T. B. **A Inclusão**: O Aluno Cego e a Formação de Professores no Ensino Fundamental II. 2012. 36 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2012. Disponível em: http://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/21010/2/MD_EDUMTE_VII_2012_17.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

CAMPBELL, J.W. P. **A biblioteca**: uma história mundial. Fotografia de Will Pryce e tradução de Thais Rocha. São Paulo: SESC, 2016. 328 p.

CAMPELLO, B. S. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2012.

CARVALHO, S. P. T. **Educação inclusiva**. 4. ed. Cuiabá: UAB/UFMT, 2013.

CARVALHO, D. Q. **Biblioteca de escolas técnicas industriais**: manual de organização e funcionamento. Brasília: Fundação IBGE, 1970.

CESARINO, M. A. da N. (Org.). **Bibliotecas públicas municipais**: orientações básicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007.

CHAGAS. Flomar A. Oliveira. **A idade do livro e o silêncio da biblioteca**. 2010. 252f. (Tese de Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Goiás.

CHAGAS, Flomar A. Oliveira. **A invisibilidade das bibliotecas escolares**. 2016. No prelo.

COLL, C. A interação professor/aluno no processo ensino e aprendizagem. In: COLL, C., PALACIOS, J. e MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COSTA, M. K. A. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas Universitárias**: a formação e atuação do Bibliotecário. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8SHQ3>. Acesso em: 28 ago. 2021.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021

ECO, H. **A biblioteca**. Trad. de Maria Luísa Rodrigues de Freitas, Lisboa: Difel, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. São Paulo, positivo, 2010.

FERREIRA, M. do C. S. B.; SANTANA, I. C. N. Biblioteca escolar: estratégias para torná-la mais atraente. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: FEBAB, 2013. p. 6- 10.

FIGUEIRA, E. A educação inclusiva em foco. **Quem são os alunos a ser incluídos**. Curso de capacitação em educação inclusiva. 2013. Disponível em: <www.emiliofigueira.com.br>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2 ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOREST, M.; PEARPOINT, J. Inclusão: um panorama maior. MATOAN, M.T. E. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência**: Contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memmon: Editora SENAC, 1997.

FRANCISCO, A. C. **A relação entre biblioteca e Educação Profissional e Tecnológica**: aprendizado e reflexão crítica. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano, Ceres, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2001>. Acesso em: 28 ago. 2021.

FRANCO, J. R.; DIAS, T. R da S. A educação de pessoas cegas no Brasil. **Avesso do Avesso**, Araçatuba, v. 5, n. 5, p. 74-82, 2007.

FRANKENTHAL, R. Entenda a escala Likert e como aplicá-la em sua pesquisa. 2017. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/entenda-o-que-e-escala-likert/>. Acesso em: 07 jul. 2022.

FREITAS, S. N. A formação de professores na educação inclusiva: Construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, David (Org.). **Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 167.

GARCIA, Vinícius Gaspar. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/asprimeiras-historia-pcd>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo Atlas, 2008.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. Campinas SP: Alínea, 2007.

HEBRARD, J. As bibliotecas escolares. In: MENESES, M. C. (org.). **Educação, memória, história: possibilidades, leitura**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004. p. 15-204.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf. Acesso em: em 10 dez. 2021.

IFG-GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)**. Goiânia, Instituto Federal de Goiás, 2018a. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf. Acesso em 14 dez. 2022.

IFG-GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Goiânia, Instituto Federal de Goiás, 2018b. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos/62-ifg/a-instituicao/11546-plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023>. Acesso em: 11 fev. 2022.

IFG-GOIÁS. **Regimento dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas do Instituto Federal de Goiás - NAPNE**. Goiânia, Instituto Federal de Goiás, 2018c. Disponível em: <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2030%202017.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

IFG. Conselho Superior. **Resolução nº 05, de 26 de março de 2013. Institui o Sistema Integrado de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.** Goiânia. Conselho Superior, 2013. Disponível em: <http://ifg.edu.br/attachments/article/132/4.%20Sib%20IFG%20-%20Res%205-2013.pdf> Acesso em: 20 ago. 2022.

LÁZARO, R. C. G. **Quem poupa, tem!** Representações sociais de baixa visão por professores do Benjamin Constant. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, 114 f., 2009. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/1964>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LEÃO, G. B. O. S.; SOFIATO, C. G. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: revisitando a história. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 283-300, jun. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000200007>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LEÃO JUNIOR, W.; GATTI, G. C. V. História de uma Instituição Educacional para o Deficiente Visual: o instituto de cegos do Brasil central de Uberaba (minas gerais, Brasil, 1942-1959). **História da Educação**, São Paulo, v. 20, n. 50, p. 389-409, dez. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/59513>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LEITE, S. Páginas de História do Brasil. Recife., Companhia Editora Nacional, 1987.

LOURENÇO, E. A. G. et al. **Acessibilidade para Estudantes com Deficiência Visual:** orientações para o ensino superior. São Paulo: Unifesp, 2020. 30 p. (Coleção área da Deficiência Visual). Disponível em: <https://acessibilidade.unifesp.br/images/PDF/Ebook-Colecao-DV01-2020.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

LUCIAN, R.; DORNELAS, J. **Mensuração de Atitude:** Proposição de um Protocolo de Elaboração de Escalas. RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, art. 3, p. 157- 177, ago, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALHEIROS, T. M.; CUNHA, M. B.da. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. Rdbci: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 146-? out. 2017. <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8650318>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MALHEIROS, T. M. de C. **Produtos e serviços de informação para usuários com deficiência visual**. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. Caminhos pedagógicos da educação inclusiva. In: MENEGETTI, Rosa G. Krob; CAIO, Roberta. (Orgs.). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Editora Ática, 2002.

MARTINS, C. Q. Gestão do conhecimento para serviços de informação: análise de produtos e serviços inovadores em bibliotecas universitárias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 26, n.1, p.9-30, jan./jun. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/puell/Downloads/2515-Texto%20do%20artigo-9875-1-10-20130429.pdf>. Acesso em: 22. Abril. 2022.

MARTINS, L. M.. **A formação social da personalidade do professor**: um enfoque vigotskiano. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MELO, A. M.; COSTA, J. B. da; SOARES, S. C. de Matos. Tecnologias Assistivas. In: PUPO, Deise T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (Orgs.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 62-70. 27 jun. 2022.

MEY, Eliane Serrão Alves. Bibliotheca Alexandrina. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n.2, p.71-91, jan./jun. 2004.

MONTEIRO, Dayane Danubia. **Processos de ensino-aprendizagem em artes visuais no instituto de cegos do Recife**. 2021. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Ufpb/Centro, João Pessoa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/21933/1/DayaneDanubiaMonteiro_Dissert.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279

NOWILL, D. G. ... **E eu venci assim mesmo**. São Paulo: Totalidade, 1996.

OLIVEIRA, B. M. **Construção de saberes e significações imaginárias na trajetória de vida de uma alfabetizadora cega**. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008. Disponível em: [ile:///C:/Users/IFG/Desktop/qualificação/escrita%20dissertação/textos%20referenciados%20na%20dissertação/OLIVEIRA,%202008.pdf](file:///C:/Users/IFG/Desktop/qualificação/escrita%20dissertação/textos%20referenciados%20na%20dissertação/OLIVEIRA,%202008.pdf). Acesso em: 28 jun. 2022.

OLIVEIRA, M. **Como fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ORIÁ, R. **Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise da aplicação da lei nº 12.244/2010**. Estudo Técnico, 2017. disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/34382/bibliotecas_escolares_oria.pdf?sequence=1. Acesso em 20. 03.2022.

OTTAIANO, J. A. A. *et al.* **As Condições de Saúde Ocular no Brasil** 2019. São Paulo: Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 2019. 102 p. Disponível em: https://www.cbo.com.br/novo/publicacoes/condicoes_saude_ocular_brasil2019.pdf. Acesso em: 27 jun. 2019.

PALMER, R. E. **Hermenêutica**. Tradução Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 2006.

PACHECO, R. Alternativas de incentivo à leitura: relato de experiência. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 345-352, ago./dez. 2006.

PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PINTO, R. F. **A contribuição da biblioteca escolar para a formação do aluno e sua autonomia na biblioteca universitária**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17289/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20REGINA%20VERS%C3%83O%20FINAL%20PDF.PDF> Acesso em: 18 de Set. 2021.

PUPO, D. T. Acessibilidade e inclusão. *In*: PUPO, D. T., MELO, A. M., PÉRES-FERRÉS, S. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006a. p. 10-12.

PUPO, D. T. Cumprindo a legislação. *In*: PUPO, D. T., MELO, A. M., PÉRES-FERRÉS, S. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006b. p. 39-50

RAFANTE, H. C. Política de educação especial no Brasil: a relação entre o estado, a sociedade civil e as agências internacionais na criação do CENESP. 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-3916.pdf>. Acesso em: 22. Jul. 2022.

ROCA, D. G. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

ROMA, A. C. Breve histórico do processo cultural e educativo dos deficientes visuais no Brasil. **Revista Ciência Contemporânea**, jun./dez. 2018, v.4, n.1, p. 1 - 15
http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?id_revista=31. Acesso em: 22. Jul. 2022.

SÁ, E. D; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Atendimento Educacional Especializado**: deficiência visual. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

SANTA ANNA, J. Gestão do conhecimento em bibliotecas: o bibliotecário como gestor da informação e de recursos e serviços informacionais. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 30, n.1, 2016.

SANTOS, José Henrique Adriano. **Origem e Evolução das Bibliotecas ao Longo do tempo** Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, - Brasília, 2014. – 67 f.: Il. 2014.

SANTOS, Josiel Machado. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 181-182, 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/237/235>. Acesso em: 04 jan. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

_____. **Como chamar as pessoas que têm deficiência**. São Paulo: RNR, 2003.
Disponível em: <<http://campanhas.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2015/04/comochamaraspessoas.pdf>>. Acesso em: 16 ago.2022.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

_____. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, DF, p. 19-23, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIDI, P. de M.; CONTE, E. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 4, p. 1942-1954, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/9270/6932>. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, E. L. da. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis UFSC, 2005.

SILVA, J. D. O. Gestão de bibliotecas escolares: como estruturar e avaliar serviços informacionais impactantes no processo de ensino-aprendizagem escolar. **SABERES**, Natal, v. 1, n. 13, p. 221-233, 2016.

SILVA, J. Y. da. **Além do olhar: Dorina Nowill e a educação para cegos no Brasil - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação**. Natal, RN,. 137 f., 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/48380/1/AlemolharDorina_Silva_2022.pdf. Acesso em 12. Ago. 2022.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 489-517, jul./dez., 2011.

SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVEIRA, J. G. **Biblioteca inclusiva?: Repensando barreiras de acesso aos deficientes físicos e visuais no Sistema de Bibliotecas da UFMG e revendo trajetória institucional na busca de soluções**. 2006. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível:<<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/bibliotecainclusiva.pdf>>. Acesso em: 05. dez. 2021.

SOUZA, S. C. de; MANOEL, V. A. Praticando acessibilidade comunicacional: cooperação entre biblioteca universitária e programa de promoção de acessibilidade. **Revista ACB**, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 7-17, mar. 2008. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/550>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SOUZA, Kênia Reis de. **Biblioteca escolar e surdez : um estudo para a inclusão**. Dissertação (Mestrado) – IFG – Câmpus Jataí, Programa de Pós – Graduação em Educação para Ciências e Matemática, 2016. 133 f. Disponível em https://repositorio.ifg.edu.br/bitstream/prefix/416/1/disserta%3%a7%c3%a3o_K%c3%aania%20Reis%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 27 jun. 2022.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira: desempenho e perspectivas**. São Paulo: LISA, 1980.

UNESCO. **Declaração de Jomtien**. Conferência de mundial sobre educação para todos. Jomtien, Tailândia, 1990.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre, Bookman, 2001.

ZAMAI, Marinez Vanucci. Estimulação em Crianças Atípicas como fator de Inclusão. **Psicologia e Educação**. Campinas: Editora Alínea, 2004.

APÊNDICE A - Questionário da pesquisa

1



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS ANÁPOLES
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
PROFEPT



QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Título do Projeto:
'A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo'

Parte I

1. Perfil Pessoal e Funcional dos Participantes	
Sexo:	Idade:
Local de trabalho no <i>Campus</i> :	
Função:	
Tempo de serviço na função:	

2. Perfil Acadêmico-Escolar e Profissional dos Participantes	
☐ Ensino Médio	especifique:
☐ Graduação	especifique:
☐ Especialização	especifique:
☐ Mestrado	especifique:
☐ Doutorado	especifique:
☐ Outros	especifique:

3. Perfil Cognitivo do Participante sobre o Tema da Pesquisa	
☐ Compreende bem	
☐ Compreende	
☐ Compreende superficialmente	
☐ Não compreende	

1

2

Parte II

Nas questões abaixo elencadas, assinale apenas 1 (uma) alternativa como resposta

1. Na sua formação acadêmica e/ou escolar você estudou sobre o tema: “biblioteca, deficiência visual e inclusão”?

☐ Frequentemente – especifique:

☐ Sim, algumas vezes – especifique:

☐ Raramente – especifique:

☐ Não

2. Você participa/participou de alguma atividade para usuários com deficiência visual no âmbito do IFG?

☐ Sim, várias vezes – especifique:

☐ Sim, algumas vezes – especifique:

☐ Sim, apenas 1 (uma) vez – especifique:

☐ Não.

3. A biblioteca do seu *campus* tem ações inclusivas específicas para usuários deficientes visuais?

☐ Sim, várias – especifique:

☐ Sim, algumas – especifique:

☐ Sim, apenas 1 (uma) – especifique:

☐ Não.

4. A biblioteca do seu *campus* estimula a leitura e a busca de informações por usuários com deficiência visual?

☐ Sempre – especifique:

☐ Algumas vezes – especifique:

☐ Raramente – especifique:

☐ Nunca

5. O seu *campus* tem documentos norteadores de ações e procedimentos inclusivos na biblioteca específicos para usuários com deficiência visual?

☐ Sim, vários – especifique:

☐ Sim, alguns – especifique:

☐ Sim, apenas 1 (uma) – especifique:

☐ Não

2

3

6. A equipe da biblioteca do seu <i>campus</i> conhece e/ou participa (participou) de ações propostas pela Coordenação de Políticas Inclusivas da Reitoria e pelo Núcleo de Apoio às Pessoas com Deficiência (NAPNE) para melhorar o atendimento de usuários com deficiência visual?
☐ Sim, muitas vezes – especifique:
☐ Sim, algumas vezes – especifique:
☐ Sim, apenas 1 (uma) vez – especifique:
☐ Não

Parte III

Existe alguma informação mais que você deseja acrescentar além das questões supracitadas?

Obrigada por sua participação nesta pesquisa.

3

APÊNDICE B: TCLE



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA/PROFEPT
CAMPUS ANÁPOLIS – GOIÁS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “**A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo**”. Meu nome é Wilma Joaquim da Silva, a pesquisadora responsável por este estudo. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo uma delas sua e a outra minha (responsável pela pesquisa). Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas, se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, por meio do e-mail: wilma.silva@ifg.edu.br e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, por meio do seguinte contato telefônico: xxxxxxxxxxxxxxxx. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG, pelo telefone (62) 3612 – 2239.

1.1 - Informações sobre a pesquisa:

1. A pesquisa para a qual você está sendo convidado (a) a participar tem o objetivo de verificar se as Bibliotecas do IFG, no contexto atual, propiciam informação e conhecimento aos usuários com deficiência visual de maneira inclusiva. Este estudo surge como relevante, visto que o método científico elucidará para a comunidade a existência de um problema que precisa ser solucionado. E, por se tratar de um estudo em um programa profissional, permite que, com os dados da pesquisa e com a verificação das necessidades, se possa oferecer algum instrumento para a melhoria do que já vem sendo feito no que concerne ao AEE nas bibliotecas do IFG.

2. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe garantimos que seu nome não aparecerá, pois não divulgaremos nenhuma informação que permita identificá-lo.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA/PROFEPT
CAMPUS ANÁPOLIS – GOIÁS



3. Caso se recuse a participar, você não sofrerá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a Instituição.

4. A pesquisa será desenvolvida em todas as bibliotecas dos campi do IFG, perfazendo um total de 14 bibliotecas e 14 campi, a saber: Biblioteca do Campus Águas Lindas, Biblioteca Clarice Lispector – Campus Anápolis, Biblioteca do Campus Aparecida de Goiânia, Biblioteca do Campus Cidade de Goiás, Biblioteca Izabel Cristina Ortiz – Campus Formosa, Biblioteca Professor Jorge Félix de Souza – Campus Goiânia, Biblioteca do Campus Goiânia Oeste, Biblioteca Atena – Campus Inhumas, Biblioteca Maria Gabriela Pacheco Pardey – Campus Itumbiara, Biblioteca Veredas da Leitura – Campus Jataí, Biblioteca do Campus Luziânia, Biblioteca do Campus Senador Canedo, Biblioteca Marisa dos Santos Pereira Araújo – Campus Uruaçu e Biblioteca do Campus Valparaíso.

A sua participação nesta pesquisa ocorrerá através da realização de um questionário, o qual será apresentado em 3 (três) partes assim organizadas: Parte I - 3 (três) questões fechadas considerando: 1) perfil pessoal e funcional do participantes; 2) perfil acadêmico-escolar e profissional do participante; 3) perfil cognitivo dos participantes sobre o tema da pesquisa. A Parte II do questionário consistirá em 6 (seis) perguntas objetivas e específicas sobre a relação dos participantes com o objeto de estudo/tema da pesquisa. A parte III do questionário apresentará 1 (uma) questão aberta, de caráter subjetivo-voluntário.

5. A presente pesquisa preza pela integridade dos participantes. Entretanto, pode apresentar riscos, neste caso, são considerados de baixo risco. Caso isso ocorra, você pode se recusar a responder qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir em qualquer momento, sem lhe trazer nenhum prejuízo. Para esses itens voltamos aos aspectos éticos que norteiam essa pesquisa, onde é resguardado o sigilo quanto a identidade dos participantes, o seu direito em aceitar integrar ou não a pesquisa, bem como retirar-se a qualquer tempo e a garantia da utilização dos dados apenas para fins acadêmicos desse estudo, tendo acesso a eles, apenas o responsável pela pesquisa. Caso ocorra qualquer um dos possíveis riscos citados, o pesquisador responsável proporcionará ao participante da pesquisa a assistência devida, imediata, integral e gratuita em contingências que indicam a demanda de algum tipo de intervenção pelo tempo que se fizer necessário, bem como se responsabilizará por eventual suporte ao participante após o encerramento ou interrupção da pesquisa.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA/PROFEPT
CAMPUS ANÁPOLIS – GOIÁS



6. Esclarecemos que o (a) sr. (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração pela sua condição de aceitar fazer parte da pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo resguardado o sigilo. Uma cópia de cada questionário respondido é automaticamente disponibilizada ao participante através do e-mail informado, pela plataforma *Google* utilizada. Diante de eventuais danos, será garantido ao participante o direito de solicitar indenização por meio das vias judiciais (Código Civil, Lei 10.406 de 2002, Artigos 927 a 954 e Resolução CNS n.º 510, de 2016, Artigo 9º, Inciso VI).

7. Como benefícios, sinalizamos que a sua participação na pesquisa irá contribuir na perspectiva de atendimento inclusivo nas bibliotecas do Instituto Federal de Goiás.

8. Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa e os resultados poderão ser publicados, ainda que os resultados não sejam favoráveis.

9. A divulgação das informações, após sua catalogação, será feita da seguinte forma: perante uma banca examinadora do Programa de Mestrado supracitado; por meio da publicação da dissertação em página virtual do Programa de Mestrado; por meio de artigos apresentados em eventos científicos ou publicados em revistas.

10. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora que lhe assegura a manutenção do sigilo e confidencialidade.

Este TCLE cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV.4 da Resolução CNS nº 466/2012. Para qualquer outra informação, entre em contato com a pesquisadora no endereço: Rua Castro Alves, 2117 - Bairro Jardim Rio Claro. Jataí, Goiás, Brasil; pelo telefone: xxxxxxxxxxxxxxxx e também pelos e-mails: 1) wilmajoaquimsil@gmail.com; 2) wilma.silva@ifg.edu.br. Você também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/IFG, Reitoria do IFG- Rua C-198 Quadra 500, Jardim América, Goiânia, Goiás. CEP: 74.270-040. Telefone: (62) 3612-2239 ou pelo e-mail: cep@ifg.edu.br.

APÊNDICE C – Ficha de Avaliação do Produto Educacional PE



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – CAMPUS ANÁPOLIS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
PROFEPT



FICHA DE AVALIAÇÃO PRODUTO EDUCACIONAL Guia de Orientações

Título do Projeto de Pesquisa
“A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo”
Descrição
Produto Educacional desenvolvido como parte integrante da Dissertação de Mestrado do ProfEPT
Categoria e Modalidade
PE da categoria material textual: “A biblioteca e o deficiente visual: um guia de ações”
Mestranda Responsável
Wilma Joaquim da Silva
Orientadora
Dra. Gizele G. Parreira
Justificativa da Avaliação do Guia de Orientações
Considerando que as orientações das equipes da biblioteca quanto às ações de atendimento inclusivo aos usuários com deficiência visual são imprescindíveis, o atendimento nesse espaço funciona como o principal elo do setor com os seus usuários. Portanto, a sua participação na avaliação deste Guia é fundamental para que seja possível esclarecer os níveis de qualidade e relevância do PE, com a finalidade de aperfeiçoá-lo.
Orientações para a avaliação
Assinalar a coluna correspondente à alternativa que melhor reflete sua opinião para cada requisito avaliado numa escala que varia de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”.

Aspectos Avaliados	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
1) O Guia apresenta as informações em linguagem clara.					
2) O Guia tem o design favorável às informações que apresenta.					
3) O Guia apresenta os conteúdos estruturados de maneira objetiva.					
4) O Guia é relevante para o atendimento inclusivo aos usuários com deficiência visual nas bibliotecas do IFG.					
5) O Guia orienta os bibliotecários e auxiliares de biblioteca fortalecendo a concepção de um atendimento inclusivo direcionado aos usuários com deficiência visual.					

Parecer dos Participantes sobre o Produto Educacional
Gentileza registrar/apresentar, no espaço abaixo, uma descrição da validação do Produto Educacional, quanto à qualidade e a aplicabilidade do Guia de Ações.
Você poderia apontar alguma sugestão de melhoria para este produto educacional?

Muito Obrigada!

APÊNDICE D – Produto Educacional – PE

Wilma Joaquim da Silva
Gizele G. Parreira



**ATENDIMENTO INCLUSIVO:
GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA
BIBLIOTECÁRIOS E AUXILIARES
DE BIBLIOTECA**





ATENDIMENTO INCLUSIVO: GUIA DE ORIENTAÇÕES PARA BIBLIOTECÁRIOS E AUXILIARES DE BIBLIOTECA

Wilma Joaquim da Silva
Gizele G. Parreira

ANÁPOLIS – GO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

Silva, Wilma Joaquim da

Atendimento inclusivo: guia de orientações para bibliotecários e auxiliares de biblioteca: Produto Educacional vinculado à dissertação de mestrado “A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo” [manuscrito] / Wilma Joaquim da Silva e Gizele Geralda Parreira. -- 2023.
f.27; il

Produto Educacional (Mestrado) Guia digital de orientações – IFG – Campus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), 2023.

ISBN: 978-65-00-68419-3.

Bibliografias.

1. Pessoas com deficiência visual. 2. Bibliotecas inclusivas. 3. Bibliotecas do IFG – atendimento inclusivo - guia digital de orientações . 4. Educação Profissional e Tecnológica (EPT). I. Parreira, Gizele G. II. IFG, Campus Anápolis. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária – Wilma J. Silva – CRB 1/1850 - Câmpus Jataí.





INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ANÁPOLIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (PROFEPT/IFG)

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL
(Modalidade da Sessão: Webconferência)

No dia 13 (treze) do mês de abril do ano de 2023, às 09 horas, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Anápolis, por meio de webconferência, deu-se a Defesa da Dissertação de Mestrado "**A relação de usuários com deficiências visuais e a Biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo**", de autoria de Wilma Joaquim da Silva, orientada pela **Profa. Dra. Gizele Geralda Parreira**, como requisito para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

Sob a presidência da Orientadora, **Profa. Dra. Gizele Geralda Parreira - IFG/ProFEPT**, a Banca Examinadora teve como Avaliadora Externa a **Profa. Dra. Maria de Lourdes Alves**, da Universidade Estadual de Goiás - UEG, e como Avaliador Interno o **Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira - IFG/ProFEPT**, docente credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProFEPT).

Em sessão pública transmitida pela Plataforma do Google Meet, após a apresentação da pesquisa e dos seus resultados, assim como a Defesa da Dissertação e do Produto Educacional pela mestranda, os integrantes da Banca Examinadora fizeram as suas arguições, considerações e avaliações. Depois de se reunir em sala virtual separada para avaliação e deliberação, a Banca Examinadora retornou à sala de Defesa pública para a proclamação do resultado. Assim, em conformidade com o Regulamento do ProFEPT e o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Goiás (IFG), a Banca Examinadora manifestou-se pela **APROVAÇÃO** da Dissertação e do Produto Educacional de Wilma Joaquim da Silva.

Anápolis-GO, 13 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por:

1. Dra. Gizele Geralda Parreira - IFG/ProFEPT (Orientadora e Presidente da Banca)
2. Prof. Dr. Timoteo Madaleno Vieira - IFG/ProFEPT
3. A presidente da Banca assina a Ata por: Profa. Dra. Maria de Lourdes Alves - UEG*
4. Wilma Joaquim da Silva - Discente do ProFEPT

*A presidente da Banca foi autorizada a fazer a transcrição da avaliação e assinar a Ata de Defesa da Dissertação em nome da Professora Dra. Maria de Lourdes Alves.

Documento assinado eletronicamente por:

- Wilma Joaquim da Silva, BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA, em 13/04/2023 12:36:17.
- Timoteo Madaleno Vieira, PROFESSOR ENS BÁSICO TECN TECNOLÓGICO, em 13/04/2023 10:48:48.
- Gizele Geralda Parreira, PROFESSOR ENS BÁSICO TECN TECNOLÓGICO, em 13/04/2023 10:45:32.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/04/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 396459
Código de Autenticação: 572683fbba



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Avenida Pedro Ludovico, s/ nº, Remy Cury, ANÁPOLIS / GO, CEP 75131-457
(62) 3703-3359 (ramal: 3359)



DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG - Câmpus Anápolis

Produto Educacional resultante da dissertação, do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) - Câmpus Anápolis, intitulada: **“A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo”** elaborada por Wilma Joaquim da Silva, sob orientação da Profª Drª Gizele Geralda Parreira.

Título do Produto Educacional: **Atendimento inclusivo: Guia de orientações para bibliotecários e auxiliares de biblioteca**

Público-Alvo: **bibliotecários e auxiliares de bibliotecas do IFG**

Categoria: **Guia digital de Orientações para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sobre o atendimento inclusivo das Bibliotecas do IFG aos estudantes com deficiência visual.**

Finalidade: **apresentar as Bibliotecas do Instituto Federal de Goiás - IFG como protagonistas no processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência visual, oferecendo orientações básicas para o atendimento inclusivo nesses espaços socioeducativos.**

Estruturação: **Encontra-se organizado em duas partes, a primeira voltada ao embasamento teórico sobre: Inclusão de Pessoas com Deficiências (PcD's); deficiência visual; a importância da biblioteca no contexto de ensino-aprendizagem; apresentação dos documentos norteadores da inclusão no IFG. A segunda parte foi destinada às orientações desenvolvidas após a pesquisa aplicada aos servidores das bibliotecas do IFG.**

Capa e Diagramação: **Solange Pereira Silva**

Registro: **ISBN: 978-65-00-68419-3**

Instituição Envolvida: **Bibliotecas do IFG.**

SUMÁRIO



Para iniciar...

9



PARTE I

10



1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)

10



1.1 UM POQUINHO DE HISTÓRIA...

11



1.2 SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL...

12



1.3 A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA, COM FOCO NA BIBLIOTECA...

13



1.3.1 As bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

14



1.3.2 Documentos norteadores para a inclusão no Instituto Federal de Goiás

15



PARTE II

19

2.1 ORIENTAÇÃO I: SOBRE O ACERVO DA BIBLIOTECA

19

2.2 ORIENTAÇÃO II: FERRAMENTAS DIGITAIS PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

20

2.3 ORIENTAÇÃO III: INTERAÇÃO ENTRE SETOR NAPNE DO IFG E A BIBLIOTECA INCLUSIVA

22

Para finalizar

24

REFERÊNCIAS

25

Para iniciar...

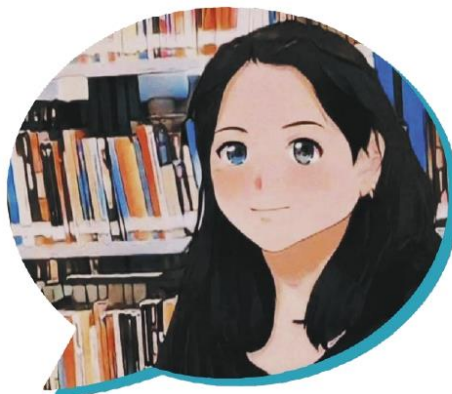
Este Produto Educacional é fruto da minha pesquisa de Mestrado intitulada: “A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo”, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal Goiás – Campus Anápolis, sob a orientação da Profª Drª Gizele Geralda Parreira.

Tendo em vista a importância da inclusão das Pessoas com Deficiências (PcD) no âmbito escolar, pensei numa forma de inclusão dos alunos cegos que estudam no IFG – Campus Jataí, por meio de maior acesso às informações disponíveis na nossa biblioteca, como livros, revistas, trabalhos de conclusão de cursos, além dos disponíveis na forma digital, tais como plataformas acadêmicas, *e-books*, dentre outros.

A ideia inicial partiu da constatação da falta de recursos para contribuir com a aprendizagem do aluno com deficiência visual, pois a nossa biblioteca atende timidamente essa clientela, visto que ainda não contamos com programas, *softwares* ou aplicativos desenvolvidos especificamente voltados a esse público, com demandas tão específicas.

Esse fato levou-me a questionar: E os outros campi do Instituto Federal, também se deparam com esses mesmos problemas? Como esses campi incluem os alunos cegos nas bibliotecas? E quais as concepções de inclusão esses servidores defendem?

Foi do resultado da pesquisa com os outros bibliotecários e auxiliares, dos demais campi do IFG, que cheguei a este Produto Educacional (PE), que ora apresento, na forma de um Guia Digital de Orientações. O Guia é dividido em duas partes, a primeira aborda as questões sobre inclusão de pessoas com de-



ficiência visual, e a importância da biblioteca para a aprendizagem desses alunos. A segunda parte traz algumas orientações que poderão ser seguidas pelos demais campi do IFG, por meio de produtos e serviços de informação que podem ser disponibilizados nas bibliotecas para usuários com deficiência visual.

Destaca-se que as orientações incluídas neste Guia podem ser utilizadas e adaptadas, em conformidade com a necessidade do estudante com deficiência visual e a realidade do Instituto Federal. Espero, muitíssimo, contribuir para com os bibliotecários e auxiliares quanto às ações de atendimento inclusivo aos estudantes (usuários) com deficiência visual que frequentam as bibliotecas do IFG.

Jataí, Goiás, 2023.

Wilma Joaquim da Silva

Bibliotecária/Documentalista.

Instituto Federal de Goiás - Campus de Jataí

PARTE I

1. PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Primeiramente, é preciso apresentar quem são as pessoas com deficiência e quais as principais ações voltadas para a inclusão dessas pessoas na sociedade. Acredito que incluir não é um faz-de-conta, apenas para responder às propostas/demandas dos organismos internacionais, tais como Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outras. É preciso que as Pessoas com Deficiências (PcD's), após anos frequentando a escola, tenham um lugar na sociedade, principalmente no mercado de trabalho.

Quem são as PcD's?

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146) considera a PcD aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, Art. 2º). Destaca-se nesta lei a sua destinação que é a de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

As Pessoas com Deficiência (PcD's), seja qual for o obstáculo, necessitam de vencê-los para alcançar a inclusão social, e isso se faz por meio de políticas públicas voltadas para a inclusão. Essas políticas nem sempre são cumpridas, como por exemplo, as que afirmam que as escolas devem trabalhar com o Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais; ter um Plano de Ensino Individualizado (PEI); fazer uso de recursos de tecnologias assistivas (TA); ter professores com formação em inclusão de PcD; interpretes de Li-

bras, no caso de aluno surdo; livros em *Braille* e outros recursos, para os alunos cegos; rampas e banheiros de acesso a cadeirantes, etc.

Em relação ao Plano de Ensino Individualizado (PEI), este tem como objetivo elaborar e implementar, gradativamente, programas individualizados de desenvolvimento escolar (BRASIL, 2009).

As salas de recursos multifuncionais, de acordo com o § 2º, do Art. 5º do Decreto nº 7.611/2011, "[...] são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e matérias pedagógicas para a oferta do atendimento educacional especializado". (BRASIL, 2011, p. 2). Assim, todos os recursos disponíveis nessas salas devem ser utilizados para atender às necessidades dos alunos com deficiência, inclusive no que se refere às Tecnologias Assistivas (TA), que são recursos artesanais e tecnológicos adaptados para possibilitar e ampliar as habilidades dos alunos. Elas podem auxiliar no desenvolvimento da leitura, da arte, da comunicação, das brincadeiras, na utilização de materiais pedagógicos, na alimentação, entre outros.

As salas de recursos multifuncionais devem atender todos os alunos matriculados na sala regular de ensino que necessitam desse atendimento. O atendimento deve ser realizado no contraturno das aulas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem. Nessas salas as turmas devem ser formadas com o mínimo de 5 e o máximo 15 de alunos. Para Braun e Vianna (2011, p. 32), esses recursos favorecem a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, porém "a formação docente com o desenvolvimento de autonomia e autoria profissionais é requisito básico para uma escola que inclua todas as diferenças e promova a aprendizagem de todos".

Estas são orientações básicas que têm a intenção de contribuir para a inclusão de PcD's, mas que não são cumpridas pela maioria das escolas brasileiras, especificamente, em relação à inclusão do aluno com deficiência visual.

Figura 1 - Se no Brasil tivesse 100 pessoas, seríamos.



1.1 UM POQUINHO DE HISTÓRIA...

A cegueira e seus diferentes conceitos, ao longo da história, sempre foram marcados por sentimentos de desprezo, preconceito, e ignorância por parte da sociedade e até mesmo por parte da Igreja (ROMA, 2018).

Na Antiguidade, as crianças cegas eram desprezadas pelas próprias famílias e eram abandonadas nas ruas ou em abrigos religiosos. Os adultos que ficavam cegos, por algum motivo, passaram a ser usados como pedintes nas ruas, outros eram usados em espetáculos circenses e ainda tinham aqueles usados como

bobos da corte, humilhados pelos nobres.

Na Idade Moderna surgiram os primeiros estudos sobre deficiência visual, realizados por médicos, principalmente na Europa e, depois, nos Estados Unidos (MAZZOTA, 2011). Essas pesquisas analisaram os casos de deficiência para criarem métodos e procedimentos que pudessem ajudar no desenvolvimento físico, psicológico, visual e intelectual dos deficientes. A maioria dos métodos foi criado na tentativa de ajudar as pessoas com deficiência a serem inseridas no convívio social.

Dentre os pesquisadores destacam-se: Charles M. Eppée, que inventou o método de sinais, com o intuito de completar o alfabeto manual, inclusive para designar objetos que não eram percebidos pelos sentidos; Heinecke criou um método para ensinar os surdos-mudos “[...] a ler e falar mediante movimentos normais dos lábios, hoje denominado leitura labial ou leitura orofacial. Tal método veio em oposição ao método de sinais [...]” (MAZZOTTA, 2011, p. 18-19).

Várias tentativas buscaram identificar um meio eficaz para que as pessoas cegas pudessem ler e escrever, sobressaindo-se Haüy, que abrangeu o método de representação dos caracteres com linhas em alto relevo (MARTINS, 2012). O seu método auxiliou vários jovens a fazerem leituras e também a escrever, em especial ao jovem chamado Louis Braille,

nascido em 1809, na França.

O aperfeiçoamento do Código, por Louis Braille, em 1837, trouxe consigo a proposta da estrutura básica. Pouco tempo depois de criar o referido sistema, que posteriormente levou o seu nome, Louis Braille começou a ensinar no Instituto Real dos Jovens Cegos, em Paris (MARTINS, 2012). Por sua eficácia e aplicabilidade a todos os cegos, seu método foi reconhecido mundialmente após a sua morte.

O método *Braille* de leitura, atual até os dias de hoje, possui letras em relevo para facilitar o ensino de pessoas com deficiência visual. O Sistema *Braille* é um instrumento fundamental na educação, habilitação, reabilitação e profissionalização das pessoas cegas (BRASIL, 2018). Braille faleceu em Paris, em 1852, aos 43 anos de idade.

1.2 SOBRE A DEFICIÊNCIA VISUAL...

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou de várias funções relevantes da visão. Essa condição afeta, de maneira recorrente, a habilidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente (LOURENÇO, et al. 2020). Esses autores afirmam que, em vários casos, a perda da visão ocasiona a extração do globo ocular e, consequentemente, ocorre a necessidade de uso de próteses em um ou em ambos os olhos.

Pode ser considerada congênita, quando a pessoa nasce com ela, ou adquirida, quando esta se desenvolve em decorrência de causas orgânicas ou acidentais.

O Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 3.128/ 2008, considera a pessoa com deficiência visual aquela que apresenta cegueira ou baixa visão. A referida portaria assim estabelece:



- 1) Baixa visão: Considera-se baixa visão ou visão subnormal, quando o valor da acuidade visual corrigida no melhor olho é menor do que 0,3 e maior ou igual a 0,05 ou seu campo visual é menor do que 20° no melhor olho com a melhor correção óptica - categorias 1 e 2 de graus de comprometimento visual do CID 10.
- 2) Cegueira: Considera-se cegueira quando esses valores se encontram abaixo de 0,05 ou o campo visual menor do que 10° - categorias 3, 4 e 5 do CID 10.

A baixa visão é um comprometimento das funções visuais, em ambos os olhos, que não pode ser recuperado, nem com o uso de óculos convencionais, nem com lentes de contato e nem por meio de cirurgias oftalmológicas (LOURENÇO, et al. 2020).

Essa é decorrente de inúmeros fatores isolados ou associados que resultam:

- 1) diminuição da acuidade visual;
- 2) redução importante do campo visual;
- 3) alterações corticais e ou de sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam o desempenho visual;
- 4) dificuldades de adaptação à luminosidade e percepção de cores e alterações de sensibilidade aos contrastes;
- 5) dificuldade para enxergar de perto ou de longe;
- 6) campo visual reduzido;
- 7) alteração na percepção de cores (LOURENÇO, et al. 2020).

1.3 A INCLUSÃO DO ALUNO DEFICIENTE VISUAL NA ESCOLA, COM FOCO NA BIBLIOTECA...

A biblioteca é o local ideal para práticas escolares, pois é um espaço que contribui para com a abertura de horizontes, para professores, alunos e público em geral. Conforme Eco (1994, p. 24), “[...] a biblioteca é um problema da escola, do município, do Estado, é um problema de civilização e continua a ser uma coisa desconhecida para a maioria das pessoas, há uma distonia, uma falta de entendimento entre o cidadão e a biblioteca”.

As bibliotecas escolares, principalmente as públicas, possuem acervo pequeno e desatualizado e nem sempre está voltado às pessoas com deficiências. Há um descaso de políticas públicas para bibliotecas. E isso tem a ver com o próprio ato de ler, em que a leitura foi sempre um privilégio das classes mais abastadas, nunca foi democrática e nem atingiu as classes populares. A biblioteca é um espaço essencial do processo de aprendizagem,



porém, no Brasil, a cultura do uso de biblioteca é pouco difundida, infelizmente.

Desta forma, são importantes ações pedagógicas voltadas para a criação e implementação das bibliotecas das escolas públicas, adequando o acervo aos interesses da clientela escolar, desenvolvendo, juntamente com o grupo gestor e o corpo docente, atividades que atraiam os alunos para usar e participar desse espaço, como um lugar de reflexão e de aprendizagem; como campo para exploração e enriquecimento cultural; como local para difundir a boa leitura, a pesquisa e a educação individual; como ambiente favorável à formação do hábito de leitura (PRADO, 1992).

Almeida Júnior (1997) traz uma reflexão muito importante. Ele afirma que a biblioteca “deve ser o reflexo e causa das transformações

da sociedade; deve receber influências, interferir, ser início, meio e fim das alterações sociais, numa sequência interminável”. Pode-se afirmar que a biblioteca é o canal de comunicação entre a cultura e o povo, pois ali está arquivada a maioria dos registros da história mundial e local de um povo, ou seja, ali estão os conhecimentos acumulados produzidos pela sociedade.

E é importante afirmar que o objetivo da inclusão é não permitir a exclusão, para tanto, a escola deve estabelecer sua estrutura educacional, levando em conta as particularidades e especificidades de todos os alunos, organizando-se em torno dessas questões para receber todos em seu interior (MANTOAN, 2015), principalmente na biblioteca, foco deste Produto Educacional.

1.3.1 As bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

Sobre a importância da biblioteca para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Francisco (2021) reforça que ela é um elemento de grande valor para o estudante do ensino técnico. O espaço de estudo, aliado à disponibilização do acervo, concorre para que o aluno possa conhecer fatos, acontecimentos, processos e teorias relativas tanto a sua atividade profissional quanto a sua formação como cidadão. Ler, interpretar, comparar e dialogar são ações importantes para a superação dos problemas sociais.

As bibliotecas dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia estão preparadas e compostas por acervos que podem estimular novas descobertas informacionais (PACHECO, 2011), para todos os tipos de usuários que as frequentam, particularmente os discentes. Neste ambiente, o bibliotecário não só realiza atividades de processamento técnico do acervo, como também concede au-

tonomia ao usuário na busca e no uso da informação.

A infraestrutura dessas bibliotecas proporciona ambientes de aprendizagem, oferecendo um produto de qualidade aos estudantes, na forma de as bibliotecas estarem integradas ao processo de ensino-aprendizagem (PACHECO, 2011). Trata-se de uma educação de qualidade, visto que a atuação da biblioteca também é de qualidade, “que cumpre com seu papel social e que não seja apenas um mero depósito de livros com serviço de empréstimo e devolução do acervo” (BECKER, 2015, p. 27).

O Art. 7º da Resolução Consup nº 05, de 26 de março de 2013, que institui o Regimento Interno do Sistema Integrado de Bibliotecas do IFG, estabelece como finalidade a “democratização do conhecimento [...], atuando como suporte bibliográfico do processo ensino-aprendizagem, à pesquisa e extensão como oportunidade de atualização e lazer”.

No caso das pessoas com deficiência visual, os servidores das bibliotecas do IFG estão aptos a atendê-los, de acordo os propósitos de inclusão do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)? Conforme o resultado deste estudo pode-se afirmar que ainda são necessárias vá-

rias ações para a inclusão do aluno cego nas bibliotecas, pois de acordo com a participação dos entrevistados (servidores das bibliotecas dos campi do IFG), poucos têm formação voltada para a inclusão de PcD, principalmente em relação a esse tipo de necessidade.

1.3.2 Documentos norteadores para a inclusão no Instituto Federal de Goiás

Neste tópico, apresentam-se os documentos norteadores do Instituto Federal de Goiás (IFG), relativos à inclusão de Pessoas com Deficiências (PcD's), visando a inserção social e educacional dos mesmos. A partir desses documentos verifica-se como o IFG atua em relação ao atendimento dos alunos com deficiência. A saber: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), o Estatuto do Instituto Federal de Goiás e a resolução interna (NAPNE), os quais assinalam a concepção inclusiva das pessoas com necessidades especiais. Acredita-se que esses documentos orientam sobre a questão das PcD's, visto que a legislação interna da instituição valida as práticas das atividades educacionais.

O PPPI do IFG (IFG, 2018a) estabelece parâmetros sobre ensino, pesquisa, extensão e diversas práticas existentes no conjunto institucional. Apresenta aspectos referentes a atuação da instituição e de seus profissionais, primando pela postura no atendimento à comunidade. Esse documento apresenta pontos importantes para se compreender determinadas funções e objetivos da instituição, destacando a sua função social:

[...] Constituir-se e enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva,

democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais. (IFG, 2018a, p. 13, grifo nosso).

A questão da inclusão está ligada claramente às PcD's, sendo uma das preocupações do IFG, que é alcançar uma educação inclusiva, demonstrando interesse em atender esse grupo social. Apresenta, assim, a necessidade de inserção e integração social de alunos de origens diversas.

A construção do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) está assentada nos seguintes princípios: integração entre conhecimento geral e conhecimento específico e entre teoria e prática; formação técnica e tecnológica, com desenvolvimento da capacidade investigativa, reflexiva e crítica, devidamente articuladas às questões artístico-culturais que a esses princípios permeiam; formação básica sólida e formação profissional abrangente, capacitando a/o cidadão jovem e adulta/o de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos, não só de sua área profissional, mas também de sua relação social; **respeito à diversidade da produção do conhecimento, da cultura, de gênero, de formas de apreensão do conhecimento e de necessidades físicas, cognitivas e emocionais** (IFG, 2018b, p. 3, grifo nosso).

Nesse sentido, o IFG oferece uma formação escolar/acadêmica que permite ao alu-

no ampliar sua visão de mundo, indo além do conhecimento técnico, oportunizando a aprendizagem do respeito às diferenças e a valorizar a identidade de cada um.

O PPPI destina ações em prol das PcD's, seguindo princípios metodológicos que alicerçam a esses alunos atendimento distinto e com garantias de acessibilidade, por meio da previsão de métodos, técnicas e recursos educativos especiais, conforme art. 59 da Lei LDBEN/1996 (BRASIL, 1996). Essa legislação busca garantir ao aluno com deficiência sua inserção e acesso às políticas de permanência na instituição e a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. De acordo com o documento, todos os recursos, todas as metodologias e todos os equipamentos disponibilizados para os alunos com deficiência devem possibilitar que as PcD's realizem suas atividades educacionais nas mesmas condições que os outros alunos (BRASIL, 1996; IFG, 2018a, 2018b 2018c).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) defende: a democratização da sociedade, da dignidade humana, dos direitos humanos, da diversidade, da inclusão, do desenvolvimento sustentável e da justiça social, contribuindo para a formação de uma sociedade justa e igual. Dentre os objetivos do PDI tem-se: estabelecer políticas de inclusão e acessibilidade, com a criação dos núcleos de acessibilidade, inclusão, atendimento e de estudos temáticos em todos os Campi; implementar e consolidar os NAPNE em cada Campus da Instituição, com vistas a promover a inclusão e acessibilidade das/os alunas/os com necessidades educacionais específicas;

Dentre as medidas de acessibilidade o PDI pretende até o ano de 2023:

1. Construir a Política Institucional de Acessibilidade com vistas a atender às pessoas

com deficiências e às pessoas com necessidades educacionais específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, considerando a legislação vigente, em especial as normas brasileiras que tratam do tema; 2. Garantir, para toda a comunidade acadêmica, infraestrutura física, investindo em tecnologias para acessibilidade e em recursos pedagógicos que auxiliem na formação de alunos com necessidades educacionais específicas e estudantes com deficiências; 3. Dotar e manter todos os Câmpus com os seguintes equipamentos de acessibilidade: a) rampas de acesso às dependências dos Câmpus com corrimãos adequados aos usuários de cadeira de rodas; b) sanitários apropriados para alunos com necessidades específicas com barras de apoio nas paredes; c) vagas destinadas para veículos de pessoas com deficiência; d) lavabos e bebedouros em altura acessível a usuários de cadeira de rodas; e) portas com espaços físicos suficientes para a circulação de cadeira de rodas nos locais de acesso dos alunos; **f) bibliotecas com instalações e obras adequadas aos alunos com necessidades específicas (audiovisuais, motoras e auditivas) (IFG, 2018b, p. 3, grifo nosso).**

Neste ponto, verifica-se que a maioria das medidas voltadas à acessibilidade das PcD's foram desenvolvidas em favor da parte arquitetônica, principalmente para os deficientes físicos. O Art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, afirma que o ensino no IFG será ministrado com base em diversos princípios, destacando o que se refere à garantia às/ aos educandas/os com necessidades educacionais específicas tanto de atendimento individualizado, quanto de acessibilidade atitudinal, arquitetônica, pedagógica e comunicacional. Ou seja, a lei de Diretrizes e bases vai além dos investimentos apenas arquitetônicos.

Porém, essa não é a realidade, conforme os resultados da nossa pesquisa, junto aos servidores das bibliotecas dos campi do IFG pesquisados, e conforme prevê o documento em voga, a exceção é a medida 3, letra "f", **3: munir as bibliotecas com instalações e**

obras adequadas aos alunos com necessidades específicas (audiovisuais, motoras e auditivas), podendo se referir, implicitamente, ao aluno cego.

Especificamente, em relação às bibliotecas, o PDI, seguindo o que determina o Inciso IX, do Art. 21 do Decreto 9.235/2.017, prevê:

1. Acervo bibliográfico físico e virtual, incluindo livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia; 2. Formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e 3. Espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos (IFG, 2018b, p. 72).

E em relação às ações relacionadas à infraestrutura física e instalações acadêmicas específicas que devem ser implementadas durante a vigência do PDI 2019/2023, considerando as deliberações da Plenária do Congresso Institucional 2018:

1. Adquirir e implantar sistemas de segurança (PPCI) e outros equipamentos de segurança para biblioteca de todos os Câmpus durante a vigência do PDI 2019/2023; 2. Garantir a existência de espaço de leitura e lazer destinado à leitura dos periódicos recentes nas bibliotecas; 3. Garantir um membro da CPPIR na comissão de Política de Desenvolvimento de Aquisições e Acervo dos Câmpus; 4. Implementar políticas permanentes de atualização e diversificação do acervo das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que contemplem: a. aquisição via compra: definida de forma transparente e pública, de maneira a contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, consultando anualmente os Departamentos, Coordenações e áreas, para definição dos critérios e procedimentos de compra; b. aquisição via doação: constituir procedimentos para aquisição via doação individual e institucional; **c. criação, manutenção e atualização de acervo digital** e audiovisual; d. constituição de comissões locais permanentes, eleitas e representativas, de atualização e diversificação do acervo das bibliotecas; 5. Garantir a aquisição da bibliografia básica e complementar das disciplinas do núcleo específico dos cursos técnicos de nível médio para disponibilização nas bibliotecas de todos os Câmpus,

durante a vigência do PDI 2019/2023; 6. Renovar permanentemente/regularmente o acervo da biblioteca em formato impresso, eletrônico e multimeios, atualizando o acervo bibliográfico dos Câmpus, em conformidade com os Projetos Pedagógicos de Cursos ofertados: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos, assinaturas de revistas e jornais, vídeos, CD-ROMS, e-books e assinaturas eletrônicas, visando atender às necessidades de pesquisa da comunidade acadêmica da instituição e disponibilizar o acervo para a comunidade externa; 7. Garantir o funcionamento da biblioteca durante todo o período de funcionamento dos cursos, por meio de quantitativo de pessoal técnico administrativo suficiente; 8. Climatizar as bibliotecas de todos os Câmpus; 9. Criar, quando for o caso, e aprimorar e ampliar a infraestrutura (equipamentos e espaço físico) das salas de informática das bibliotecas; 10. Promover treinamentos, por área do conhecimento, para acesso ao portal de revistas científicas da CAPES e outras fontes disponíveis na Internet; 11. Promover anualmente treinamento para alunos novatos quanto ao uso de serviços e informações das bibliotecas; **12. Promover cursos anuais de capacitação aos servidores das bibliotecas**; 13. Implantar, assegurar e criar condições de bom funcionamento de espaços de socialização e politização estudantil em todos os Câmpus, bem como o reconhecimento e apoio à representação estudantil; 14. Sensibilizar a comunidade acadêmica, estimulando e auxiliando a participação dos estudantes na tentativa de identificação de oportunidades/problemas, com o propósito de solucioná-las por meio de projetos de pesquisa, ensino, extensão, subsidiando práticas sustentáveis (IFG, 2018b, p. 72-75).

Merecem destaques, por se relacionar aos intentos deste estudo, a letra c, do item 4, que se refere ao acervo das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que visa **a criação, a manutenção e atualização de acervo digital e audiovisual**, podendo, quiçá, se destinar a recursos para surdos e cegos. E o item 12, que busca capacitar os servidores das bibliotecas, que poderiam ser formações continuadas, destinadas à capacitação em inclusão de PcD's. O PDI prevê, para os membros do NAPNE, implementar e consolidar a agenda de capacitação para seus membros.

Outra ação positiva em prol das PcD's é a reserva de vaga para a contratação de professor para o exercício da docência no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual deverá compor o NAPNE, para acompanhar o público alvo do AEE (alunos com necessidades educacionais específicas, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades/super dotação). Esse profissional deve ter formação em Pedagogia ou licenciatura com especialização em Educação Inclusiva. Conforme resultado da pesquisa que sustenta este PE, nenhum servidor das bibliotecas do IFG tem formação em educação especial ou inclusiva, sendo que apenas 29,7% deles têm conhecimento sobre o tema inclusão.

Especificamente sobre o ensino para o aluno cego, o PDI traz no tópico, "Políticas de Ensino", a criação e implementação das diretrizes "para a atuação das/os profissionais Tradutoras/es/Intérpretes de Libras – TILS, **das/os Ledoras/es/Transcritoras/es Braille**, Professoras/es de AEE e Profissionais de apoio nas práticas pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás" (IFG, 2018b, p. 113, grifos nossos).

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Resolução CONSUP/IFG nº 01, de 04 de janeiro de 2018, tem como maior meta incluir e promover o acesso dos alunos com necessidades educacionais específicas no âmbito escolar/acadêmico (ATANÁSIO, 2021). O artigo 1º regulamenta a criação dos NAPNES como "órgão consultivo e executivo, de composição multidisciplinar, que responde pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas". A atuação desses núcleos deve ser em alinhamento às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - 2019-2023.

O NAPNE é composto por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, intérpretes de libras e revisores de texto em *braille*, formando uma equipe multidisciplinar, abrindo as condições de organização, planejamento e realização das atividades e atendimentos, convalidando a qualidade do trabalho prestado aos alunos com necessidades específicas (IFG, 2018c). O órgão também permite a participação de outras pessoas, como: estudantes, pais e representantes da sociedade civil organizada no planejamento, nos estudos desenvolvidos e na realização de ações de inclusão, contribuindo para o processo inclusivo do IFG (IFG, 2018c).

Apesar de o NAPNE trazer ao longo de seus artigos a importância da inclusão, da mobilização e das implementações de ações positivas para as PcD's, nele não há recomendação específica ao aluno cego ou com baixa visão, e nenhuma menção relativa aos procedimentos dos servidores de biblioteca junto a esses alunos. Isso implica afirmar que no documento citado não há recomendação de como proceder com esse público e nem o que oferecer-lhes como acervo diversificado, conforme foi verificado na pesquisa anterior a este PE.

Portanto, verifica-se que todos os documentos apresentados, anteriormente, carecem detalhar os tipos de deficiência a serem atendidas, pois para o deficiente físico, por exemplo, as necessidades especiais são mais arquitetônicas, tais como rampas de acesso, banheiros adaptados, altura de móveis, etc. Já para os deficientes visuais e auditivos as necessidades são outras, mais voltadas para a informação e comunicação, necessitando de Atendimento Educacional Especializado (AEE), em que são necessárias salas multifuncionais, recursos de tecnologias assistivas (TA), visto que suas necessidades de aprendizagem necessitam ser promovidas pela escola

PARTE II

Neste segundo momento, trato especificamente de algumas orientações aos colegas bibliotecários, auxiliares e coordenadores de bibliotecas do Instituto Federal de Goiás. Essas orientações são fruto da pesquisa que gerou este material.

Assim, com base em minha experiência como bibliotecária do Campus de Jataí, bem

como nas experiências de outras bibliotecas do IFG, e na literatura sobre o assunto, podem ser feitas algumas sugestões ou recomendações para que os servidores das bibliotecas do IFG possam contribuir com a inclusão do aluno cego ou com baixa visão (Deficientes Visuais), para que eles possam usufruir desses ambientes, contribuindo para sua aprendizagem.

2.1 ORIENTAÇÃO I: SOBRE O ACERVO DA BIBLIOTECA

No contexto do Instituto Federal de Goiás, as Bibliotecas correspondem a um conjunto de 14 unidades localizadas nos Campi do IFG. Esse conjunto é denominado de Sistema Integrado de Bibliotecas (SIB/IFG) e todos os Campi possuem o coordenador responsável da Biblioteca, que realiza ações individuais ou intercâmpis.

O bibliotecário é responsável por intermediar o acesso à informação e os usuários em geral. Esse profissional deve ter preparo para atender os diferentes usuários e suas necessidades especiais. Para tanto, as bibliotecas do IFG devem possuir acervo adaptado para o aluno cego, foco deste Guia, porém, na maioria das bibliotecas onde foi realizada uma consulta prévia, não foram encontradas experiências neste sentido.

Os resultados deste estudo revelam que as bibliotecas dos diferentes campi do Instituto Federal de Goiás não possuem aquisições de acervos específicos para alunos com deficiência visual. Outro ponto a se destacar, as bibliotecas que possuem obras voltadas para alunos com alguma deficiência foram recebidas de doações esporádicas, ou seja, sem nenhum tipo de sistematização ou curadoria. Além disso, não foi encontrado nenhum documento referente à política de acervo, em que

insere ou sugere este acervo específico voltado às necessidades específicas do aluno cego ou com baixa visão.

Acrescenta-se ainda que os 14 campi são integrantes do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE). Esses núcleos são fundamentais para o atendimento inclusivo, pois visam promover a educação para a convivência e diminuir ou eliminar toda forma de discriminação no IFG.

Malheiros e Cunha (2018) destacam alguns produtos e serviços de informação que podem ser disponibilizados nas bibliotecas para usuários com deficiência visual:

 Dispositivos eletro-ópticos: recurso que atua no reconhecimento de caracteres óticos e utilitários para a ampliação de tela; *software* de ampliação; circuito fechado de televisão; processadores de imagens visuais; *scanners*; sistemas de leitura para alunos com baixa visão; dispositivos adaptados de comunicação escrita, tais como teclados ampliados e máquinas de escrever;

 Dispositivos de substituição sensorial: livros falados, calculadoras, gravações em áudio, sintetizadores de voz, compressores de fala, marcadores auditivos e máquinas de leitura;

 Leitores e máquinas de escrever em *Braille*, teclados e monitores; dispositivos de tamanho relativo que ampliam material impresso, símbolos e outros itens;

 Gravações de textos para CD: recurso ainda utilizado nas bibliotecas, por ser um recurso de baixo custo;

 Livros em *Braille*: representam um recurso aos usuários com deficiência visual, mas não são considerados recursos viáveis devido ao seu alto custo, carência de títulos e o grande volume que ocupam as estantes.

 A digitação de textos para *Braille* também é um recurso utilizado nas bibliotecas, mas bem menos usado, devido à necessidade de uma impressora *Braille* e de um funcionário treinado para este serviço, tornando este recurso inviável financeiramente para as bibliotecas;

 Salas de leituras: recurso no qual o servidor faz a leitura de livros ou textos para os usuários com deficiência visual.

 Óculos-scanner (*Orcam MyEye*). Esses óculos possuem uma pequena câmera inteligente conectada a eles, que escaneia e lê diversos tipos de textos, códigos de barras, cores e cédulas de dinheiro. O dispositivo torna o acervo das bibliotecas acessível, garantindo autonomia e liberdade às pessoas com deficiência visual, pois elas podem ter acesso ao conteúdo dos diferentes tipos documentais nos acervos, tais como livros, jornais, revistas, gibis, mangás, etc.

Esses instrumentos são importantes para que a pessoa com deficiência visual acesse as informações e os serviços oferecidos pelas bibliotecas, de modo geral. Com bons recursos disponíveis gratuitamente no mercado, as bibliotecas do IFG podem equipar seus espaços de apoio à pessoa com deficiência visual, inclusive o acesso à Internet, conforme apresento no próximo tópico.

2.2 ORIENTAÇÃO II: FERRAMENTAS DIGITAIS PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A Tecnologia Assistiva (TA) é um conjunto de subsídios classificados como recursos ópticos, não ópticos e digitais, que podem aumentar a capacidade visual de pessoas com baixa visão garantindo-lhes maior autonomia sobre suas ações diárias (GASPARETTO et al, 2009).

As ferramentas digitais de acessibilidade, que utilizam de ampliadores de tela para pessoas com baixa visão, *softwares* de reconhecimento de voz; *softwares* para ajuste de cores e tamanho das informações, recursos de áudio e impressoras em *Braille*. As plataformas de ferramentas digitais para deficientes visuais mais utilizadas em nosso país são o *Dosvox*, *Jaws* e *Virtual Vision* (SANTAROSA, CONFORTO, BASSO, 2012).



Essa primeira orientação pode parecer óbvia, porém existem bibliotecas do Instituto Federal de Goiás que não fazem uso desses recursos, mesmo sendo gratuitos, conforme verificado em pesquisa de Mestrado que ampara este PE. Dentre os recursos citados pelos participantes estão: pisos táteis, computadores e livros em *Braille*, apenas um participante informou, vagamente, que faziam uso de recursos para os deficientes visuais.

A partir dessas respostas essa orientação é pertinente, pois há ferramentas digitais gratuitas e serviços de informação que devem ser disponibilizados nas bibliotecas para usuários com deficiência visual, contribuindo para com a aprendizagem desses alunos. Dentre as ferramentas mais utilizadas para a inclusão do deficiente visual estão:

- *Dosvox* é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário com deficiência visual, por meio de síntese de voz, em português, facilitando o uso dos computadores. Trata-se de um sistema simples, pois ao em vez de apenas ler o que está escrito na tela, o *DOSVOX* estabelece um diálogo amigável, por meio de programas específicos e interfaces adaptativas, tornando-o insuperável em qualidade e facilidade de uso para os usuários que veem no computador um meio de comunicação e acesso.

Esse sistema oferece um ambiente de trabalho com tarefas semelhantes às oferecidas pelo ambiente *Windows* e seus aplicativos (jogos adultos e infantis, editor de textos, calculadora, navegador para Internet, lente de aumento para pessoa com baixa visão); além de permitir a impressão em *Braille*, se houver uma impressora *Braille* acoplada ao computador (PUPO, MELO, FERRÉS, 2006). Com essa ferramenta, os deficientes visuais adquirem um alto grau de independência no estudo e no trabalho.

- *Delta Talk*: programa nacional que per-

mite a interação com o computador de maneira natural. O programa fala adequadamente e existe a opção de escolha de três vozes diferentes. Números, datas, horas e abreviações são lidos com entonação determinada automaticamente, por meio de análise linguística do texto;

- *Jaws*: *software* capitalizado e considerado um dos leitores de tela mais populares e mais completos do mundo, produzido pela empresa norte-americana *Freedom Scientific*, roda em português e possui um *software* de sintetizador de voz que utiliza a própria placa de som do computador. Além disso, possui síntese de voz em diversas línguas e a leitura pode ser feita por letra, palavra, linha, parágrafo ou o texto inteiro; permite a etiquetagem de gráficos, possui dicionários gerais ou específicos, controlando o modo como as palavras ou expressões são pronunciadas. Uma vantagem relatada pelos usuários é que esse *software* simula o mouse pelo teclado, permitindo o acesso a inúmeros programas, considerados, difíceis de manusear (SANTAROSA, CONFORTO, BASSO, 2012).

- *Openbook*: converte o texto escaneado em texto eletrônico para ser lido pelo sintetizador de voz ou convertido em MP3 (tipo de reprodutor de música digital). As pessoas com visão subnormal podem escolher entre a exibição visual por ampliação, espaçamento especial entre caracteres e ajuste de cores de alto-contraste, é um *Optical Character* (OCR), uma tecnologia para reconhecimento óptico dos caracteres. A versão mais atual é a *OpenBook 9.0*;

- *Magic*: é um programa que traz as funções de síntese de voz e ampliação simultaneamente. Próprio para usuários com visão subnormal. Pode ser ajustado de acordo com as necessidades do usuário e aumenta de 2 a 16 vezes a informação selecionada ou *Braille*.

- *Virtual Vision* - desenvolvido pela *Micropower* de Ribeirão Preto, em São Paulo,

com a primeira versão lançada em janeiro de 1998 e, em setembro de 1999, veio a versão 2.0. Sua última versão é a 7.0, de 2011. É uma aplicação da tecnologia de síntese de voz, um “leitor de telas” capaz de informar aos usuários com deficiência visual quais controles, botão, lista, menus, estão ativos no momento, podendo então o usuário trabalhar com o sistema operacional *Windows* e seus aplicativos, sendo a navegação por menus, telas e textos. É ajustado em qualquer programa do *Windows* para navegar na internet. A instalação é fácil, basta inserir seu CD e seguir as instruções faladas pelo sintetizador. Pode ser utilizado sem registro por 30 dias, exigindo que o computador seja reiniciado a cada 30 minutos para que continue a funcionar (MALHEIROS, 2019).

- NVDA - plataforma para a leitura de tela. Trata-se de um *software* de código aberto,

podendo ser acessado por qualquer pessoa. Isso permite que tradutores e desenvolvedores em todo o mundo contribuam continuamente para sua expansão e melhoria. O NVDA é um acrônimo para “*NonVisual Desktop Access*”, traduzido para o português, significa desktop de acesso não visual.

Este leitor de telas é gratuito e foi desenvolvido a partir do ano de 2006, pela NV Access, organização australiana e sem fins lucrativos. O download é realizado no site do projeto, disponível em: <http://www.nvaccess.org/>.

NVDA faz a leitura de tudo que o cursor do mouse aponta. O software funciona com outros aplicativos, como o navegador *Mozilla Firefox*, *Microsoft Outlook*, *Microsoft Word*, *Microsoft Excel*, dentro outros. Após a instalação, o programa já está pronto para usar.

2.3 ORIENTAÇÃO III: INTERAÇÃO ENTRE SETOR NAPNE DO IFG E A BIBLIOTECA INCLUSIVA

No início das matrículas de cada período letivo, a coordenação do NAPNE solicita à Coordenação de Registros Acadêmicos Escolares - CORAE a relação de alunos com necessidades específicas matriculados no período. Na sequência, a CORAE informa ao NAPNE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a finalização de cada etapa de matrícula, a relação de estudantes com necessidades específicas em formulário próprio. E após essa comunicação, quais as providências são tomadas pelo NAPNE para que os demais setores, particularmente a biblioteca, tenham conhecimento de cada PcD matriculada?

De acordo com a pesquisa realizada, junto aos servidores das bibliotecas do IFG, os profissionais da biblioteca só têm conhecimento sobre um aluno com deficiência visual, particularmente, quando este passa a frequentar a biblioteca. Entendo que a biblioteca, em uma escola, é o segundo local mais procurado pelos

alunos em busca da aprendizagem. É ali que o aluno irá complementar as orientações recebidas na sala de aula.

A biblioteca, nesse sentido, torna-se um elemento de grande valor para o estudante, pois o espaço de estudo aliado à disponibilização do acervo concorre para que ele possa conhecer fatos, acontecimentos, processos e teorias concernentes tanto com sua atividade profissional quanto com sua formação como cidadão (FRANCISCO, 2021).

Por isso, para que os servidores das bibliotecas possam atender com presteza a todos os alunos, particularmente o aluno cego e/ou com baixa visão, é iminente algumas orientações:

✓ Manter um diálogo entre o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) do IFG e a biblioteca. A intenção é que os profissionais das bibliotecas do IFG sejam, previamente,



avisados sobre as PcD's, principalmente sobre cada tipo de necessidade, para eles possam se preparar para um atendimento específico e exitoso.

✓ Requerer, em parceria com o NAPNE, ações positivas em prol da preparação e/ou formação dos profissionais da biblioteca, em educação inclusiva, para que possam lidar, receber e acolher os usuários com necessidades específicas, uma vez que o PDI, no tópico: Ações relacionadas ao campo do Ensino que devem ser implementadas durante a vigência do PDI 2019/2023, visa garantir “a capacitação e formação continuada dos servidores do Ins-

tituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para atendimento aos membros da comunidade acadêmica com deficiências e/ou necessidades educacionais específicas” (IFG, 2018b, p. 29).

✓ Realizar um estudo junto ao NAPNE, sobre o material (acervo, equipamentos, ferramentas digitais) necessário para o atendimento do aluno cego, em cada campus do IFG;

✓ A partir da formação continuada dos servidores da biblioteca e da parceria com o NAPNE, oferecer ao aluno cego um atendimento correspondente ao seu perfil e suas necessidades, auxiliando-os em leituras e pesquisas.



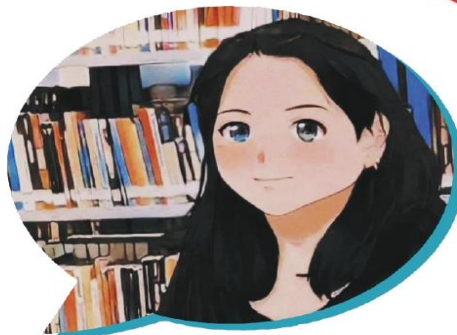
Para finalizar

A elaboração deste Produto Educacional (PE) tem muito a ver com as minhas dificuldades, enquanto bibliotecária do IFG - Campus Jataí e pelos servidores das bibliotecas do Instituto Federal de Goiás, para o atendimento do aluno com deficiência visual (cego e/ou baixa visão), conforme os dados da pesquisa realizada, por meio da dissertação de mestrado, intitulada: "A relação de usuários com deficiências visuais e a biblioteca: perspectiva de atendimento inclusivo", apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Goiás – Campus Anápolis, sob a orientação da Profª Drª Gizele Geralda Parreira.

Neste Guia de orientações (PE) foram apresentadas algumas contribuições teóricas, sobre a Pessoa com Deficiência (PcD), trazendo um pouco da história da deficiência visual, a inclusão do aluno deficiente visual na escola, com foco na biblioteca, assim como os documentos norteadores: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI; o Estatuto do Instituto Federal de Goiás e a Resolução Interna do (NAPNE) para inclusão de PcD, no Instituto Federal de Goiás.

A ideia inicial da elaboração deste produto partiu da constatação da falta de recursos das bibliotecas para contribuir com a aprendizagem do aluno com deficiência visual, pois esta atende timidamente essa clientela, visto que não conta com programas, softwares ou aplicativos desenvolvidos especificamente voltados a esse público, com demandas tão específicas.

A partir dos resultados da pesquisa, também se compreendeu que é necessária aos profissionais das bibliotecas uma formação/capacitação, em educação inclusiva, com vistas



a atender aos grupos sociais com determinadas necessidades específicas, como os alunos com deficiência visual, por exemplo.

Recomenda-se que futuras pesquisas possam aprofundar algumas questões relacionadas à inclusão de alunos cegos nas bibliotecas do IFG, assim como possam propor novas soluções e contribuições para a superação da disparidade de atendimento aos alunos com deficiência visual que ainda existe devido à falta de formação e acessibilidade de informações que colabore na resolução destas questões.

Várias são as medidas que podem contribuir para o atendimento das necessidades especiais de alunos cegos no IFG, porém este estudo se ateve às orientações sobre o acervo da biblioteca, sobre as ferramentas digitais para usuários com deficiência visual e sobre a importância da interação entre setor NAPNE do IFG e a biblioteca inclusiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora da UEL, 1997.

ATANASIO, A. M. C. **A Perspectiva de Martin Buber para a Educação Inclusiva na EPT**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, IFG, Anápolis, 2020.

BECKER, C. R. F. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau : IFC, 2015. 108 p.; 21 cm. Disponível em: <https://editora.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/33/2017/06/Panorama-das-bibliotecas-da-Rede-Federal-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-Profissional-Cient%C3%ADfica-e-Tecnol%C3%B3gica-um-olhar-sobre-a-gest%C3%A3o..pdf> acesso em: 22. mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso: 15 mai. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, 2011.

BRAUN; VIANNA. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramento de um fazer pedagógico. In: PLETSCH, M. D.; DAMASCENO, A. (org.) **Educação Especial e Inclusão Escolar**: Reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2011.

DORNELLAS, A. **UFJF adquire óculos OrCAM de tecnologia assistiva**, 2022. Disponível em: <https://www2.ufff.br/noticias/2022/04/04/ufff-adquire-oculos-orcam-de-tecnologia-assistiva/>.

ECO, H. **A biblioteca**. Trad. de Maria Luísa Rodrigues de Freitas, Lisboa: Difel, 1994

FRANCISCO, A. C. **A relação entre biblioteca e Educação Profissional e Tecnológica**: aprendizado e reflexão crítica. 2021. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Goiano, Ceres, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/2001>. Acesso em: 28 ago. 2022.

GASPARETTO, M.E.R.F. et al.. Uso de recursos de tecnologia assistiva na educação municipal, estadual e federal tecnológica. In: BRASIL. Subsecretaria nacional de promoção dos direitos da pessoa com deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. (Org.). **Tecnologia Assistiva**, Brasília: Corde, p.41-58, 2009.



IBGE. **Pessoas com Deficiência**. Censo Brasil, 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-comdeficiencia.html>. Acesso em: 9 mar. 2021.

IFG-GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)**. Goiânia, Instituto Federal de Goiás, 2018a. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf. Acesso em 14 dez. 2022.

IFG-GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Goiânia, Instituto Federal de Goiás, 2018b. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos/62-ifg/a-instituicao/11546-plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023>. Acesso em: 11 fev. 2022.

IFG-GOIÁS. **Regimento dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas do Instituto Federal de Goiás - NAPNE**. Goiânia, Instituto Federal de Goiás, 2018c. Disponível em: <http://ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%202017.pdf>. Acesso em: 12 out. 2022.

LOURENÇO, Erica A. Garrutti et al. **Acessibilidade para Estudantes com Deficiência Visual: orientações para o ensino superior**. São Paulo: Unifesp, 2020. 30 p. (Coleção área da Deficiência Visual). Disponível em: <https://acessibilidade.unifesp.br/images/PDF/Ebook-Colecao-DV01-2020.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MALHEIROS, T. M. C.; CUNHA, M. B. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. Rdbci: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 146-? out. 2017. <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v16i1.8650318>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MALHEIROS, T. M. C.. **Produtos e serviços de informação para usuários com deficiência visual**. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, C. Q. Gestão do conhecimento para serviços de informação: análise de produtos e serviços inovadores em bibliotecas universitárias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 26, n.1, p.9-30, jan./jun. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/puell/Downloads/2515-Texto%20do%20artigo-9875-1-10-20130429.pdf>.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PRADO, H. A. **Organização e administração de bibliotecas**. 2.ed. rev. São Paulo : T. A. Queiroz, 1992. 209 p.

ROMA, A. C. Breve histórico do processo cultural e educativo dos deficientes visuais no Brasil. **Revista Ciência Contemporânea**, jun./dez. 2018, v.4, n.1, p. 1 - 15 http://uniesp.edu.br/sites/guaratingueta/revista.php?id_revista=31. Acesso em: 22. Jul. 2022.

SANTAROSA, L. M. C.; CONFORTO, D.; BASSO, L. de O. **Eduquito: Ferramentas de Autoria e de Colaboração Acessíveis na Perspectiva da Web 2.0**. Rev. Bras. Ed. Esp., v. 18, n. 3, Marília-SP. 2012, p. 449 468.

PUPO, D. T. (Org.); MELO, A. M. (Org.); FERRÉS, S. P. (Org.). **Acessibilidade : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp, 2006.

